

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

BEATRIZ PIVA MOMESSO

INDÚSTRIA E TRABALHO NO SÉCULO XIX:

O Estabelecimento de Fundação e Máquinas de Ponta d'Areia.

NITERÓI
2007

BEATRIZ PIVA MOMESSO

**INDÚSTRIA E TRABALHO NO SÉCULO XIX:
O Estabelecimento de Fundição e Máquinas de Ponta d'Areia.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense para a obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Economia e Sociedade.

Orientador : Prof. Dr. LUIZ CARLOS SOARES

Niterói
2007

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

M732 Momesso, Beatriz Piva.

Indústria e trabalho no século XIX: o Estabelecimento de Fundação e Máquinas de Ponta d'Areia / Beatriz Piva Momesso. – 2007.

133 f. ; il.

Orientador: Luiz Carlos Soares.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2007.

Bibliografia: f. 126-133.

1. Brasil – História – Império, 1844 - 1863. 2. Brasil – História – Império – Aspectos econômicos. 3. Trabalho – Organização - Brasil. 4. Sociedade Anônima. 5. Trabalho escravo. 6. Trabalho livre. I. Soares, Luiz Carlos. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 981.04

BEATRIZ PIVA MOMESSO

INDÚSTRIA E TRABALHO NO SÉCULO XIX;
O Estabelecimento de Fundição e Máquinas de Ponta d'Areia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense para a obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Economia e Sociedade.

Aprovada em março de 2007.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Doutor Luiz Carlos Soares
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Rômulo Garcia de Andrade
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Niterói
2007

AGRADECIMENTOS

Foram muitos os que cooperaram para que esse trabalho se tornasse possível. Agradeço aos inúmeros funcionários dos arquivos e bibliotecas com quem convivi durante muitos meses, em especial ao Sátiro da Biblioteca Nacional e ao Sr. Pedro Tórtima do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Graças a eles pude deparar-me com “fontes escondidas”, verdadeira alegria de um historiador que gosta de documentação.

Ao professor Luiz Carlos Soares agradeço a firme orientação e a paciência para ler meus textos e até revisá-los. Sem o professor Carlos Gabriel Guimarães essa dissertação não chegaria ao fim. Além de emprestar-me livros, sugerir leituras e caminhos a trilhar, seu otimismo foi sempre muito contagiante e muito me ajudou nos momentos da redação do projeto de pesquisa e elaboração da dissertação. Meu muito obrigada ao professor Rômulo Garcia de Andrade, que participou da Banca de Qualificação e foi muito atencioso e claro em suas observações. Agradeço à professora Sheila Faria de Castro pelas dicas fornecidas no curso do qual participei para obter os créditos do Mestrado.

À Thereza Praxedes, agradeço seu trabalho de revisão de texto e o carinho com que me tratou, sempre me oferecendo suco e água de côco quando tive que ir à sua casa para trabalhar. À Ana Cecília Sampaio por sua “ajuda digital” bem-humorada na confecção de gráficos e formatação do texto. Não poderia esquecer das minhas provadas amigas Margareth Gouveia e Patrícia Naomi Oshiro, que realizaram gestões nas Bibliotecas da Unicamp e da Usp e enviaram-me preciosas fotocópias em tempo recorde.

Aos meus alunos e colegas do Instituto Gaylussac de Niterói que acompanharam o trabalho e fizeram parte da torcida, em especial à Maria Ana Gerk, Marília e Marcello Rangel, historiador acima de qualquer suspeita.

À Vanessa e Fernanda que muitas vezes encontraram-se na sala de estudo nos momentos em que redigia a Dissertação e me ajudaram também com seu

silêncio. Natália Giordani, Carol Lusitano e Márcia Benitez também fizeram parte da torcida organizada. .

Aos meus familiares que, desde Campinas, estiveram sempre presentes em todas as fases do trabalho. Mãe, obrigada por rezar por mim. Ao meu pai que me falava de História e Economia desde a época do colégio (subsídios, ativos, passivos, superávit, déficit, recessão...) de uma maneira muitas vezes divertida e “sui generis”, com seu jeito aberto e simpático de cientista maluco.

A todos muito obrigada!

Aos meus pais que, com suas vidas, me
ensinaram o que é a liberdade.

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 1 - Os Estabelecimentos Industriais antes de 1844	
1.1 - Caracterização das Atividades Industriais pela Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação	26
1.2 - Os Estabelecimentos de Fundição de Metais no País	29
1.3 - Outras Atividades Artesanais nos Limites da Agricultura, Antes de 1844	40
1.4 - A "Indústria Agrícola" Segundo o Auxiliador da Indústria Nacional: Métodos Inventos e Patentes entre 1833-1844	44
1.5 - Protecionismo e Desenvolvimento Industrial nos Documentos e Discursos dos Membros da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação.	48
1.6 - Nos Limites das Atividades Agrícolas e Comerciais	52
1.7 - Conclusão do Capítulo	53
Capítulo 2- A Trajetória de Ponta d' Areia	
2.1 - Primeiros Anos	55
2.2 - A Transformação de Ponta d'Areia em Sociedade Anônima no ano de 1854	68
2.3 - Capital e Organização do Trabalho em Ponta d'Areia	74
2.4 - Declínio de Ponta d'Areia	82
Capítulo 3 - Mão de Obra e Relações de Trabalho em Ponta d'Areia	
3.1 - Demografia Histórica na Imperial Cidade de Nicteroy	86
3.2 - A Mão de Obra Escrava: Origem, Relações de Trabalho e Ofícios em Ponta d'Areia	93
3.3 - A Mão de Obra Livre: Relações de Trabalho e Ofício em Ponta d'Areia	103
3.4 - Considerações Finais sobre a Oscilação de Mão de Obra Escrava e Livre no Estabelecimento de Fundição e Máquinas de Ponta d'Areia	112
Conclusão	115

Anexos

I - Demonstração do Estado do Estaleiro de Ponta d'Areia em 31 de março de 1848.	121
II - Planta da Cidade de Nicteroy - Capital da Provincia do Rio de Janeiro	122
III - Detalhe: Oficinas de Ponta da Areia e Morro da Armação	123
IV - Mappa Demonstrativo do Pessoal Empregado no estabelecimento de Ponta d'Areia - 1848	124
IV - Mappa Demonstrativo de Operários Ocupados no Estabelecimento de Ponta d'Areia - 1855	125

Fontes e Bibliografia

Manuscritas	126
Impressas	127
Eletrônicas	128
Bibliografia	129

LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

Tabelas

Tabela 1. Número de Oficinas Artesanais Independentes que Receberam a Provisão de Fábrica 1808-1840.	30
Tabela 2. Mão - de obra nos 3 Principais Estabelecimentos de Fundição Anteriores a 1844.	39
Tabela 3. Relação dos Estabelecimentos de Fundição do Império que Gozavam de Livre Despacho de Matérias-Primas entre os anos de 1847 -1851	62
Tabela 4. Estabelecimentos Manufatureiros Subvencionados pelo Estado Imperial 1840-1850.	66
Tabela 5. Volume de Capital Investido sob Forma de Sociedade Anônima 1851-1865	70
Tabela 6. Produção Anual de Ponta d'Areia 1855-1861.	83
Tabela 7. Mão-de-Obra Livre e Escrava no Estabelecimento Ponta d'Areia (1846-1862)	113

Quadros

Quadro 1. Dados Sobre a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional para o Ano de 1833.	45
Quadro 2. Estabelecimentos Manufatureiros Fluminenses que Gozavam da Concessão de Livre Despacho de Matérias-Primas Importadas em 1848.	63

Gráficos

Gráfico 1. População Escrava e Livre em Niterói e na Província do Rio de Janeiro em 1850.	89
Gráfico 2. Niterói: Origem da População Escrava - 1850	91
Gráfico 3. Niterói: Escravos por Sexo - 1850	91
Gráfico 4. Niterói: Livres por Sexo - 1850	92

Gráfico 5. Niterói: Origem da População Livre - 1850	93
Gráfico 6. Ponta d'Areia: Origem da Mão-de-Obra Escrava	94
Gráfico 7. Ponta d'Areia: Porcentagem de Trabalhadores Portugueses dentre os Estrangeiros	107
Gráfico 8. Ponta d'Areia: Mão-de-Obra 1846-1861	111

Anexos

I. Demonstração do Estado do Estaleiro de Ponta d'Arêa em 31 de março de 1848.	121
II - Planta da Cidade de Nicteroy - Capital da Provincia do Rio de Janeiro	122
III - Detalhe: Oficinas de Ponta da Areia e Morro da Armação	123
IV - Mappa Demonstrativo do Pessoal Empregado no estabelecimento de Ponta d'Areia - 1848	124
IV - Mappa Demonstrativo de Operários Ocupados no Estabelecimento de Ponta d'Areia - 1855	125

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo proporcionar uma reflexão acerca da Economia Brasileira durante o Segundo Reinado, no período compreendido entre 1844 e 1863. A partir do Estabelecimento de Fundação e Máquinas de Ponta d'Areia de propriedade de Irineu Evangelista de Sousa, agraciado com o título de Barão de Mauá, buscou-se caracterizar a organização do processo de trabalho num estabelecimento industrial do século XIX. Em 1854, seu proprietário transformou-a em uma sociedade anônima, configuração que fugiu dos padrões predominantemente adotados da empresa familiar. O estabelecimento empregou mão-de-obra escrava e livre, destacando-se a recorrência ao escravo de aluguel. Além de uma revolta envolvendo escravos, ocorreram conflitos entre trabalhadores livres de diferentes nacionalidades. O estudo da conjuntura dos anos de 1850, em especial a Lei Eusébio de Queirós, o Código Comercial e a Lei de Terras, é crucial para o entendimento de Ponta d'Areia como mecanismo que reforçou o bloco de poder, cujas diretrizes eram dadas pelos plantadores fluminenses. A análise de Fontes Oficiais (dos *Relatórios de Presidentes de Província, Relatórios Ministeriais, Balanços Empresariais*) em contraposição com a Correspondência Epistolar e Relatos Biográficos revelam a influência da empresa na sociedade escravista. A documentação da Junta de Comércio informa a política empregada em relação aos estabelecimentos industriais anteriores e contemporâneos à Ponta d'Areia.

Palavras-Chave: Indústria, Estado Imperial, Sociedade Anônima, Organização do Processo de Trabalho, Mão-de-Obra Escrava, Mão-de-Obra Livre.

Introdução

As pesquisas a respeito da história das empresas realizadas nas duas últimas décadas procuraram explicar a empresa, não em si mesma, mas também como um componente do todo, quer dizer, como um organismo micro no interior de uma sociedade, rico em elementos capazes de revelar aspectos macros. Essa dissertação parte de um objeto específico, o Estabelecimento de Fundição e Máquinas de Ponta d'Areia, e tem por finalidade provocar uma reflexão mais abrangente a respeito da economia do II Reinado, em suas nuances e complexidades.

O estudo das origens da indústria brasileira vem contribuindo para a historiografia brasileira, no sentido de desvendar um período em que não necessariamente a agricultura monocultora e exportadora constituía a única atividade econômica do país. Existia um estágio industrial e uma certa tendência governamental orientada para incentivar as “fábricas”, confirmando a idéia já defendida por historiadores, como Amaral Lapa, que ressaltou, por exemplo, a importância da atividade da construção naval nos séculos XVI a XVIII, conferindo, dessa forma, relevância ao setor interno na economia brasileira na época colonial.

A esses dois elementos soma-se um terceiro, que explica o desenvolvimento de nosso tema: o mito Mauá. Segundo Carlos Gabriel Guimarães um mito utilizado, tanto pela historiografia liberal como um símbolo da modernidade e precursor do capitalismo no Brasil, como também pelos historiadores do nacional-desenvolvimentismo e da esquerda, como por exemplo, Celso Furtado e Caio Prado Júnior, cujo olhar encontrou a figura de um empreendedor abandonado pelo Estado Imperial e aniquilado pelo capital inglês.¹ Ademais, seria Mauá um abolicionista de fato, como assim o retrataram as biografias em especial a de autoria de Jorge Caldeira² e Lúcia Besouchet³? No que tange à mão-de-obra em Ponta d'Areia, a medida em que discutimos esse tema no capítulo 3, a resposta emerge.

Há uma significativa literatura que concorda com a idéia de que a fabricação de navios, já nos séculos XVII e XVIII, era consoante com as novas demandas comerciais. Ampliava-se o movimento nos portos do Rio de Janeiro em decorrência do aumento do

¹GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá & Cia (1854-1866)*. São Paulo: 1997. Tese (Doutorado)-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1997.p.27

² CALDEIRA, Jorge. *Mauá Empresário do Império*. 15ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

³ BESOUCHET, Lúcia. *Mauá e seu Tempo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1978.

intercâmbio comercial com o reino, Bacia do Prata, colônias africanas e asiáticas e outras capitanias do Brasil. O Rio de Janeiro passou a ser o “elo vital das rotas de açúcar e ouro”⁴

A produção historiográfica de Lapa foi, e continua sendo o lugar de muitas inspirações para aqueles que desejam estudar a economia interna do Brasil entre os séculos XVI a XVIII. Embora grande parte de sua investigação se concentre no período colonial, esclarece-nos o papel da construção naval como importante atividade manufatureira já nos finais do século XVIII. A leitura de *A Economia Colonial* informa-nos acerca da necessidade de construção de navios mercantes e também de guerra. O Estado dedicava especial atenção à navegação de cabotagem e às armadas guarda-costas, porque o que estava em jogo era o comércio interno e a defesa do país. Os estabelecimentos de fundição, máquinas e construção naval quer seja da Província do Rio de Janeiro, ou baianos, paranaenses e pernambucanos empregavam grande quantidade de matéria prima nacional e também estrangeira, logo importavam manufaturas e implementos, movimentando volumosos recursos. Tendo em vista que a empresa não deixava de ser para o setor público um pesado ônus, os estaleiros particulares participavam da construção de embarcações de menor porte.

A Economia Colonial faz-nos conhecer a polêmica em torno do Alvará de 12 de novembro de 1757, que mandou dar preferência aos navios fabricados no Brasil para o transporte de mercadorias, e que acabou por gerar os protestos dos latifundiários baianos do açúcar contra tais privilégios:

(...) os estaleiros tinham sempre certa primazia que só era quebrada pela indústria açucareira. Tanto para reparos como para as construções propriamente ditas, os critérios utilizados postergavam outros setores da economia colonial, o que provocava protestos e conflitos (...).⁵

Tal informação foi relevante, na medida em que nos ajudou a pensar acerca da precoce posição de destaque dos estabelecimentos de fundição, máquinas e construção naval numa economia que parecia ser de base essencialmente agro-exportadora.

Os quadros do comércio das primeiras décadas do século XIX, elaborados por Luccock enfatizam especialmente o comércio de Cabotagem do Rio Janeiro com outras províncias, tanto de gêneros alimentícios e bebidas alcoólicas, como de ferragens, cimento, suprimentos militares, inclusive material para a construção naval.

A incipiente indústria manufatureira naval parecia estar relacionada não só com a cabotagem, como também com a plantação tropical. Provavelmente nas inúmeras oficinas do

⁴ LOBO, Eulália.Maria Lehmeyer. História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro) . Rio de Janeiro:IBMEC, 1978. Vol. I. p. 28

⁵ LAPA, José Roberto do Amaral. *Economia Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973.p.250.

destes estabelecimentos havia um aproveitamento do espaço e da estrutura para a produção de peças destinadas aos engenhos e de outros instrumentos de trabalho requeridos pela agricultura.

Tanto Eulália Lobo⁶ como Geraldo Bauclair de Oliveira⁷ indicam a existência da integração de vários setores nos estabelecimentos de fundição, máquinas e construção naval do Governo, no século XIX: oficinas de ferraria, de carpintaria, de canteiros e pedreiros, pintores, fábricas de velas, fábricas de lonas e poleeiros. Em nossa investigação também interessa-nos analisar a possível integração de oficinas no estabelecimento Ponta d'Areia

Os grandes expoentes da indústria do ferro e de navios em termos de magnitude e organização da produção, eram os estabelecimentos de máquinas e construção naval do século. XIX. Dois deles estavam localizados em território fluminense: tratavam-se do Arsenal da Marinha, de organização estatal e do Estabelecimento de Fundição e Máquinas de Ponta d'Areia, de organização privada, pertencente a Carlos Colemann, e adquirida em 1846 por Irineu Evangelista de Sousa, futuro Barão de Mauá.

Um dos objetivos gerais de nossa dissertação consiste em caracterizar a organização do processo de trabalho em Ponta d'Areia . Deste modo, percorremos uma bibliografia obrigatória para a posterior interpretação de nossas fontes, dentre os quais nos deparamos com Paul Mantoux, Karl Marx, Rômulo Garcia de Andrade, Luiz Carlos Soares, Jorge Siqueira, Eulália Lobo, Geraldo de Bauclair de Oliveira, Douglas Libby, entre outros.

Paul Mantoux abordou o que considerou o nascimento da grande indústria moderna, porém de modo menos conceitual que Karl Marx, se bem que se verifica certa concordância entre os dois autores. O componente essencial dessa indústria, seria o uso do maquinismo como o fator essencial da produção na medida que determina a quantidade, a qualidade e o preço de custo dos produtos.⁸ Para Marx, um dos aspectos distintos na organização do trabalho entre uma fábrica e uma manufatura é a unidade técnica conferida pela máquina ferramenta que realiza todas as operações que o trabalhador executava antes com ferramentas semelhantes..⁹ Mantoux, da especial ênfase ao processo histórico inglês, preocupando-se em recuperar a gênese da indústria moderna. Este autor entende a grande indústria moderna de

⁶ Idem, *ibidem*.

⁷ OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair M. *Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1898-1860*. Rio de Janeiro: Studio F& S Editora, 1992.

⁸ MANTOUX, Paul. *A Revolução Industrial no século XVIII*. Trad. Sonia Rangel. São Paulo: Ed. Hucitec, s.d. Apesar de considerarmos a importância de toda obra, para a discussão teórica nessa dissertação, detivemo-nos especialmente nos dois primeiros capítulos da segunda parte intitulados: *O maquinismo na indústria têxtil e As fábricas*.

⁹ MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. 3ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Livro I, Tomo I, Cap. XII.

modo total, isto é, como um regime econômico e social, concebido inicialmente na indústria de tecidos algodão na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII. A nova indústria estaria intimamente ligada ao comércio colonial com a Índia. Além disso, foi esse ramo da indústria que tornou possível certo empirismo e deu lugar a novas inovações tecnológicas. A modificação na organização do trabalho e a passagem do sistema manufatureiro ao fabril, segundo Mantoux, deu-se com a invenção da *spinning-jenny* de James Hargreaves e a *water-frame*, de Arkwright, pois introduziram a figura do engenheiro e também a super-especialização e aumento da produção, visto que, em 1783, no processo de estampa dos tecidos de algodão uma única máquina passou a fazer o trabalho de 100 operários.

Faz-se interessante notar que o engenheiro ainda não carregava consigo a conotação de um gerenciador na produção, no entanto era retratado como alguém em condição intermediária entre um carpinteiro e um ferreiro, que instalava máquinas, sabia aritmética, era capaz de desenhar uma planta ou calcular a velocidade ou a força de uma roda.¹⁰

Ao referir-se à indústria moderna, Mantoux enfatizou que ela foi o resultado do enxerto do sistema fabril no manufatureiro e buscou traçar progressivamente os acontecimentos que permitiram a passagem da unidade manufatureira para a fabril. O inventor Arkwright, teria dado grande impulso a essa transformação em 1771, quando associou-se com dois ricos fabricantes de tecidos, e também mercadores que passaram a reunir um grande número de operários na mesma oficina. Em 1779, o empreendimento de Arkwright reunia mais de trezentos operários e milhares de fusos.¹¹ Segundo o autor, as ferramentas na indústria de algodão já formavam um sistema complexo, capaz de realizar todas as operações sucessivas desse indústria, exceto a última, a tecelagem. O mérito do inventor residiu em tirar proveito de várias invenções da época, reunindo-as num sistema. As oficinas providas de muitas máquinas e vários trabalhadores, o que Marx chamaria de manufatura, foram denominadas por Mantoux como origem da moderna indústria: “(...) com Arkwright, o maquinismo deixou de pertencer exclusivamente à história da técnica: passou a ser um fato econômico, no sentido mais amplo da palavra.”¹²

Conforme Mantoux, o sistema fabril foi consequência do maquinismo que gerou, por sua vez, uma disciplina concernente à organização do trabalho:

Um equipamento constituído de partes solidárias, acionado por uma força motriz central, só podia ser instalado em um único local, onde seu funcionamento fosse

¹⁰ MANTOUX, Paul. *A Revolução Industrial no século XVIII*....,op.cit., p.207.

¹¹ Idem, ibidem, p.215.

¹² Idem, ibidem, p.226.

dirigido por um pessoal disciplinado. Esse local era a fábrica: não há outra definição para ela¹³

Para Marx, conforme já comentamos, o sistema fabril também foi consequência do maquinismo, porém faz-se necessário frisar que, para este autor, a existência de uma força motriz que aciona máquinas não é o determinante do sistema fabril, também a manufatura poderia ser movida por uma força motriz hidráulica ou a vapor. O determinante é a existência da máquina ferramenta que unifica as operações e permite a continuidade de processos particulares.¹⁴ Ao caracterizar a grande indústria moderna, Mantoux chamou a atenção para o novo regime industrial, segundo o qual um capitalista dirigia várias empresas que estavam ligadas entre si e intercambiavam capitais.

Eulália Lobo utilizou o conceito de manufatura. Realizou um abrangente estudo estatístico. Situou a construção naval já no século XVII, em conexão com o comércio de cabotagem e com a defesa do país. Assinalou, de modo geral, a contribuição fundamental das oficinas de fundição, que funcionavam dentro dos grandes estabelecimentos de máquinas e construção naval, com os trabalhos requeridos pela agricultura e a agroindústria, e chegou a citar a existência de máquinas e a divisão do trabalho nas oficinas.

A autora ao analisar as consequências da proibição do tráfico de escravos para as manufaturas em 1850, enfocou seu aspecto positivo: parte do capital investido na atividade do tráfico foi deslocado para o investimento em estabelecimentos manufatureiros: “A coincidência entre a abolição do tráfico e a multiplicação das instituições bancárias e o primeiro surto manufatureiro não é eventual”.¹⁵ Para a elaboração de nosso trabalho, foi importante a contribuição da autora no sentido de inserir as manufaturas no momento de predominância do capital comercial no Brasil, buscando explicar o deslocamento de capitais para as atividades econômicas dos setores secundários e terciários.

Eulália Lobo apontou o período compreendido entre 1865-1870 como uma época de grande incentivo à indústria naval decorrente da Guerra do Paraguai. Devido à eclosão da guerra, aumentaram as emissões de dinheiro, os impostos e as taxas alfandegárias e a demanda interna, ocasionando um “surto mercantil e manufatureiro”.

Finalmente, assinalou o ano de 1875 como aquele em que houve definitivamente uma contração das manufaturas. O principal motivo foi a revisão das tarifas alfandegárias: o abandono da cobrança de 15% sobre o ouro e dos impostos de importação de bens

¹³ Idem, ibidem., p.240.

¹⁴ MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política...* op.cit., Livro I, Tomo I., Cap.XII.p.7.

¹⁵ LOBO, Eulália.Maria Lehmeyer. História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro) ..., op.cit., Vol. I. p. 38.

manufaturados. O ano de 1880 aparece, então, como marco da “indústria” com o fim do que Lobo denomina “predomínio da economia de plantação escravagista”.¹⁶

Ao tratar da Indústria, Luiz Carlos Soares a insere no contexto maior da sociedade escravista. Delimitou dois períodos ao estudar o tema: o primeiro compreendido entre 1808-1840, momento de predominância das formas artesanais; e o segundo, entre 1840-1880. Houve, em realidade duas fases distintas nesse segundo período: uma de crescimento manufatureiro (1840-60) e outra de declínio e estagnação (1860-1880).

Para a elaboração de nossa dissertação interessou-nos especialmente esse segundo período. O autor analisou aspectos importantes relativos à conjuntura desse subperíodo, por exemplo. Em 1840–1860 às áreas de cultivo de gêneros de subsistência nas fazendas de café foram reduzidas, pois a mão-de-obra escrava já escassa passou a concentrar-se no cultivo do café. Assim, quando as atividades industriais se desenvolviam fora da propriedade agrícola, adquiriam uma maior liberdade de movimento e adotavam uma forma de organização manufatureira, possibilitando também a proliferação de oficinas artesanais independentes nas áreas urbanas. Por outro lado, a Tarifa Alves Branco (1844) , que fixou a taxa de 30% *ad valorem* para a maioria dos artigos importados, é designada pelo autor como um “protecionismo moderado”. Segundo Soares, a tarifa visava aumentar a arrecadação do Governo numa época em que era impossível aumentar os impostos sobre a produção rural. O autor ainda enfatizou uma tímida política de auxílio à indústria, sempre controlada pela classe dos proprietários rurais. A proteção do Estado limitava-se às loterias e a uma proteção direta, através de empréstimos: o estabelecimento Ponta d`Areia foi um dos poucos beneficiados. De qualquer modo, verificou-se um crescimento manufatureiro, embora se tratasse de um fenômeno de minorias beneficiadas pelo Estado.

Soares apontou a ausência de uma *revolução técnica* até 1880 que ocasionasse a transformação das manufaturas em fábricas, conforme o sentido científico do termo utilizado por Marx. Ao contrário de Eulália Lobo, o autor não realizou uma associação direta entre o crescimento das indústrias, a liberação de capitais envolvidos no tráfico de africanos e o crescimento das instituições bancárias. Soares mostra-se desfavorável a esse argumento freqüentemente utilizado para explicar o surto manufatureiro. Observou que a indústria não parecia ser um investimento suficientemente seguro para aplicar um grande volume de capitais excedentes do tráfico, embora fosse uma oportunidade a mais de diversificação de atividades econômicas num momento propício para isso. Sendo a indústria um investimento de

¹⁶ Idem, ibidem, p.222.

risco, os comerciantes e financistas procuraram a tutela do Estado para não se arriscarem demais, no que diz respeito à primeira metade do século.¹⁷

Por fim, o crescimento da população livre, a partir de 1850, aumentou as possibilidades do crescimento do mercado consumidor de produtos manufaturados. Soares conclui que a manufatura fluminense se ampliou nos anos 1840 e 1860, paralelamente às atividades comerciais, bancárias, transportes e de serviços urbanos, em consonância com os interesses dos cafeicultores, e seguindo as normas da organização escravista

Rômulo Garcia de Andrade investigou as manufaturas fluminenses, no período compreendido entre 1808-1850, pelo lente da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Enfocou a política do órgão em relação a estes estabelecimentos tendo como eixo central a subordinação da cidade e das manufaturas ao campo. Nesse sentido, utilizou o referencial teórico marxista para analisar as diferentes formas de organização do trabalho. Além disso, adotou como eixo teórico as reflexões de Eugene Genovese para justificar que a subordinação da cidade ao campo era inerente à economia escravista¹⁸ Essa investigação foi de fundamental importância para a elaboração do primeiro capítulo da nossa dissertação, no qual consideramos as atividades industriais antes da Lei Alves Branco, em 1844, através dos documentos não só da Junta Comercial, mas também da Revista *O Auxiliador da Indústria Nacional* e outras fontes relativas aos estabelecimentos industriais da região sudeste. Deste modo, foi possível refletir sobre os limites entre as atividades econômicas complementares e a agroexportação na primeira metade do século e a partir daí, analisar tal relação após 1850, dentro de um contexto maior. Contudo, optamos por não estabelecer uma rígida separação entre cidade e campo, para o caso de Niterói, pois como se pode verificar no Capítulo 3 da dissertação, esses limites, tratando-se da mão-de-obra, escrava, não eram rígidos. Niterói, capital da Província do Rio de Janeiro foi caracterizada pela escravidão urbana..

Sobre a “pré-indústria brasileira”, Geraldo de Bauclair de Oliveira a situou-a no período compreendido entre a vinda da família real portuguesa ao Rio de Janeiro (1808) e o ano de modificação do Sistema Alfandegário com a perda dos mecanismos de proteção (1860). Ademais, o autor assinalou a extinção do tráfico em 1850, que teria contribuído para desviar a mão-de-obra escrava, da “pré-indústria” para a cultura cafeeira, já que na segunda metade do século verificou-se uma política de forte apoio à manutenção do negócio do café.

¹⁷ SOARES, Luiz Carlos *A manufatura na formação econômica e Social Escravista do Sudeste. Um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense 1840-1880*. Rio de Janeiro, 1980. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.p.374.

¹⁸ ANDRADE, Rômulo Garcia de. *Burocracia e Economia na Primeira Metade do séc. XIX (A Junta do Comércio e as Atividades Artesanais e Manufatureiras na Cidade do Rio de Janeiro: 1808-50)* Rio de Janeiro, 1980. Dissertação de Mestrado-Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense.

Oliveira apontou também a extinção da Junta Comercial como outro fator que adiou o salto do “estágio pré-industrial” para o “estágio propriamente industrial”. Em seus estudos, situou a Indústria Naval como o grande expoente, embora trate das principais “pré-indústrias” em todos os seus ramos existentes no período. Oliveira aproximou-se, assim, de uma análise permeada pelas categorias braudelianas aplicáveis ao caso europeu, dentre as quais destacam-se quatro categorias da “pré-indústria”: sendo a primeira as minúsculas “fábricas familiares”, a segunda as oficinas dispersas mas ligadas entre si, a terceira a manufatura aglomerada e a quarta as fábricas equipadas com máquinas. De todos os modos, a “pré-indústria” estava ainda submersa na vida agrícola¹⁹

O estudo de Siqueira, acerca da Companhia Luz Steárica (1854-1898), deu-nos especial luz também para a elaboração teórica do nosso projeto de pesquisa, uma vez que inseriu o empreendimento de Irineu Evangelista no contexto manufatureiro e pré-capitalista, que para o autor foi o momento quando se deu um acúmulo de capitais, permitiram a organização da empresa em base fabril e capitalista.

(...) a acumulação primitiva que possibilitou os investimentos em empresas urbanas capitalistas ou com tendência a se transformarem em capitalistas tem seu ponto de partida no modo de produção escravista.²⁰

A Companhia de Luz Steárica nasceu no contexto escravista, uma vez que recebeu capitais de vários segmentos e instituições que tinham sua razão de ser na economia cafeeira de base escravista. Essas instituições eram os bancos montados para a negociação do café, e para o tráfico de escravos, cuja extinção liberou o capital para o investimento nesse estabelecimento industrial. A fase manufatureira da companhia situou-se entre 1857--1885 e algumas características peculiares desse momento são recolhidas na dissertação, dentre as quais destacam-se: a concatenação do trabalho em ofícios parciais e a combinação do trabalho escravo e do trabalho livre.

Incluímos em nossa literatura Rondo Cameron²¹ pois, ainda que esteja fora do contexto brasileiro, forneceu-nos em sua *História Econômica do Mundo* um valioso instrumental teórico para a análise da organização do processo de trabalho predominante no Estabelecimento de Ponta d’Areia no século XIX, bem como as conseqüências derivadas do

¹⁹ OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair M. *Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1898-1860....*,op.cit.,p.15.

²⁰ SIQUEIRA, José Jorge. Contribuição ao Estudo do Escravismo Colonial para o Capitalismo Urbano-Industrial no Rio de Janeiro: a Companhia Luz Steárica (1854-1898). Niterói, 1984. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.p.134.

²¹ CAMERON, Rondo. *História Econômica do Mundo*. Lisboa: Publ. Europa-América, 00. Trad.Isabel Veríssimo.

status de Sociedade Anônima assumida pela empresa em 1854. É de nosso interesse, especialmente, a argumentação do autor a respeito da “proto-industrialização”, sobre as sociedades industriais e “pré-industriais”, as sociedades anônimas e o processo de industrialização em oposição à inexistência do termo Revolução Industrial. Segundo Cameron, a característica definidora da “proto-indústria” não reside em seu caráter caseiro, mas sim no fato de exportar sua produção para mercados distantes. Exemplos de vulto da “proto-indústria” citados em sua obra são: as siderurgias em áreas rurais e os estaleiros holandeses.

Sobre as diferenças entre as sociedades “pré-industrial” e “industrial”, também denominadas “pré-moderna” e “moderna”, Rondo Cameron atribuiu como características essenciais desta última o papel diminuto da agricultura e a grande proporção de mão-de-obra empregada no setor terciário de serviços. No tocante ao termo Revolução Industrial aplicado na Inglaterra na segunda metade do século XVIII, o autor afirmou ser inexato ao apontar importantes e súbitas invenções em um curto espaço de tempo. Toynbee haveria empregado o termo, fixando arbitrariamente datas, baseado no reinado de Jorge III (1760-1820). Assinala Cameron, que a subitaneidade não é característica dos processos econômicos. “A inovação nessas indústrias que mal tinham começado antes de 1800 e já na segunda metade do século XIX conseguiram transformar-se por completo”.²² Seguindo essa linha de raciocínio, o processo econômico caracterizou-se, assim, por mudanças generalizadas: com a técnica, a agricultura tornou-se mais produtiva e mais comercial, em seguida verificou-se o que o historiador denominou a “comercialização de toda a nação” com a origem dos bancos:, sendo o pioneiro o Banco da Inglaterra em 1694.

Incluimos, também, Ilmar Rhloff Mattos dentre nossas leituras obrigatórias. Interessava-nos desde a elaboração do projeto de pesquisa investigar a inserção e a influência de Ponta d’Areia na sociedade brasileira de sua época. Deste modo, buscávamos uma melhor compreensão do Estado Imperial. Este autor caracterizou-o como órgão dirigido por uma classe senhorial integrada por proprietários de terras e escravos, cujo poder se reafirma com a expansão cafeeira, e é capaz de incorporar outros grupos sociais.²³ Apesar disso, Ilmar Mattos concebeu a classe senhorial como o único unificador social. Embora não adotemos o conceito de classe, preferindo o de bloco de poder, que nos parece mais adequado e dinâmico para expressar a incorporação de burocratas, médicos, jornalistas, literatos, comerciantes e indústrias; em nossa dissertação nos aproximamos bastante das idéias de Mattos, pois estamos de acordo em que os dirigentes desse bloco de poder eram essencialmente os

²² Idem, *ibidem*. p.209.

²³ MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema*. 3 ed. Rio de Janeiro: ACCES, 1994. pp.3-4 e 92.

cafeicultores e escravocratas. Nesse caso, o bloco de poder é o resultado histórico da aliança de diversas classes sociais e frações de classe, onde uma delas é hegemônica e impõe a lógica da sua hegemonia às demais classes e frações de classe.

Douglas C. Libby²⁴, ao tratar da mão-de-obra nos estabelecimentos industriais de Minas Gerais do século XIX em sua Tese de Doutorado, referiu-se a uma indústria de minerais que apresentou diversas organizações. Porém, aquela que pareceu predominar foi a organização manufatureira. Deu especial ênfase ao mercado consumidor externo, principal alimentador dessa atividade econômica. Destacou a idéia desenvolvida sobre a versatilidade do trabalho escravo, desfazendo o esquema segundo o qual o trabalho escravo seria característico do sistema agro-exportador de produtos tropicais ou semi-tropicais. No que diz respeito especificamente à especialização do trabalho, destacou a contribuição dos africanos à indústria siderúrgica de Minas Gerais, através do aperfeiçoamento dos chamados fornos suíços.

Em nossa dissertação a questão da especialização da mão-de-obra é de fundamental importância, no que diz respeito à organização do processo produtivo e no que tange às relações de trabalho no estabelecimento, pois um dos nossos objetivos específicos é perceber a integração entre escravos e homens livres brasileiros e estrangeiros, bem como a combinação entre trabalho assalariado e não assalariado nesse estabelecimento.

Para essa tarefa recorreremos primeiramente à obra de Mary Karasch, uma das primeiras historiadoras que apontaram o uso generalizado do trabalho escravo no meio urbano. Em *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*, Karasch observou que quase todos os ramos manufatureiros utilizavam esse tipo de mão-de-obra, sem citar, no entanto, Ponta d'Areia. Karasch nos informou que os escravos – homens em idade produtiva – dificilmente eram alforriados. “(...) os donos estavam freqüentemente menos dispostos a libertar um homem”. E “as mulheres tinham também vantagem sobre os homens de que nem sempre eram avaliados por sua capacidade de executar trabalho braçal, mas por seus serviços domésticos”.²⁵

Nossa bibliografia obrigatória passou por outros autores que dedicaram grande esforço para discutir a escravidão urbana, as possibilidades de liberdade e a questão do possível

²⁴ LIBBY, Douglas Cole. *População e Mão-de-Obra Industrial na Província de Minas Gerais. (1830-1889)*. São Paulo, 1987. 442 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1987.

²⁵ KARASCH, Mary, *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.453.

assalariamento dos escravos ao ganho. Dentre eles, citamos Luiz Carlos Soares²⁶ e Leila Mezan Algranti²⁷. A polêmica é trazida a tona no Capítulo 3 e nesse momento discutimos outros autores que proporcionaram matizes a essa reflexão. No que tange à questão da escravidão, o Capítulo 3 tratará as idéias liberais contidas das páginas do *Auxiliador da Indústria Nacional* e perpetuadas por alguns estudiosos da escola sociológica paulista. Um pouco mais além, será possível analisar a própria postura do Barão de Mauá em relação ao assuntos, na medida em que serão reveladas suas opiniões e atos em relação ao emprego do trabalho escravo em Ponta d'Areia.

O recorte temporal 1844-1863 por nós escolhido para a elaboração da dissertação deveu-se, evidentemente, a um motivo especial. Em 1844, localizamos a Lei Alves Branco, uma tentativa de melhorar o acúmulo de divisas, que determinava o aumento das tarifas de importação e que, nos anos seguintes, acabou por beneficiar também o Estabelecimento de Ponta d'Areia. Em 1850, Mauá participou da elaboração do Código Comercial (junto com cafeicultores e com integrantes do Partido Conservador), associados ao Estado para a expansão de seus negócios, incluindo a Ponta d'Areia. O ano de 1854 marcou a transformação do estabelecimento em empresa de capital aberto, ação ousada para uma indústria brasileira da época. Em 1860, a “Lei de Entraves”, proposta por Silva Ferraz, restringindo o funcionamento dos Bancos, limitou os recursos de que estes dispunham para o setor manufatureiro privado, afetando, conseqüentemente a Cia. Ponta d'Areia. O ano de 1863 foi por nós escolhido, porque coincidiu com o declínio da empresa. Além disso, o último balanço, por nós encontrado, é do referido ano. Seria nosso desejo avançar no estudo até o ano de 1870, fim da Guerra do Paraguai, com intuito de compreender em que condições o Exército utilizou as oficinas do estabelecimento durante o conflito. No entanto, apesar do trabalho árduo na etapa de levantamento de fontes, somente encontramos uma alusão a esse episódio no *Jornal do Comércio* em 1929²⁸.

O primeiro capítulo objetiva analisar a situação dos estabelecimentos industriais antes da Lei Alves Branco, em 1844. Buscamos perceber qual a dimensão e a organização do

²⁶ Especialmente: SOARES, Luiz Carlos. *Os Escravos ao Ganho no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Revista Brasileira de História. v. 8, n.16, pp.107-142. març 88/ ago88.

²⁷ ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor Ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

O debate entre Leila Mezan Algranti e Luiz Carlos Soares está recolhido em:

_____. Os Ofícios Urbanos e os Escravos ao Ganho no Rio de Janeiro Colonial. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1996. pp 196-211.

²⁸ QUARTIM, Adriano de Souza. Mauá e o Estabelecimento Ponta da Areia. *Jornal do Comercio*, Rio de Janeiro, 8 jul. 1928. s/n.

trabalho em empreendimentos fluminenses e da região sudeste como um todo, a fim de perceber as diferenças entre si, e, entre os empreendimentos posteriores a 1844, em especial Ponta d'Areia. Perguntamo-nos até que ponto o estabelecimento do Barão de Mauá se diferenciou ou se destacou entre os demais. Nessa primeira parte, interrasava-nos de modo especial, conhecer a política governamental em relação às atividades do setor secundário da economia, por isso o capítulo está, em parte, fundamentado na documentação da *Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação* existente no Arquivo Nacional e na Revista *O Auxiliador da Indústria Nacional*, localizada no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Detivemo-nos na acepção de oficina, fábrica e manufatura usada nos documentos da Junta de Comércio e confrontamo-nas com a acepção teórica do termo segundo Adam Smith e Karl Marx. Com o intuito de analisar a legislação, buscamos verificar em que se fundamentaram os critérios para a obtenção de subsídios, empréstimos e outros favores. Interessava-nos também compreender quem eram os proprietários desses estabelecimentos e até que ponto alguns deles estavam ligados ao capital comercial. Essa parte do trabalho foi importante em nossa caminhada e para que chegássemos a algumas conclusões no segundo e terceiro capítulos.

O segundo capítulo trata especificamente de Ponta d'Areia. Na medida em que estudávamos o panorama anterior a esse estabelecimento, foi possível uma melhor percepção do lugar que ocupou depois de 1844. Um dos objetivos específicos no estudo da trajetória da empresa é perceber sua inserção e influência na sociedade da época, o que significa entre outras coisas, analisar a existência ou ausência de limites para o exercício da atividade industrial. Perguntamo-nos se para o período estudado, haveria alguma relação entre decadência da atividade agrícola e ascendência da atividade industrial, questão que foi respondida, de modo claro, ao longo do trabalho. Nesse ponto, foi de suma importância investigar que implicações a configuração jurídica Sociedade Anônima, conferida à Ponta d'Areia em 1854, trouxe ao tecido social fluminense, tendo em vista o significado dessa realidade de acordo com o Código Comercial de 1850. Foi necessário, então, buscar os sócios de Ponta d'Areia e os políticos da Província do Rio de Janeiro ou do Gabinete Ministerial implicados na história da empresa. A Correspondência Epistolar Pessoal e Comercial do Barão de Mauá existente no Instituto Histórico e Geográfico contribuiu para que chegássemos ao fim desse caminho. Embora incompleta, ela revela quem eram as pessoas a quem se dirigia Mauá e com quem realmente contava para a efetivação de seus negócios. Essa documentação foi confrontada com os *Relatórios Ministeriais e de Presidente da Província do Rio de Janeiro*, fontes oficiais abundantíssimas, e com os balanços da empresa existentes na Biblioteca Nacional. Por um lado, deparamo-nos com poucos balanços

empresariais, que apesar de citados devidamente por Cláudio Gans²⁹ nos rodapés da Biografia de Mauá que organizou, encontram-se, hoje, perdidos. O problema foi resolvido uma vez que, depois de um árduo trabalho de levantamento de fontes, nos deparamos com *Balanços de Ponta d'Areia* inéditos publicados no *Jornal do Commercio* e outros, até então, também inéditos, localizados no setor de Obras Raras da Biblioteca Nacional. Metodologicamente, consideramos alguns cuidados especiais para o uso das Fontes Oficiais. O primeiro deles consistiu em não usar tais documentos isoladamente, mas sempre em paralelo e de modo comparado com a correspondência. Deste modo, optamos pelo confronto de fontes, a fim de detectar possíveis contradições, como de fato aconteceu. No que diz respeito ao processo de organização do trabalho em Ponta d'Areia, buscamos verificar possíveis tecnologias, divisão do trabalho, uso do espaço no estabelecimento, especialização da mão-de-obra. O método comparativo mais uma vez foi utilizado. A atuação de Ponta d'Areia na Exposição Nacional da Indústria em 1861, foi estudada à luz de outros estabelecimentos nacionais que também participaram do evento.³⁰

O Capítulo 3 dá prosseguimento ao estudo sobre a especialização da mão-de-obra em Ponta d'Areia, verificando as possíveis relações entre especialização do trabalho e trabalho escravo ou assalariado. No marco da conjuntura dos anos de 1850, cujos efeitos foram bem mais complexos do que a primeira vista parecem ao historiador, traçamos uma análise acerca da oscilação no uso de mão-de-obra escrava e assalariada pelo estabelecimento durante seu tempo de existência. Consideramos, ademais, a questão da nacionalidade dos trabalhadores assalariados ou escravos, a fim de perceber a inserção e papel da empresa na sociedade fluminense. Nesse ponto, o objetivo foi verificar se Ponta d'Areia constituiu uma empresa escravista, através do estudo do quadro de mão-de-obra em paralelo com a formação do Sudeste. Por isso, o segmento inicial do Capítulo 3 acerca da demografia histórica fluminense foi de especial importância para a contemplação desse objetivo. Constituíram, ademais, objetivos específicos a investigação das modalidades de escravidão utilizadas na empresa e a existência de conflitos entre os trabalhadores.

O breve Capítulo Conclusivo procura responder de forma bastante clara e sintética, porém completa, às duas hipóteses que dirigiram nossa pesquisa. A primeira delas de que

²⁹ MAUÁ, Irineu Evangelista de Sousa, Visconde. *Autobiografia – Exposição aos Credores*. Prefácio e Comentários de Cláudio Gans. Rio de Janeiro: Toopbooks, 1998.

³⁰ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO BRASIL. *Catálogo dos Productos Naturaes e Industriaes que Figurão na Exposição Nacional Inaugurada na Corte do Rio de Janeiro no dia 2 de dezembro de 1861*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1862, pasta 15,3,7.

Ponta d'Areia não se constituiu uma fábrica, conforme afirmou Caldeira ³¹ e a segunda hipótese de que Ponta d'Areia foi um empreendimento que reforçou o sistema de mineração, cujas diretrizes eram dadas pelos plantadores fluminenses.

³¹ CALDEIRA, Jorge. *Mauá empresário do Império...*, op.cit.

Capítulo 1 - Os Estabelecimentos Industriais antes de 1844

1.1- Caracterização das Atividades Industriais pela Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação.

A primeira diretoria da Junta de Comércio, Agricultura Fábricas e Navegação do Estado do Brasil e domínios Ultramarinos tomou posse em de 18 de maio de 1809. Instalada junto às repartições públicas na colônia, seguia o modelo e estrutura originais de Portugal e esteve subordinada ao Ministério do Império até 1842.¹ Composta por um presidente, deputados, um secretário, um juiz e um fiscal, a Junta tinha como funções efetuar matrículas de comerciantes, mestres, oficiais e marinheiros; conceder licenças para abrir loja de varejo e, no tocante às atividades industriais, examinar a concessão do título de “fábricas nacionais” aos estabelecimentos particulares que o requisitassem.

Os estabelecimentos do governo automaticamente já detinham o título. Dentro da orientação mercantilista implementada por D. João VI, eram aqueles estabelecimentos do Estado ou Particulares, que pós receberem a Provisão das Fábricas desta categoria, estavam isentos do pagamento de direitos alfandegários sobre matérias-primas importadas. No Período Joanino, estes estabelecimentos eram denominados “Fábricas Reais”, pois ao receberem a provisão tinham a autorização do uso das Armas Reais em suas portas, o que dava aos consumidores uma maior credibilidade quanto à qualidade de seus produtos. Após a Independência, os estabelecimentos agraciados com tais privilégios passaram a colocar em suas portas as Armas Imperiais e foram denominados “Imperiais Fábricas.”² O órgão ainda concedia loterias para ampliação dos estabelecimentos, das imunidades e isenções para os empregados e dos privilégios exclusivos aos inventores e introdutores de novas máquinas.³ Compreender o esquema de funcionamento do órgão, bem como a natureza das consultas a ele requisitadas, corresponde a refletir sobre traços da política em relação aos estabelecimentos industriais no Brasil, bem como ao panorama econômico nacional. Primeiramente consideramos necessário precisar o significado que à época se atribuía aos

¹ Cf. ANDRADE, Rômulo Garcia de. *Burocracia e Economia na Primeira Metade do séc. XIX (A Junta do Comércio e as Atividades Artesanais e Manufatureiras na Cidade do Rio de Janeiro: 1808-50) ...*, op.cit., pp.3-4

² Cf. SOARES, Luiz Carlos. *A manufatura na formação econômica e Social Escravista do Sudeste. Um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense 1840-1880*. Rio de Janeiro, 1980. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.

³ ARQUIVO NACIONAL. *Real Junta do Comércio. Posses e Juramentos*. Rio de Janeiro, Seção do Poder Executivo, Códice 520.

termos indústria, manufatura e fábrica, a fim de interpretarmos corretamente as fontes primárias, especialmente aquelas da Junta.

O emprego da palavra “indústria” bem como dos termos “oficinas”, “manufaturas” e “fábricas” deu-se de um modo peculiar pelos deputados da Junta. Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, o estudo da Ciência Econômica era incipiente no Brasil do século XIX. Nos tradicionais dicionários do período, existentes no Rio de Janeiro, não se encontram caracterizações correspondentes aos termos científicos artesanato e manufatura, segundo a aceção de Karl Marx. Os dicionários especializados, por sua vez, não existiam em língua portuguesa.⁴ O Dicionário de Francisco Solano, da primeira década do século XIX, conceituava fábrica como “uma oficina em que se prepara ou fabrica qualquer produto”.⁵ No Brasil das primeiras décadas do século XIX, o termo é utilizado no sentido de uma oficina bem montada. A documentação emitida pela Junta preocupou-se não só em distinguir as oficinas das manufaturas das fábricas, mas também em “medir” e estabelecer uma proporção e evolução entre os estabelecimentos industriais a partir do uso dessa classificação. Sobre a definição de indústria, assim expressaram-se os membros do Tribunal da Junta:

alguns economistas e escritores de boa nota marcarão a esse respeito uma escala que poderia ter cabimento nessa questão. Chamam eles oficina ao estabelecimento industrial de um ou mais indivíduos se empregão no trabalho de qualquer desta mechanica. Fábrica a que emprega muitas oficinas e manufatura a que compreende diversas fábricas, empregando esta palavra no sentido mais lato possível. Pondo de parte a primeira espécie, nas duas outras parece se encontrar uma medida que ajudará a marcar as que merecem o nome de grandes ou pequenas.⁶

Conforme esse critério de classificação evolutivo aplicado pela Junta, a fábrica seria superior à oficina e inferior à manufatura. Segundo os deputados do órgão, os quesitos utilizados para a avaliação eram:

(...) variedade de productos, número de trabalhadores, grandeza de edificios, emprego de machinas, circulação de capitães. E de certo, que quantas mais officinas reunir uma fábrica e quantos mais fábricas abranger uma manufatura, tanto maior (ou menor no caso) será a sua grandeza, a sua importância, e sua utilidade, a sua influência no comércio.⁷

A conceituação utilizada pela Junta surge da requisição do Ministério do Império pedindo que o Tribunal determinasse quais eram as “fábricas em grande” diferenciando-as das

⁴ SILVA, Maria Beatriz Nizza. Linguagem Científica, Linguagem Comum. *Ciência e Cultura*, São Paulo: SBPC, v.26, n. 10, pp. 926-928, out. 1974.apud ANDRADE, Rômulo Garcia de. *Burocracia e Economia na Primeira Metade do séc. XIX...*,op.cit.

⁵ SOLANO CONSTANCIO, Francisco. *Diccionario Crítico e Etymologico da Lingua Portuguesa..* Anghelo Francisco Carneiro Filho, 1859.

⁶ ARQUIVO NACIONAL. *Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Consulta do Tribunal da Junta, requerida pela Regência em Nome do Rei por Portaria de 4 de novembro de 1837 e assinada por Bernardo Pereira de Vasconcelos.* Seção de Documentação Histórica, caixa 423, pacote 2.

⁷ ARQUIVO NACIONAL. *Junta de Comércio, Agricultura,Fábricas e Navegação. Consulta do Tribunal da Junta, Requerida pela Regência...*, op.cit., p.19, caixa 423, pacote 2.

pequenas, a fim de orientar a política de concessão de benefícios. O cunho político da consulta era explícito, afinal urgia reorientar quando e para quem, o governo poderia conceder certas facilidades (fato que por nós será analisado no quarto segmento). Da proporção e utilidade comprovada do estabelecimento, dependia a obtenção do título “fábrica em grande”, o recebimento de provisões e isenções tarifárias. Deste modo, consideramos justificado o esforço por entender as conceituações próprias atribuídas aos estabelecimentos industriais pela Junta.

Embora Adam Smith foi quem primeiramente tratou sobre os modos de organização do trabalho nos estabelecimentos industriais, Karl Marx sistematizou a conceituação científica para a indústria e a fez uma distinção teórica entre artesanato, manufatura e fábrica, conceituação essa que será utilizada por nós ao longo desse capítulo. Em realidade, caracterizou formas distintas do trabalho industrial, que diferem entre si qualitativamente, quanto à sua organização e ao desenvolvimento das forças produtivas. Sem o intuito de estabelecer uma hierarquia entre as 3 formas, estudou suas características.

Pelo artesanato os produtos eram preparados em um processo inteiramente manual. O produtor era responsável pelo produto total de um objeto, sem que interviesse a divisão do trabalho. Foi a forma mais antiga do trabalho industrial.

A conceituação de manufatura, segundo Marx, foi baseada no estudo de estabelecimentos industriais europeus dos séculos XVI e XIX. Tratava-se de um processo de trabalho em que as operações eram ainda essencialmente manuais, porém ao contrário do artesanato, este processo manual estava decomposto em várias operações parciais que integravam um processo global em grande escala, o que caracterizava a existência de uma divisão de trabalho. Deste modo, o trabalhador tornou-se especializado. Como critérios básicos de especialização estavam a destreza, a força física e a capacidade de concentração mental. Verificava-se a cooperação: forma de trabalho onde muitos operários trabalham lado a lado e em conjunto seguindo um plano geral. Criou-se uma força produtiva funcionando como coletiva que promovia o aumento da produção. “A cooperação que está fundamentada na divisão do trabalho adquiriu sua forma mais clássica na manufatura”.⁸ Quando se ampliou a base da produção manufatureira, surgiu a possibilidade de utilização de máquinas motrizes de modo secundário e supondo grande dispêndio de forças físicas dos trabalhadores. A manufatura poderia ter seu processo de trabalho organizado de duas formas, caracterizando assim, a manufatura orgânica ou homogênea e a manufatura heterogênea. Na manufatura

⁸ MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*.....,op.cit.p.254.

heterogênea, o objeto produzido compunha-se de “um conjunto puramente externo”, e a reunião de trabalhadores parciais no mesmo estabelecimento não era obrigatória, pois geralmente trabalhavam em suas próprias residências. Na manufatura orgânica, o objeto produzido era o resultado de uma série sucessiva de manipulações e processos entrelaçados, integrando ofícios dispersos, encurtando a distância geográfica entre as diversas fases da produção do artigo, pois reunia trabalhadores no mesmo estabelecimento sob as ordens de um mestre. A manufatura orgânica foi a que mais se aproximou da grande unidade de produção da indústria mecanizada: a fábrica.

Essa terceira forma de organização do trabalho foi caracterizada por Marx como uma unidade de produção, onde houve grande emprego de maquinaria e dissociação do trabalhador direto dos meios de produção. O processo de trabalho, nesse caso, estava dividido numa série de operações, porém diferentemente da manufatura, tais operações eram desenvolvidas por máquinas-ferramentas e o trabalhador era apenas um apêndice delas. A máquina-ferramenta foi concebida como “um mecanismo que ao ser-lhe transmitido o movimento correspondente, executava com suas ferramentas, as mesmas operações que o trabalhador executava antes com ferramentas semelhantes.”⁹

1.2-Os Estabelecimentos de Fundição de Metais no País

A leitura dos documentos da Junta, secundada pelos Relatórios Ministeriais, revela-nos características dos estabelecimentos anteriores a 1844, ano em que entrou em vigor a Tarifa Alves Branco, que acabou por favorecer o desenvolvimento de estabelecimentos industriais no Brasil.¹⁰ Interessa-nos especialmente aqueles que trabalhavam com fundição de metais. Tendo em vista que o objeto de nosso estudo está voltado para esse tipo de atividade, acreditamos que a análise de dados de alguns desses empreendimentos no Rio de Janeiro e mesmo em outras regiões como, por exemplo, Minas Gerais, nas quatro primeiras décadas do século XIX, será de fundamental importância para entender a real dimensão ocupada por Ponta d’Areia, a partir de 1846, no setor secundário da economia brasileira.

A Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação recebeu o registro de 77 estabelecimentos como fábricas ou manufaturas entre os anos de 1808 e 1840. O estudo de Soares revela-nos que predominavam os estabelecimentos no ramo de sabão, velas de sebo, alimentos, rapé, fiação e tecelagem de algodão, lã seda e fundição de ferro e metais, que

⁹ Idem, ibidem, Tomo II, Cap. XIII, pp 6-7.

¹⁰ A importante influência da Tarifa Alves Branco para o desenvolvimento manufatureiro, incluindo-se a Ponta d’Areia, será tratada com a merecida atenção no Capítulo 2 dessa dissertação.

empregavam trabalhadores livres e em maior quantidade trabalhadores escravos. Os estabelecimentos foram classificados como oficinas artesanais independentes pela própria Junta:

Tabela 1. NÚMERO DE OFICINAS ARTESANAIS INDEPENDENTES DA REGIÃO FLUMINENSE QUE RECEBERAM PROVISÃO DE FÁBRICA: 1808-1840

Ramo	Número de Estabelecimentos
Fiação de Tecidos de algodão, lã e seda.	5
Galões e fios de ouro e prata	1
Papel	3
Estamparia	1
Cordas	1
Sabão e Velas de Sebo	10
Chapéus	2
Refinação de açúcar e destilação de aguardente e licores	4
Alimentos	6
Rapé	5
Vinagre	1
Meias de Algodão	1
Vidros	1
Pentes de Tartaruga e chifres	1
Fundição de Ferros e Metais	8
Produtos químicos	1
Carruagens	1
Couros e Peles	3
Sebo	1
Móveis	1
Telhas, tijolos e louças.	1
Espelhos	1
Total	56

Fonte: ARQUIVO NACIONAL. *Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação: Documentação Relativa às Fábricas de Metais*. Seção de Documentação Histórica, caixa 427, pacotes 1,2.
 SOARES, Luiz Carlos. *A Manufatura na Formação Econômica e Social Escravista do Sudeste*. Rio de Janeiro, 1980. Dissertação de Mestrado-Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, p.136.

João Baptista Jardineiro era proprietário da Loja de Fundição de Metais, localizada na Rua do Carmo. Tendo iniciado sua atividade em 1809, vinha no ano de 1815 pedir matrícula na Real Junta de Comércio para gozar de privilégios. O motivo alegado pelo requerente era o fato de que a loja era a “única no ramo” existente no Rio de Janeiro naquele período.

O inspetor da Junta, José Caetano Gómez, encarregado de relatar aos deputados da mesma o que observou na inspeção, escreveu:

Visitei a Loja de Fundidos de João Baptista Jardineiro, a qual não tem aparência de Fábrica pela pequenez do terreno, provou o suplicante ter muita habilidade e hé o único fundidor de metais, mesmo em obras maiores e dificultosas. Parece-me senhor, ser digno da graça que implora¹¹

O suplicante parece ter conseguido a provisão pela originalidade do estabelecimento, apesar das pequenas dimensões. Provavelmente, tratava-se de um pequeno favor que não exigiria grande dispêndio da Junta. Por outro lado, a documentação não esclarece quais seriam as obras maiores e dificultosas que talvez, estivessem relacionadas com a produção de pás, enxadas e peças para engenhos.

Arriscamo-nos a fazer tal projeção tendo em vista que a produção de outras fundições nas primeiras décadas do século XIX estava intimamente relacionada à agroindústria. A fundição de um inglês de nome Robert fundada em 1834, na cidade de Campos, produzia equipamentos para os engenhos de açúcar da baixada campista.¹²

As três fundições de ferro e cobre, conhecidas como Ferrez, Paris & Parot e Fleury eram produtoras de foles, tornos e peças hidráulicas de metal. A documentação da Junta afirmou que as três eram conhecidas por “preferir a maquinaria à técnica manual” e faziam parte da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.¹³ A insuficiência de documentação acerca desses três estabelecimentos impediu-nos de obter maiores informações sobre suas respectivas trajetórias ao longo das primeiras décadas do século XIX, porém é seguro afirmar que ocorreu um progressivo aumento da atividade industrial no ramo da fundição.

Sobre a Fábrica de Armações de Ferro Brot Mayioux, localizada na Rua do Ouvidor, 155 na Corte do Rio de Janeiro, sabemos que foi fundada em 1830. No ano de 1843, negou o pedido de privilégio, por oito anos exclusivos, aos dois sócios com a afirmação de que não eram inventores da “indústria de ferro no país”.¹⁴

O estabelecimento denominado *Manufatura de Lima de Aço Lourenço Júnior de Castro*, em 1810, comunicava á Junta a invenção de “cabos e amarras de cairo”, explicando diferenciar-se de outros estabelecimentos “simples”. O estabelecimento do ferreiro o João José Delduque, era um exemplo de estabelecimento simples na opinião da Junta que não se

¹¹ ARQUIVO NACIONAL. *Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação: Documentação Relativa às Fábricas*. Seção de Documentação Histórica, caixa 427, pacote 2.

¹² COUTO FERRAZ - *Relatório apresentado ao Exm^o Vice- Presidente da Província do Rio de Janeiro o Commendador João Pereira Darrigue Faro pelo Presidente, o conselheiro Luiz Pedreira de Couto Ferraz por Ocasão de Passar-lhe a Administração da Mesma Província*. Niterói, 1852, p. 42.

¹³ ARQUIVO NACIONAL. *Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação: Documentação Relativa às Fábricas*...., op. cit., caixa 427, pacote 1.

¹⁴ Ibidem.

interessou em descrevê-lo em mais pormenores, limitando-se a caracterizá-lo como oficina “de simples fundição”.¹⁵

Alexandre Davdison era engenheiro, nascido na Inglaterra e estabelecido na corte, e trabalhava com ferro, bronze e mais metálicos em “ponto grande”. Produzia peças para engenhos, forjas e fundia moendas. Seu estabelecimento foi fundado também no ano de 1830 e parece ter obtido certo aperfeiçoamento técnico, pois no ano de 1850, “construía uma barca de ferro e vapor”.¹⁶

Na vila de Sorocaba, na Província de São Paulo, localizada na margem esquerda do Rio Ipanema, na montanha Araçoiaba, estava a primeira fábrica de ferro da região, cujos primeiros registros remontam os primórdios de 1590, quando Afonso Sardinha fundou dois engenhos para fundir ferro, dentre os quais em 1600, um foi doado para El-Rey. Em 1629, os dois engenhos não funcionavam mais. Em 1803, o capitão general Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça pediu a um químico, e posteriormente ao inspetor de minas e matas da província, que realizasse um exame mineralógico na montanha onde se localizava a fábrica desativada a fim de avaliar as vantagens numa futura reativação da fundição.

Em 1810, Frederico Luís Guilherme Varhagen foi chamado de Portugal, onde dirigia a Real Fábrica de Figueira dos Vinhos, para formar junto ao governo o plano para construir a nova fábrica. A despesa inicial da obra foi orçada em 32:000\$000 e buscou-se a contratação de 100 escravos, e devendo haver dois auto-fornos no estabelecimento.

O governo apontou a necessidade de buscar colonos suíços experientes para trabalhar nesta fábrica. Um agente, que seria o futuro primeiro diretor da empresa, foi contratado; seu nome era Carlos Hedberg.

Graças à iniciativa do conhecido político Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que escreveu e recolheu avisos, decretos e cartas régias, temos notícias sobre a Fábrica de Ferro de São João de Ipanema desde suas origens. É ele quem transcreve o contrato de Hedberg firmado pelo ministro do Império Conde de Oriola:

Outrossim, obriga-se o mesmo Hedberg a tomar e levar consigo 14 mineiros e forjadores suecos capazes para a construção do trabalho das minas e forjas, como

¹⁵ ARQUIVO NACIONAL. *Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação: Documentação Relativa às Fábricas...*op.cit., caixa 427, pacote 3.

Sobre o estabelecimento brevemente citado do ferreiro João José Delduque, não há outros esclarecimentos na documentação pesquisada. Porém acreditamos tratar-se de uma oficina artesanal de ferro, semelhante a outras que existiam na Europa antes da Revolução Industrial.

¹⁶ Ibidem.

Voltaremos ao empreendimento de Davidson no capítulo 3. Sendo uma atividade industrial ligada à fundição, fundado antes de 1844, e razoavelmente destacado pela documentação datada de 1850, parece-nos importante estabelecer algumas comparações com o Estaleiro e Fundição Ponta d’Areia no período em que ambos eram contemporâneos. A comparação será em feita em relação à mão-de-obra empregada.

para instruir e exercitar outros nesse ramo. Dos referidos mineiros e fundidores uns servirão três, outros quatro e outros cinco anos, conforme ao que com eles se ajustar.”¹⁷

O documento nos fornece algumas pistas no sentido de que o intuito era constituir a mão-de-obra, em sua maioria, com trabalhadores escravos. Os quatorze suecos eram importantes uma vez que possuíam a especialização necessária para a realização de processos de produção mais complexos no estabelecimento. Comentando a iniciativa, o próprio senador Vergueiro, afirmava no posfácio de seu livro, em 1821: “Os negros e índios podem suprir o vazio nos serviços mais grosseiros, mas não é esta uma medida que satisfaça.”¹⁸

Efetuada a operação, o governo vendeu ações a particulares. Hedberg foi nomeado diretor e uma junta, formada em sua maior parte por acionistas, foi constituída a fim de auxiliar na direção do estabelecimento. Nota-se que embora não existisse um Código Comercial, o que se verificou somente em 1850, a empresa foi dividida em ações. Em 16 de janeiro de 1811, havia cem ações da empresa em 14 de setembro do mesmo ano, o número de ações, por ordem do governo foi reduzido para 66.

A razão da decisão parece ter residido na falta de idoneidade demonstrada pelo diretor que falsificou contas e se apossou de parte do salário dos suecos. Além disso, os trabalhadores suecos mostraram-se inabilitados para o desenvolvimento de algumas tarefas. No entanto, trabalharam como carpinteiros de máquina, marceneiros, oficiais de prego, ferreiros e carvoeiros. Na época, a empresa, ao que tudo indica essencialmente artesanal, apresentava apenas uma casa de fundição e quatro fornos que, em 1813, produziam 5.000 arrobas de ferro.

Em 1814, Hedberg foi removido da direção do estabelecimento por uma nova junta nomeada pelo Conde de Linhares, da qual participava, por exemplo, o Barão de Eschwege, famoso na época por ser proprietário de um dos maiores empreendimentos de fundição na província de Minas Gerais. Varnhagen, um dos acionistas e promotores iniciais do estabelecimento, tomou posse como diretor, em 1815, e investiu em novos métodos e materiais na fábrica, como a instalação dos chamados fornos-altos, capazes de produzir 25.750 arrobas de ferro em seis meses. O produto diário do ferro em gusa, produzido no Brasil pela primeira vez por esse estabelecimento era de 70 arrobas.

No tocante à tecnologia, a Fábrica de Ferro Ipanema dispunha de 2 malhos, 2 forjas de malho, 1 guindaste com rodas de ferro para suspender as obras fundidas de grande peso. Não há notícias de estabelecimentos que utilizavam o sistema de auto-forno. O processo permitia a

¹⁷ VERGUEIRO, Nicolau de Campos. *História da Fábrica de Ipanema e Defesa perante o Senado*. Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos, v.11, Brasília: Biblioteca do Senado Federal, 1979, p.12.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p.49.

obtenção do ferro-gusa. As temperaturas mais elevadas, proporcionadas por esse tipo de forno, permitiriam que o ferro absorvesse mais carbono que carvão e se transformasse em gusa que saia do forno em estado incandescente.

Entre as instalações do estabelecimento havia quartos usados como armazéns de carvão, víveres, serralheria, carpintaria, casa do administrador, casas para os artífices, escravos e feitores.

Nota-se a forte dependência do trabalho escravo para o funcionamento do estabelecimento também depois de 1815. As funções desempenhadas pelos africanos eram: carregar o forno e conduzir material até ele, carregar lenha, queimar o mineral e trabalhar na boca do forno. Não há descrições sobre as operações na boca do forno, mas podemos supor que consistiam na transformação do ferro-gusa, embora as fontes não forneçam detalhes sobre o procedimento. Consta-se que existia um mestre coordenador das operações. Curiosamente lemos em uma nota de pé de página de uma de nossas obras de referência: "Depois de algum tempo foram tirados os mestres dentre os escravos da fábrica aos quais se dão pequenas gratificações."¹⁹ Dessa forma, entendemos que o trabalho exigia uma especialização dos africanos e a interpretação dessa fonte histórica faz-nos concordar com Karasch que classificou, como trabalhos especializados, as funções desempenhadas pelos escravos, na primeira década do século XIX, em estabelecimentos industriais com mais de vinte escravos.²⁰

A decisão da Fábrica de Ipanema, em tornar mestres dois dos cativos, indicava a capacidade técnica da mão-de-obra escrava. Outra coisa era a mentalidade predominante no ambiente, ao qual já fizemos alusão alguns parágrafos atrás, de que a mão-de-obra européia executava as tarefas no estabelecimento com mais perfeição.

Em 1820, Varhagen contratou em Berlim quatro operários alemães. Havia um mestre moldador Schmidt, outro moldador, e um torneiro e brocador de peças. Ao mestre moldador caberá não só a tarefa de organizar a produção, mas também a de construir fornos e instruir aos outros trabalhadores, entre eles aprendizes.

Cabe notar, o interesse do empreendimento na implantação auto-suficiente de tecnologia, haja vista a tarefa confiada ao mestre alemão. Por falta de dados não podemos assegurar um nível de especialização em Ipanema em que cada trabalhador desempenhava de modo exclusivo uma só tarefa na produção antes de 1844, embora pelo que estudamos exista a possibilidade disso ter ocorrido.

¹⁹ Idem, *ibidem*, p.42.

²⁰ KARASCH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*..., op.cit., p. 269.

Vale dizer, que a Fábrica de Ferro São João de Ipanema constituiu uma exceção dentre os estabelecimentos indústrias anteriores a 1844, no que diz respeito á tecnologia e ao montante de mão-de-obra empregada, embora a dependência do trabalho escravo fosse uma realidade em todos eles, independentemente da dimensão. Até a década de quarenta, temos notícia de que o estabelecimento produziu implementos agrícolas e dois canhões e, mesmo com mais de 60 acionistas, era o Estado quem respondia pela empresa.

Vejamos o caso das fundições em Minas que também traziam algumas peculiaridades sobre a história da indústria do ferro brasileira.

A história dos estabelecimentos que trabalhavam com ferro em Minas Gerais, já em finais do século XVIII, muito acrescenta à compreensão do estágio da atividade de fundição no Brasil nos primeiras décadas do Império. Graças aos *Annaes da Escola de Minas*, (já explorados por Douglas Cole Libby em seus estudos sobre a mão-de-obra industrial na Província de Minas Gerais e escritos por volta de 1880), foi possível conhecer sobre a história da fundição na Região.

Encontram-se dois grandes estabelecimentos siderúrgicos no local no século XIX: A Fábrica Patriótica fundada em 1813 pelo alemão Barão Eschwege em Congonhas do Campo e a Fábrica Monlevade, que levava o nome do dono de nacionalidade francesa, fundada em 1823 e existiu por mais de setenta anos até inícios de 1890.

A Fábrica Patriótica empregava em 1831, cinqüenta e cinco escravos, enquanto que o estabelecimento de Francisco de Monlevade, considerada a maior fundição de Minas Gerais durante o Império, empregava 151 escravos em 1840.²¹

Monlevade, já na década de trinta, instalou uma grande inovação técnica trazida da Europa, em sua fazenda: a chamada forja catalã. O primeiro projeto da forja catalã parece remontar a época do renascimento:

o ar frio é insuflado na fornalha por meio de foles manuais, o carvão de madeira é posto na lareira e, quando se acha em brasa, é coberto por uma camada de minério, à qual se seguem camadas justapostas de carvão e minério, ficando a última ao lado do fole. Insuflado o ar, o carvão se queima e se processa então, a redução do minério a metal.²²

Em resposta aos inquéritos de um Presidente de Província, o francês Monlevade informou sobre sua fazenda, que:

em volta da casa –sede e dos edifícios destinados à moradia de escravos, o terreno está sempre ocupado de plantações uteis e que uma das agudas dava impulso a um

²¹ GORCEIX, Henri. O Ferro e os Mestres de Forja na Província de Minas Geraes. *A Actualidade*. Minas Gerais, pp.2-3., 25 de agosto de 1880.

²² BAETA, Nilton. *A indústria Siderúrgica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973. p. 297.

engenho de pilões, moinho para fubá a moda europeia, ralador de mandioca, ventilador, etc.²³

A fundição de Monlevade teve origem e se desenvolveu no interior da sua própria fazenda. Essa seria a situação de outras fundições. Anúncios de jornais revelam venda de fábricas de ferro localizadas no interior de fazendas.²⁴

Os relatos sobre a montagem e funcionamento da Fábrica Patriótica, encontrados nos *Anaes da Escola de Minas*, diziam que Eschewege após percorrer durante vários meses a zona metalúrgica de Minas, escolheu construir um empreendimento de dimensões reduzidas que contou de início com duas forjas, um malho e um engenho de socar minério no mesmo cômodo. Tendo em vista o grande número de pequenas fundições da região, o proprietário julgou que seria conveniente começar com um estabelecimento modesto.

O alemão recorreu também às autoridades governamentais que proporcionaram junto ao Arsenal de Guerra o malho empregado no estiramento do metal. Entre as suas inovações encontrava-se o uso de queda d'água para gerar força motriz para o malho.

Tem-se notícias que a Patriótica utilizava o sistema de cadinhos, uma fusão de conhecimentos dos escravos africanos e o forno de origem sueca conhecido por Eschwege.

Sobre a relação entre a tecnologia e a mão - de- obra escrava, Libby analisando o parecer de um analista da Escola de Minas, instituição que estudava a mineração na província no início do séc. XIX, dizia:

Esse método utilizava um alto forno que, portanto, exigia mais cuidados quanto à regulagem do ar para a manutenção da temperatura do fogo. Além disso, o método requeria uma série regular de operações sucessivas de aquecimento e o emprego do malho para obter o produto final desejável. Sem um trabalho conjunto bastante habilidoso, os resultados poderiam ser desastrosos.²⁵

Por aí, fica evidente a enorme familiaridade e habilidade dos africanos com o processo de trabalho. Provavelmente esses escravos transmitiam os conhecimentos a outras gerações de escravos nascidos em Minas e com isso barateavam a operação de fornos e malhos nas indústrias de fundição. Ganha visualização uma inicial divisão do trabalho, que já nesse caso, não era essencialmente manual.

Entre 1813 e 1820, a Patriótica produziu uma média anual de 1.064 arrobas de Ferro, dado festejado pelo proprietário.

²³ MONLEVADE, João Antônio de. Respostas ao Presidente Francisco Diogo Perreira de Vasconcellos. Apud. JACOB, Rodolpho. *Minas Gerais no XX^o século*. Rio de Janeiro: Gomes, Irmão & Cia, 1911. pp. 242-245.

²⁴ BAETA, Nilton. *A indústria Siderúrgica em Minas Gerais...*, op.cit., pp. 298-299.

²⁵ LIBBY, Douglas Cole. *População e Mão-de-Obra Industrial na Província de Minas Gerais (1830-1889)...*, op.cit., p. 152.

Percebemos a grande influência da indústria na região, bem como o crescente desenvolvimento desse tipo de atividade em Minas já na primeira metade do século XIX.

Reproduzimos esse relato do barão de Eschwege, citado por Libby, mas que parece retratar o panorama de atividades no ramo:

(..) quatro outras pessoas imitaram minhas instalações, da fábrica de ferro em Congonhas, e, em pouco tempo trabalham 16 pequenos fornos, com diversos malhos de ferro forjado, movidos a água.

Em Cocais, perto da Vila do Príncipe, em Antônio Pereira e em muitos outros lugares, aparecem fabricantes de ferro em número sempre crescente. Quase todos receberam instruções minhas. A maioria, porém, enviou mestres carpinteiros à minha fábrica, com a incumbência de, às escondidas tomarem medidas das máquinas e dos fornos, baseados nos quais construíram outros iguais.²⁶

O barão de Eschwege sentia-se responsável pela introdução de novas fundições em Minas, mas, no entanto, vale lembrar que, ao instalar seu empreendimento na segunda década do século XIX, o mesmo anotava a existência de muitos outros no ramo, ainda que rudimentares e com uma produção ao que tudo indica limitada e de caráter doméstico. Segundo alguns estudiosos da Escola de Minas, não era incomum que muitas “forjas menores deixassem de existir após a morte do escravo fundidor”²⁷

A extração do ferro era bastante simples, se considerarmos as aflorações que existiam nas encostas de serras e montanhas da área. Além disso, o esquema rudimentar de fundição remonta à Antiguidade, já que temos notícias de africanos que fundiam ferro na região próxima ao Nilo.

Figueira informa-nos, por exemplo, que na África Banto o trabalho com metais remonta a Antiguidade, talvez ao início da formação das tribos bantas e dispersão dos negros nas margens do Nilo. No início do século XX, quando escreveu seu relato, informa-nos sobre a existência de atividades industriais com características domésticas, mas que utilizavam instrumentos básicos: o fole, a forja, a bigorna, a lima. A partir dessa “indústria” produziam-se instrumentos para cultivar a terra e armas.²⁸

Laman, um religioso sueco que visitou o Congo em no século XIX, indicou uma inicial divisão do trabalho: “O mesmo ocorre com um ferreiro que tem um ajudante para manter a forja acesa e mais alguns outros para a coleta de carvão”²⁹. Em um momento histórico que tampouco podemos aludir ao tema da industrialização para África, o texto de Laman relata os passos para a produção de artigos de ferro, desde a retirada do minério nas

²⁶ Idem, *ibidem*. p. 139.

²⁷ OLIVEIRA, Francisco de Paula. Estudos Siderúrgicos na Província de Minas Gerais. *Annaes da Escola de Minas*, Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger & Filhos, v.3, p.191, 1884.

²⁸ FIGUEIRA, Luiz. *África Banto- Raças e Tribos de Angola*. Lisboa: Oficina Fernandes, 1938.p.157.

²⁹ LAMAN, Karl. *The Kongo-Studia Etnográfica*. Suecia. E. Victor Pettersom BooKindustry. AKTEBOLAC. UP SALIENSIA, 1953. p.121.

montanhas até a elaboração final de enxadas, aros para prender objetos, lanças para as tribos africanas..

Nesse sentido, encontramos algumas características similares nessas duas descrições de viajantes por países africanos em finais do século XIX, se comparadas com alguns dados fornecidos pela documentação da Junta e pelos relatos dos *Annaes da Escola de Minas*.

Tanto na África do século XIX, como em Minas ou no Rio de Janeiro anterior a 1844, predominava um processo artesanal de produção. Instrumentos básicos são usados: o fole, a forja, a bigorna. O africano no primeiro caso, geralmente era proprietário dos instrumentos de trabalho; no segundo caso, como escravo, ele era produtor direto e não proprietário, mas sim propriedade. O processo de trabalho era basicamente manual, o produto final muitas vezes atingia um reduzido mercado interno e estava relacionado à atividade agrícola: pás, enxadas, peças para engenhos. Alguns estabelecimentos de fundição estavam localizados dentro da propriedade agrícola e deslocavam braços empregados na lavoura, em um momento anterior à proibição total do tráfico de africanos em 1850.

Em Minas, nos casos específicos da Patriótica e da Monlevade entendemos que houve o emprego e desenvolvimento de maior tecnologia e uma incipiente divisão do trabalho que fez com que os estabelecimentos fossem classificados como manufaturas anteriores a 1844. A utilização de máquinas motrizes (hidráulicas) e o número acentuado de trabalhadores com certa especialização, ainda que escravos,³⁰ indicavam que estes estabelecimentos já tinham atingido uma organização do trabalho manufatureira.

No entanto, exceto nestes dois casos, observamos a predominância de um tipo de trabalho em que não podemos utilizar o conceito de cooperação tipicamente característico da organização manufatureira.³¹ As exceções confirmam a regra geral: as primeiras unidades dedicadas ao trabalho de fundir metais, no Brasil das primeiras décadas do século XIX, estavam organizadas a modo artesanal.

As oficinas artesanais e mesmo os três casos de estabelecimentos manufatureiros anteriores a 1844, desenvolveram-se num contexto de maior ou menor grau de dependência da atividade agrícola, seja pelo teor da produção voltada ao serviço da agricultura, seja pela mão-de-obra escrava destinada primordialmente à atividade no setor primário. Observemos, por exemplo, quais os tipos de produtos finais fornecidos ao mercado pelo estabelecimento

³⁰ São inúmeros os casos de escravos africanos especializados no trabalho em manufaturas. Trataremos no Capítulo 3 da compatibilidade entre o trabalho escravo e a especialização de funções nas manufaturas., fato negado por alguns historiadores.

³¹ Conforme já discutimos no primeiro item do capítulo, por cooperação entendemos o processo em que diversos trabalhadores reunidos desenvolvem tarefas especializadas e específicas que estão articuladas num processo global, geralmente o mestre que sintetiza e coordena todas as operações.

Monlevade: produzia enxadas, foices, machados, alavancas, pás, ferraduras, cravos, martelos, freios para animais, moendas para engenho de cana.

Em respostas ao presidente de Província, Monlevade declara que sua fundição apresentou em certas épocas do ano funcionamento irregular, devido à necessidade de deslocar mão-de-obra escrava para o trabalho agrícola.³²

Tabela 2. MÃO-DE-OBRA NOS 3 PRINCIPAIS ESTABELECIMENTOS DE FUNDIÇÃO ANTERIORES A 1844

Ano	Estabelecimento	Escravos	Livres	
			Nacionais	Estrangeiros
1819	Fábrica de Ferro São João de Ipanema	89	-	4
1831	Fábrica Patriótica	55	2	1
1840	Fábrica Monlevade	151	-	-

Fonte: LIBY, Douglas Cole. *População e Mão-de-Obra Industrial na Província de Minas Gerais (1830-1889)* São Paulo, 1987. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

VERGUEIRO, Nicolau Pereira dos Santos. *História da Fábrica de Ipanema e Defesa perante o Senado*. Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos, v.11, Brasília: Biblioteca do Senado Federal, 1979.

Concluimos esse segmento, traçando uma última comparação acerca dos instrumentos técnicos ou máquinas dos 3 principais estabelecimentos de Fundição anteriores a 1844. Localizada em Sorocaba, a Fábrica de Ferro São João de Ipanema, entre 1815-1821, possuía fornos-altos, fornos de malho, guindastes com rodas de ferro, forno de recozer e força motriz hidráulica. Já a Fábrica Patriótica no período compreendido entre 1813-1820 chamava a atenção pelo sistema de cadinhos, forjas, engenhos de socar, a força motriz também era hidráulica. Por último, o Estabelecimento Monlevade, localizado em Minas Gerais destacava-se em 1823 pelo uso de forjas catalãs.

³² MONLEVADE, João Antônio de. Respostas ao Presidente Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos. Apud. JACOB, Rodolpho. *Minas Gerais no XXº século...*, op. cit., p.242.

1.3-Outras Atividades Artesanais nos Limites da Agricultura Antes de 1844.

Consideramos importante assinalar através da apreciação dos dados a nossa disposição, um outro exemplo de atividade inicialmente artesanal em seus primeiros anos de operação, mas que, depois da década de 40, ao que tudo indica, atingiu certo desenvolvimento podendo ser classificada como uma manufatura. Trata-se da Fábrica de tecidos e Galões de Frutuoso Luiz da Motta, fundada em 1831, e primeiramente localizada na Rua do Hospício, no Rio de Janeiro.

O proprietário é citado com homem de negócios de D. João VI. Em almanaques elaborados a partir de 1850 é apontado também como comerciante com loja montada na Rua do Hospício. Esse parece ser um dos poucos casos de um empreendimento iniciado na década de trinta no século XIX, que permaneceu até finais da década de sessenta, sendo desta maneira, contemporâneo ao estabelecimento de Ponta d'Areia.

Ao que tudo indica uma vez matriculado como comerciante, Motta resolveu investir em um estabelecimento artesanal. Iniciou suas atividades com a produção de galões, em 1831 e expandiu suas atividades em 1833, no ramo da produção de seda. Os relatórios de Ministros do Império não poupavam elogios às ações empreendedoras do negociante.

A atividade artesanal do estabelecimento no ramo de tecidos iniciou-se com a introdução do bicho da seda no Brasil. Lê-se no Relatório do Império de 1834:

O governo tem procurado exactas informações sobre a existência do insecto da seda no Brasil. Com effeito, ele apparece nas Províncias do Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, Espirito Santo e Alagoas; mas he de huma espécie particular e seus casulos não se podem desmanchar pelo mesmo modo, com que se tira a seda dos que são fabricados pelo insecto geralmente conhecido na Europa, segundo tem informado o Cidadão Frutuoso Luiz da Motta, que nesta Corte deo principio a huma fábrica de tecidos daquella matéria Este Cidadão, verdareiramente zeloso de promover a nossa indústria, projecta a introdução do insecto da seda, conhecido na Europa: já recebeu uma quantidade de sementes d'elle, e continua suas experiências, por cujo resultado espera o governo para dar a este objecto o impulso, que estiver na órbita de suas attribuições e possibilidades.³³

Uma vez que introduziu uma nova “atividade industrial” no Brasil, Motta passou a receber alguns privilégios, inclusive aqueles relativos aos direitos de isenção de importação de matéria prima. No Relatório de 1835, encontra-se a informação no segmento “indústria”: “(...) sendo de notar que o empresário conseguiu já aclimatar o insecto da Europa, e permite

³³ SOUZA, Joaquim Vieira da Silva e Souza. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império à Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1835*, Rio de Janeiro, 1835, pp.28-29.

tirar não pequena vantagem do que se há descoberto no Brasil: louvores lhe sejam dados por sua infatigável diligência.³⁴

A leitura dos relatórios anteriores conduz-nos a concluir que a produção de seda era considerada útil ao país, uma das poucas atividades industriais dignas de atenção e consequentemente proteção do governo. Até mesmo no segmento denominado indústrias nos relatórios ministeriais anteriores a 1844, eram comuns as observações que lembravam a prioridade da agricultura sobre as demais atividades econômicas, bem como a missão e sentido da “indústria” em serviço à mesma agricultura: “Posto que na opinião d’alguns a indústria tenha época própria, e principie quando a agricultura ha chegado a certo grau de prosperidade; todavia o gênio pode antecipá-la, e fazer que estes dous mananciaes de riqueza dos Estados simultaneamente existão, e mutuamente se auxiliem”³⁵

Motta iniciou suas atividades com a produção de galões e fitas, para a seguir produzir também tecidos. Depois de 1844, há notícias acerca da diversificação de sua produção. Talvez a relevância desse tipo de atividade nas primeiras décadas do século XIX, explique os inúmeros privilégios concedidos ao estabelecimento de Fructuoso Luís da Motta. Não deixa de ser chamativo na documentação anterior a 1844, os três requerimentos encaminhados pelo proprietário e aceitos pela Junta entre os anos de 1834 e 1835.³⁶

Em maio de 1834, outubro do mesmo e maio de 1835, o negociante obteve isenção alfandegária para matérias – primas, teares e engenhos para uso de seu estabelecimento de fitas, galões e tecidos. Na relação de objetos importados da França, livres de direitos de importação, encontravam-se: 1 tear para tecer sedas lavradas, 400 argolas, 400 malhas com peras de chumbo, 9 lançadeiras, 1.500 pedaços de papelão.³⁷ Os dados não passam despercebidos, uma vez que se trata de um caso de obtenção de isenção de direitos sob importação, antes de 1847³⁸, data da lei que estabeleceu formalmente a concessão desse favor pelo Estado às empresas de “grande utilidade para o país”.

Nos anos posteriores a 1844, o estabelecimento seguia na lista dos grandes beneficiados. No decorrer dos anos de 1850, o proprietário foi contemplado com quatro loterias, fato este que possivelmente explicava a ampliação do estabelecimento que adquiriu prédio próprio na Rua dos Inválidos.

³⁴ Ibidem, p.23.

³⁵ SOUZA, Joaquim Vieira da Silva e Souza. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1835...*, op.cit., p.32.

³⁶ ARQUIVO NACIONAL *Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação: Documentação Relativa às Fábricas...*, op.cit., caixa 423, pacote 2.

³⁷ Ibidem.

³⁸ A lei de 1847, que será tratada com mais detalhe no Capítulo 2, conferiu isenção de direitos aduaneiros, às matérias primas destinadas às fábricas nacionais.

Confrontando com certa documentação ainda mais antiga datada de 1812, notamos uma decisão bem menos generosa da Junta de Comércio. João Manuel Borges encaminhou à Junta um pedido para “estabelecer uma fábrica de estampanaria, fiação e tecidos na província do Maranhão”. O suplicante afirmava que o estabelecimento deveria constar de “várias oficinas”. No entanto, o conselheiro fiscal, ao ser consultado, considerou a fábrica de tamanho exorbitante e o pedido inatendível³⁹.

Trata-se de um exemplar das restrições criadas pela Junta para a abertura de estabelecimentos voltados à produção industrial. Não são esclarecidos os motivos pelos quais o pedido foi negado, além do “tamanho exorbitante da fábrica”. Visto que o Alvará de 1809 era recente, é bem possível que a Junta Comercial em 1812, tenha considerado o empreendimento algo supérfluo e de uma dimensão excessiva para o Brasil. Também é possível, que o suplicante João Manuel, não gozasse de um passado comercial que o tornasse conhecido como era o caso de Fructuoso Luís da Motta, que conforme as informações disponíveis, era “negociante conhecido primeiro junto a D. João VI e posteriormente junto aos Regentes”.⁴⁰ Ademais, a localização na Capitania do Maranhão pode ter dificultado a avaliação quanto à utilidade do estabelecimento, um tanto quanto distante da Corte.

A indústria do algodão esteve ligada ao processo de subsistência que forneceu suporte à atividade agrícola. Conforme a historiadora Maria Yedda Linhares a produção de tecidos de algodão grosseiros para confeccionar roupas de escravos, fazia parte do conjunto de atividades voltadas ao mercado interno necessárias ao auto-abastecimento⁴¹. Deste modo, nos questionamos porque Fructuoso Luís da Motta, que trabalhava com a confecção da seda obteve privilégios não conseguidos por aqueles que se propuseram à indústria do algodão, aparentemente de igual ou maior interesse para o governo.

De fato, o Alvará de 1809 já estabelecia a isenção de direitos aduaneiros às matérias-primas necessárias às indústrias nacionais, bem como a distribuição anual de 60 mil cruzados, produtos de uma loteria do Estado aos estabelecimentos industriais que necessitassem de auxílio, particularmente os de **algodão, seda, ferro e aço**.⁴² No entanto, a aplicação efetiva do mesmo alvará deu-se de modo mais amplo a partir de 1844 e 1847. Até então, os favores concedidos aos estabelecimentos repousavam em critérios pouco objetivos. Enquanto o

³⁹ ARQUIVO NACIONAL. *Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação: Documentação Relativa às Fábricas...*, op.cit., caixa 423, pacote 3.

⁴⁰ ARQUIVO NACIONAL. *Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação: Documentação Relativa às Fábricas...*, op.cit., caixa 423, pacote 4.

⁴¹ LINHARES, Maria Yedda. *História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979. pp. 109-115.

⁴² LUZ, Nicéia Vilela. *A luta pela Industrialização no Brasil- 1808-1930*. São Paulo: Editora Alfa- Omega, 1975. p.21.

estabelecimento de Frutuoso Luís da Motta recebeu a aprovação e isenção de direitos aduaneiros, João Manuel Borges não recebeu autorização para a criação do estabelecimento de tecidos no Maranhão.

Somente por volta de 1867, chegava ao fim a Fábrica de Tecidos, Fitas e Galões, um dos estabelecimentos mais duradouros do séc. XIX, e também exemplar por ter iniciado suas atividades como uma pequena oficina artesanal que passou a receber vários tipos de favores do Estado, antes mesmo das leis de 1844 e 1847, que beneficiariam mais amplamente, a atividade industrial.

Apesar da existência do segmento “indústria” nos *Relatórios do Ministério do Império*, concluímos que, antes de 1840, a atividade industrial era realizada predominantemente sob a forma artesanal e diretamente conectada aos interesses agrícolas e, em segundo lugar, aos interesses comerciais.

Vale comentar que a atividade industrial vinculava-se ao comércio, uma vez que a origem de muitos capitais aí aplicados era comercial. A participação de comerciantes em empreendimentos comerciais já existia mesmo antes de 1840, era esse o caso de Frutuoso Luís da Motta, e também de João Pereira Darrigue Faro ligado ao comércio de café e proprietário de um estabelecimento de vidro, ou ainda de José Antônio da Costa Braga pertencente ao ramo de secos e molhados e que por volta de 1834 já fundara um estabelecimento de chapéu.⁴³ Porém é no ano de 1845, que Luiz Carlos Soares comprovou a existência de 47 proprietários manufatureiros que tiveram ligações com o comércio ou estiveram envolvidos diretamente com comerciantes, ou ainda que haveriam pertencido a famílias de grandes comerciantes.⁴⁴ O Capital Comercial desempenhou assim, um papel de grande importância para a fundação e manutenção dos estabelecimentos industriais, bem como para a conquista de mercados para as manufaturas, já que sozinhas elas não tinham forças suficientes para criar seus próprios mercados. A partir do início da década de 1840, mudanças na legislação e o posterior fim do tráfico criaram condições mais propícias para que os comerciantes vissem na criação dos estabelecimentos manufatureiros uma possível alternativa de ganho, pois, geralmente, como afirmou Stein, os comerciantes do século XIX empregavam capital e crédito em empreendimentos em que já tivessem experiência.⁴⁵

⁴³ ARQUIVO NACIONAL. *Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Documentação Relativa às Fábricas...*, op. cit., caixa 425, pacotes 1 e 2.

⁴⁴ SOARES, Luiz Carlos. *A Manufatura na Formação Econômica e Social Escravista do Sudeste...* op.cit., p.372.

⁴⁵ STEIN, Stanley J. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil 1850-1950*. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1979. p.23.

1.4. A “Indústria Agrícola” Segundo O Auxiliador da Indústria Nacional: Métodos, Inventos e Patentes entre 1833-1844.

O Estudo da trajetória da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) fornece bases para a compreensão da utilidade da indústria a serviço primeiramente das atividades agrícolas e em segundo lugar a serviço do comércio. No ano de 1833, é publicado o primeiro número do periódico da SAIN, intitulado *O Auxiliador da Indústria Nacional*, que procurava esclarecer aos agricultores e comerciantes, em suas respectivas atividades, trazendo “a filosofia e a ciência.”⁴⁶

O primeiro volume do periódico revelou logo nas primeiras páginas para o que vinha:

A Mineralogia, auxiliada pela Geometria, e pela analyse, em vez de ser um sciência de pura curiosidade, tornou-se indispensável, e já a Botânica e a zoologia se unirão para acelerarem os progressos da Agricultura. Esta offerece-nos infinitos tesouros thesouros mormente em hum paiz onde a luz das sciências não tem penetrado nos campos assombrados pela espessa escuridade dos brataes africanos; e ella promete facilitar o acréscimo da nossa população auymentando a pública prosperidade.⁴⁷

A leitura desse pequeno parágrafo não deixa margens a dúvidas. O objetivo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional era promover melhorias na agricultura, através do acréscimo de novas técnicas e uso de ciências auxiliares, capazes de melhorar o rendimento das atividades primárias.

O escravo africano era apontado como elemento responsável pela estagnação agrícola. Rude e pouco qualificado, era incompatível com o progresso e introdução de novas técnicas no campo. Esse mesmo tipo de argumento sobre a mão-de-obra utilizada na agroindústria aparecia em outros números do periódico, será por nós analisado no capítulo 3 da dissertação.

Por ora, aprofundemos no sentido missionário e ilustrado que se auto-confiava a SAIN;

He para concorrer a estes progressos e para apparecer a realização de bens que só a propagação das Luzes pode produzir no Brasil, que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional aqui estabelecida empreende esta publicação periódica de minorias e noticias interessantes a todas as classes industriosas. Possa a sua empresa ser bem acolhida dos Brasileiros interessados na prosperidade do Império e possam igualmente coadjuvã-la com suas observações, experiências, e aqueles novos concidadãos que por seu saber e patriotismo devem recorrer à glória da Nossa Pátria, pelo melhoramento da nossa nascente indústria.⁴⁸

No ano de 1824, quando não havia uma política orientada para a produção interna, Ignácio Alves Pinto, fabricante de aguardente, encaminhou a D. Pedro I, os estatutos de uma

⁴⁶ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, vol. I, p.7, jan-jul. 1833.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ Ibidem.

sociedade que beneficiaria a “indústria nacional”, estabelecendo um depósito e conservatório de máquinas e moldes. O Tribunal da Junta aprovou a existência da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, considerando que ela poderia ser de muita “utilidade no adiantamento da agricultura e das Artes”. O mesmo Ignácio Alves Pinto trabalharia sistematicamente para organizar a Exposição Nacional da Indústria no ano de 1861.

Quadro 1. Dados sobre A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional para o Ano de 1833.

Data de Fundação	28 de fevereiro de 1828.
Número de Sócios	49 efetivos e 6 voluntários
Data do Primeiro Estatuto	5 de agosto de 1831
Total de Sessões	56, em Conselho Administrativo e em Assembléia Geral
Total de Modelos	89
Número de Periódicos e obras científicas	171
Fundador	Ignácio Alves de Almeida
Primeiros funcionários	Visconde de Alcântara, Francisco Cordeiro da Silva Torres. João Fernandes Lopes Manoel José Onofre João Francisco Madureira Pardo
Secretários	Frederico César Leopoldo Burlamaque.
Conselheiros	João Rodrigues Pereira d’Almeida e Ignácio Alves de Almeida.

Fonte: *O Auxiliador da Indústria Nacional para o ano de 1833...*, op.cit., v.1, jan.1833.

O principal tipo de indústria naquela altura era sem dúvida a agrícola. A relação abreviada das máquinas e modelos que se encontravam no Conservatório da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, abertas ao público todas as quinta-feira pela manhã, no ano de 1833, consta de: 6 modelos de serrar, 2 modelos de descascar café, 1 modelo de lavar ouro, 2 modelos para preparar o linho, um modelo de descaroçar algodão e por fim dois modelos de cortar capim.⁴⁹

Além das máquinas, a SAIN possuía em sua sede 171 volumes de varias obras e jornais científicos. Consta que um dos sócios ensinava geometria aplicada às artes nas salas do estabelecimento. Algumas personalidades da política imperial fizeram parte da direção da Sociedade Auxiliadora, entre elas o Marquês de Olinda, o Marquês de Abrantes e o Visconde do Rio Branco.

⁴⁹ Ibidem, p.3.

Concordamos com José Murilo de Carvalho no sentido que a SAIN por vezes funcionou mais como um centro de estudos e fóruns sobre uso da tecnologia nas atividades primárias que como instituição capaz de promover reformas políticas.⁵⁰ Em todos os casos, *O Auxiliador da Indústria Nacional* anunciava que a indústria não deveria separar-se da agricultura, mas sim subordinar-se a ela, de modo conatural.

Nos primeiros números da revista, encontram-se alguns artigos como: “Memória sobre a Cultura de Cana” e “Elaboração do Açúcar”, “Diferentes Methodos para defumar o toucinho e a carne de porco”. “Memória sobre a Cera Vegetal”, “Memória da Cultura de Algodão”, “Breve História da Semente de Cañamo”, “Da Necessidade da Instrução dos Industriales e Comerciantes”.⁵¹

Não se pode deixar de notar que a cada número do periódico havia uma listagem de máquinas e modelos expostos no Conservatório da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. No ano de 1844, meses antes da Tarifa Alves Branco, a lista de modelos havia aumentado muito, se comparada com aquela contida no primeiro número do periódico em 1833. A lista contém, por exemplo, além das tradicionais máquinas de descascar café, uma máquina para tirar seda do casulo, uma máquina para dobrar seda, duas máquinas de fazer cordas, uma máquina para tornear metais, três arados com seus competentes arreios, uma charrua grande, um cultivador, duas máquinas de debulhar milho, uma máquina para fazer manteiga, uma máquina para fazer farinha de mandioca.⁵²

Se por um lado a lista de máquinas e inventos aumentava a cada número da publicação, a conexão intrínseca com a agricultura era também cada vez mais evidente na medida em que avançavam os anos.

Em especial o último número do *Auxiliador* para o ano de 1844, detinha-se em rememorar a “indústria” da seda e do algodão e açúcar no Brasil.

Desde março do mesmo ano, a publicação trazia alguns artigos especiais sobre as vantagens do cultivo nacional do algodão. O volume 2 apresentava uma memória sobre a plantação de algodão e sua exportação, bem como a descrição das diferentes espécies de algodão que existiam no Brasil.

O uso, aproveitamento e aperfeiçoamento da matéria prima nacional é amplamente valorizado. No volume doze do mesmo ano, havia um o artigo intitulado: “Sobre a fabricação

⁵⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras; a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.52.

⁵¹ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Auxiliador da Indústria Nacional...*, op.cit., vols 1 e 2. abr/ mai. 1833.

⁵² *Ibidem*, vol. 12, p.3, dez. 1844.

de assucar nas colonias e sobre novos aparelhos para melhorar essa fabricaçaõ”.⁵³ Já o volume sete trazia um artigo intitulado: “Observações sobre os novos processos para o fabrico de assucar”⁵⁴.

Aqui, Fructuoso Luiz da Motta reaparecia como membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Se em 1833, conforme foi observado, o Ministério do Império colocava suas esperanças no então introdutor do bicho-da-seda no Brasil, em 1844 o Auxiliador agradecia ao mesmo por impulsionar esse tipo de “indústria” no Brasil e por abrir caminho para que:

(...) diversos particulares emprehededores que se vai dando a esta cultura: que pôde, além de abrir larga fonte de riquezas para sua exportação (grifo nosso), favorecer a moral pública, dando trabalho ao sexo feminino, tão desocupado nesta e em algumas províncias do império.⁵⁵

Mencionava-se a utilidade da seda para a exportação como matéria-prima, porém nem de longe se cogitava a exportação do tecido. O mesmo pode-se afirmar em relação ao algodão em finais dos anos trinta:

He com tudo huma verdade consoladora de dizer-se que se os nossos tecidos de algodão não rivalisãm ainda com os d’América do Norte, e muito menos soffrem qualquer comparação com as delicadas obras, que a Inglaterra, a França, a Suissa e outras nações fazem daquela matéria (...)⁵⁶

O Auxiliador apresentava, também em 1844, a preocupação com a exportação do café brasileiro, bem como os modos pelos quais a “indústria” como tal, poderia colaborar para o êxito desse tipo de exportação agrícola. O artigo remetido de Londres pelo sócio correspondente Sr. João Diogo Sturtz, chamava a atenção para a maior preocupação com a qualidade em detrimento da quantidade do café brasileiro exportado para a Europa e desenvolvia uma série de sugestões para a melhoria na cultivo e beneficiamento do produto:

Este pernicioso systema tem entulhado de café brasileiro os mercados europeus, tem feito descer gradualmente seu preço, e a continuar, acabará por diminuir seu valor a tal ponto, que a sua cultura, se tornará desvantajosa. Para evitar o mal que nos ameaça, não temos outro meio senão o melhoramento da qualidade do nosso café.⁵⁷

A preocupação com a qualidade do café era justificada pela necessidade efetiva de uma exportação bem sucedida. Possivelmente o artigo que, também foi reproduzido no *Jornal*

⁵³ Ibidem, p. 64.

⁵⁴ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *O Auxiliador da Indústria Nacional...*op.cit., v.7, s/n, jul.1844.

⁵⁵ Ibidem, vol.12, p.4, dez.1844.

⁵⁶ ABREO, Paulino Limpo de. *Proposta e Relatório Apresentados pelo Ministro e Secretário dos Negócios do Império à Assembléia Geral Legislativa na Sessão ordinária de 1835*, Rio de Janeiro, 1837, p. 27.

⁵⁷ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *O Auxiliador da Indústria Nacional...*, op.cit., v.3, p.145, mar. 1844.

do *Commercio* do mesmo ano, dirigia-se aos fazendeiros e setores exportadores que naquele momento eram bastante representativos. Entre 1828 e 1873, o preço do café elevou-se em relação ao açúcar e ao algodão. O mercado internacional depois de 1828 voltava toda a atenção para a produção do café, que passavam a investir em mão-de-obra. O câmbio era estabelecido pelo café.⁵⁸

1.5-Protecionismo e “Desenvolvimento Industrial” nos Documentos e Discursos dos Membros da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação.

Bernardo Pereira de Vasconcelos, era então Ministro de Estado dos Negócios do Império e, no ano de 1837, em nome do Governo Regencial solicitou uma consulta aos deputados integrantes do Tribunal da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação a respeito de mudanças a serem adotadas na política industrial.

Já em 1827, quando ainda era um deputado pela província de Minas, mostrava-se como um forte defensor público de um aparente liberalismo para o setor secundário da economia. Ao escrever a Carta aos Senhores Eleitores da Província de Minas Gerais, chamava a atenção para o erro cometido pelos governos quando adotavam a proteção às atividades industriais nascentes:

os governos não tem autoridade para se ingerirem ativa e diretamente em negócios de indústria, esta não precisa de outra direção que a do interesse particular, sempre mais ativo e vigilante que a autoridade. Quando há liberdade, a produção é sempre mais interessante à nação: as exigências dos compradores a determinam.⁵⁹

Vasconcelos declarava-se contra todo tipo de protecionismo e monopólios estatais. Tal posição parecia ser compartilhada pelo Tribunal da Junta ao responder às perguntas propostas pelo governo. O Tribunal, por exemplo, chamava de “Patronato Odioso” à isenção de direitos ilimitada e indistinta sob a importação de matéria-prima para a indústria. Além disso, admitia que favores ilimitados prejudicavam as rendas públicas. O Tribunal acrescentava ainda que “não merecia apreço a política de dar dinheiro às fábricas”, algo inusual na Europa da época: “Os governos mais esclarecidos são os que deixam ao

⁵⁸ LOBO, Eulália.Maria Lehmeyer. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro) ...*,op.cit., v 1.p.157.

Entre os fatores que explicam o investimento na cultura cafeeira está a prioridade que Inglaterra e França davam a importação do açúcar e do algodão de suas coloniais. Ver Tratados de 1810.

⁵⁹ VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Carta aos Senhores Eleitores da Província de Minas Gerais. In: CARVALHO, José Murilo de (org.).*Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Ed. 34, 1999. p.89.

capitalista e à indústria o seu curso natural, limitando-se somente a remover os estorvos que possa eles e ela encontrar na sua marcha”⁶⁰

O Estado, nesse caso deveria ter uma função meramente subsidiária, ou seja, entraria em ação concedendo prêmios e loterias somente em casos realmente necessários, para ajudar os estabelecimentos que julgasse digno de “transcendente mérito”, repetindo a expressão usada no documento citado.⁶¹ A melhor maneira de favorecer um estabelecimento segundo opinião do Tribunal da Junta era que o Estado pagasse ao proprietário os direitos gastos com a importação de matéria-prima, no ato da exportação do produto final, caso se desse essa situação.

No entanto, parece-nos necessário lançar diretamente a questão: enfim, podemos classificar como liberal a política econômica do Estado brasileiro para todos os setores da economia até a promulgação da Lei Alves Branco, em 1844?

A resposta é negativa. Embora não pretendamos realizar uma ampla discussão sobre o liberalismo no século XIX, discussão essa controvertida e já realizada por muitos trabalhos, devemos discutir se a mesma política, em teoria liberal, aplicada à indústria era aplicada em relação à agricultura e em que medida. Além disso, perguntamo-nos que critérios eram utilizados para classificar um estabelecimento como digno de transcendente mérito, e por isso merecedores da ajuda governamental.

O merecedor de certos privilégios, segundo o documento da Junta, devia ser dado aos inventores, introdutores e melhoradores de máquinas. Tratava-se da exclusividade para fabricar e vender os produtos por “eles inventados e melhorados, ficando livres de novos concorrentes”, num prazo relativo que não poderia exceder a 15 anos. Aos introdutores de novas “indústrias”, o prazo não deveria ultrapassar os 5 anos, e eram concedidas duas loterias anuais, cujo intuito seria meramente pecuniário.

Assinalavam os membros da Junta Comercial que os favores que ordinariamente seriam concedidos aos “empresariais” e introdutores dividiam-se em quatro espécies: 1) empréstimos para entreter e aumentar as suas fábricas; 2) isenção de direitos nas matérias primas e máquinas que empregavam; 3) privilégios exclusivos e imunidades; e 4) isenções para os empregados de fábricas. A documentação acrescentava: “o privilégio deve ser subordinado

⁶⁰ ARQUIVO NACIONAL *Junta de Comércio Agricultura, Fábricas e Navegação: Consulta do Tribunal da JUCAFANA, requerida pela Regência em Nome do Rei por Portaria de 4 de novembro de 1837 e assinada por Bernardo Pereira de Vasconcelos...*, op.cit., p.30.

⁶¹ *Ibidem*, p.38.

aos cálculos de sua utilidade e merecimento”⁶² As indústrias que deviam receber provisões eram as “fábricas em grande”, determinava o Tribunal da Junta e seguia a modo de precisar:

O que se deve entender por fábricas em grande? Qual o meio de extremá-las das pequenas?⁶³

Em continuidade a resposta:

Nós estamos persuadidos de que não é pela grandeza do edifício e por outras circunstâncias dispendiosas e de luxo, mas sim pela utilidade real e pela importância dos seus melhoramentos e comodidades que trouxe ao país e a seus habitantes que se deve orçar a grandeza da fábrica e por conseguinte julgamos que não se pode marcar um estalão invariável para esse fim. É no momento em que se apresenta o empresário e que se der a conhecer as qualidades da sua empresa, que se deve julgar o seu mérito e gradular a sua magnitude, chamando ao cálculo todos os elementos mencionados.⁶⁴

Logo, o Tribunal da Junta de Comércio manifestava que uma das condições para obter o título de “fábrica em grande” e obter os privilégios decorrentes do título era a capacidade do empresário de promover e convencer sobre os méritos da sua indústria.

Concluimos, então, que não havia critérios muito objetivos para a concessão de privilégios, podendo o governo favorecer os estabelecimentos que desejasse. Não se tratava de uma política liberal, pois as proteções e benesses governamentais existiam de forma arbitrária, conforme o parecer da Junta Comercial após receber as informações dos inspetores de fábrica.

O governo não desejava gastar rendas públicas com alguns estabelecimentos, porém julgava-se no dever de proteger outros; as chamadas “fábricas em grande”. Nícia Vilela Luz afirma que apesar de um aparente liberalismo, a política da Junta herdou um conjunto de práticas mercantilistas, logo o Estado interferia quando lhe conviesse.⁶⁵ Na segunda metade do século, Irineu Evangelista de Sousa aparecia como exemplo clássico para ilustrar o caso. Embora, Ponta d’Areia contasse com escravos em seu quadro de mão-de-obra, recebeu prêmios de loterias, que eram legalmente proibidas nesses casos.

Em 1808 os plantadores de café tinham garantido para a sua classe as liberdades de produzir e negociar e representar-se na cena política, porém mantinham sob controle terras, café, escravos. Conseqüentemente, essa mesma classe, da qual faziam parte a maioria dos políticos da Regência e Império, adequava o desenvolvimentos dos estabelecimentos industriais às necessidades da atividade agrícola, cuidando para que a “indústria “ não superasse jamais a agricultura.

⁶² Ibidem, p.36

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ Ibidem.

⁶⁵ LUZ, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização no Brasil....op.cit.*, pp. 25-28.

Vislumbramos já as origens do “estilo Saquarema” marcante no Segundo Reinado, caracterizado pela atuação política daqueles que ligados aos detentores do capital, “não apenas cedem os créditos para a expansão agrícola, mas também promovem o progresso e possibilitam a civilização”⁶⁶. Os Saquaremas utilizavam a propaganda da promoção da modernização do país através da instalação de estabelecimentos industriais, mas, na realidade, uniam seus interesses aos da lavoura cafeeira em expansão.

Essa “pré-história” política parece-nos de especial importância para entender o lugar dos estabelecimentos industriais e de Ponta d'Areia em 1844. Afinal, trata-se de uma conjuntura anterior que não foi rompida bruscamente no II Reinado, pelo contrário apresentou certa continuidade.

Nos pareceres dos membros da Junta de Comércio, em especial no documento de 1838 acerca da política industrial, a “indústria” sem dúvida é classificada como sinônimo de modernização e desenvolvimento nacional, um novo setor que inspira cuidados:

Que o estabelecimento das fábricas assimará a agricultura, e esta fornecerá às fábricas as matérias primas de que necessitam, ambas darão abundância ao Comércio externo e interno, e todas abrirão as estradas, os canais e embelezarão as cidades, acrescerão os meios de comunicação e apertará os laços necessários da união brasileira.⁶⁷

Nota-se, porém, que a modernização decorreria da conexão do setor secundário com a agricultura, conexão que não era uma parceria, pois em ordem de importância a agricultura ocupava o primeiro lugar da hierarquia:

Já dissemos em algum dos artigos precedentes que os principais favores e mais eficaz proteção deve o governo dar à agricultura, e a todos os objetos que com ella tenham relação, para que um país tão fértil e de tão variado clima aumente os produtos naturais, melhore as suas primeiras fábricas e acresça a seu valor, e a sua demanda. Apesar ou ainda com ella emparelhadas, virão as fábricas receber o bafo do governo⁶⁸

Os membros da Junta ainda apontavam o desenvolvimento das atividades industriais como conseqüência inevitável do distinto comércio de cabotagem realizado entre as províncias:

Se é verdade que todos os países, onde floresce o comércio marítimo e onde a propriedade de pessoas e de bens, descansa sobre leis permanentes e invioláveis, bem se vê mais cedo ou mais tarde florescer tão bem as Artes e as fábricas.⁶⁹

⁶⁶ MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema...*, op.cit., p.157.

⁶⁷ ARQUIVO NACIONAL. *Junta de Comércio Agricultura, Fábricas e Navegação: Consulta do Tribunal da Junta requerida pela Regência em Nome do Rei por Portaria de 4 de novembro de 1837 e assinada por Bernardo Pereira de Vasconcelos...* op.cit., p.9.

⁶⁸ Ibidem, p.28.

⁶⁹ Ibidem, p.8.

Tal comércio demonstrava a riqueza da produção agrícola das diversas províncias do país, favorecida pela rede portuária brasileira. A partir da produção agrícola surgia o comércio de cabotagem, o desenvolvimento dos estabelecimentos dedicados à construção de embarcações, bem como muitos dos estabelecimentos industriais, capazes de transformar a matéria-prima fornecida pelo setor primário.

1.6-Nos Limites das Atividades Agrícolas e Comerciais.

A indústria antes de 1844 era essencialmente artesanal, dependente em maior ou menor grau da agricultura e limitada politicamente por ela. Além disso, muitos proprietários de estabelecimentos industriais eram negociantes.

Em termos de legislação, recordemos que o Alvará de 1809 apresentava quatro medidas em sua essência: 1) a isenção de direitos aduaneiros às matérias-primas necessárias às indústrias nacionais; 2) isenção de direitos de importação para produtos nacionais; 3) privilégios de 14 anos para os inventores ou introdutores de novas máquinas e; 4) distribuição de 60 mil cruzados em prêmios de loterias.⁷⁰ Não se tratava de uma política de industrialização, mas somente da permissão para o estabelecimento de algumas indústrias, já que era necessário não criar uma política tão auto-suficiente que causasse dano aos interesses agrícolas do país.

O Alvará de 1811⁷¹ parecia confirmar a inexistência de uma eficiente política industrial. Conferindo às manufaturas inglesas a tarifa aduaneira preferencial de 15% ad valorem para a entrada no mercado brasileiro, dificultava uma concorrência nacional significativa e contribuía para que os ramos industriais do país estivessem circunscritos à atividades ligadas ao auto-abastecimento e à agricultura, atividades estas em sua maioria, de pouco interesse para a indústria inglesa. Entregava às manufaturas estrangeiras o mercado brasileiro.

O Decreto de 28 de setembro de 1828⁷² estabelecia o pagamento de direitos aduaneiros em 15% para todas as mercadorias estrangeiras qualquer que fosse sua nacionalidade. O Tratado com a Inglaterra foi renovado por um período de quinze anos tendo expirado em 1842.

A política da Junta de Agricultura, Comércio, Fábricas e Navegação que, em teoria afirmava-se liberal por apregoar a concessão de grande autonomia aos estabelecimentos

⁷⁰ LUZ, Nicéia Vilela. *A luta pela Industrialização no Brasil...*, op.cit., p.21..

⁷¹ Idem, ibidem..

⁷² BRASIL. *Coleção de Leis do Império 1808-1889*. Decreto de 28 de setembro de 1828. Disponível em; <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio> . Acesso em 08 de março de 2006.

industriais e exaltar as dificuldades para a concessão de privilégios como loterias e prêmios, era seletivamente protecionista, na prática. Ao prestar seus favores às chamadas “fábricas em grande” carecia de critérios objetivos para as escolhas. A concessão de favores a Fábrica de Tecidos de Frutuoso Luís da Motta e a não concessão injustificada a João Manuel que propunha um estabelecimento industrial da mesma natureza no Maranhão, confirmava a idéia de que, ao final, tudo dependia de como o empresário dava a conhecer as qualidades de sua empresa, de seu prestígio e de sua rede de relacionamentos.

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional exibia, em sua sede, inovações técnicas de utilidade para a atividade agrícola, conforme já mencionamos. O próprio teor dos artigos publicados na revista *O Auxiliador da Indústria Nacional* advertia sobre a necessidade de colocar novos inventos “no adiantamento da Agricultura”, conforme as próprias palavras usadas por Ignácio Alves Pinto, ao encaminhar os estatutos da SAIN a D. Pedro I. A razão da existência da “indústria” brasileira até então, era prestar serviços que melhorassem a atividade agrícola, especialmente a qualidade do café para uma exportação bem sucedida e suprir as necessidades internas de abastecimento, desde que não prejudicassem os interesses comerciais estrangeiros. Ocorria já nesse período a divulgação de idéias que exaltavam a modernização agrícola através da “indústria”.

1.7-Conclusão do Capítulo

Ao longo do capítulo, trouxemos a tona fragmentos de documentos fossem da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, fossem dos documentos Ministeriais, fossem do *Auxiliador da Indústria Nacional* contendo advertências explícitas que confirmavam a prioridade da agricultura sobre as demais atividades econômicas.

A conceituação dos estabelecimentos industriais utilizada pela Junta, era específica e denotava, de certa forma, a interferência do Estado Escravista que escolhia as “fábricas em grande” merecedoras de benesses.

A manufatura e a fábrica são formas de trabalho qualitativamente diferentes quanto ao aspecto da sua organização e ao nível de desenvolvimento de suas forças produtivas.⁷³ Antes de 1844 no Brasil, os documentos consultados revelam em sua maioria a existência de uma indústria artesanal. O artesanato é a forma mais antiga de trabalho industrial, complementar à agricultura, com um processo de trabalho essencialmente manual, como verificamos nas fundições fluminenses em que os instrumentos básicos utilizados eram o fole, o forno, a forja

⁷³ Cf. MARX, Karl. *O Capital..op.cit*, Livro I., Tomo I.,Cap. XII., pp.254-256.

e a bigorna. Individualmente, o trabalhador responsabilizava-se por todas as operações necessárias à elaboração do produto final.

No caso das indústrias de ferro Monlevade e Patriótica em Minas Gerais e a Fábrica de Ferro São João de Ipanema em São Paulo, os produtos finais-peças de engenho, pás, enxadas e o uso da mão-de-obra escrava estavam diretamente conectados à atividade agrícola. O abastecimento visando o mercado interno e o remanejamento da mão-de-obra da oficina para a agricultura nas épocas de colheita, como demonstrou Libby, denotam o limite dessa atividade industrial em Minas. Verificamos uma organização do processo de trabalho, típico da manufatura, diferentemente da maioria dos estabelecimentos industriais do período por nós estudado. Pelos Relatórios, descrições do Senador Vergueiro, avisos, regulamentos e informações contidas nos *Annaes da Escola de Minas*, notamos a organização do processo de trabalho em operações essencialmente manuais, porém o processo estava decomposto em uma série de operações parciais conectadas entre si, usando-se a força motriz hidráulica. A especialização-destreza manual e concentração mental eram requeridas.

As fontes revelam que as operações realizadas pelos escravos na Fábrica de Ferro São João de Ipanema exigiam uma certa especialização. No entanto, apesar de existência de escravos de aluguel, na prática, era considerado trabalho especializado apenas aquele desempenhado pelos estrangeiros, para os quais existia um escala salarial pré-fixada.

Concluimos que, mesmo que excepcionalmente apresentando uma organização de trabalho típica da manufatura, os três estabelecimentos encontravam-se nos limites da atividade agrícola seja pela produção, seja pela mão-de-obra deslocada para a lavoura, quando necessário. Por outro lado, a medida que adentramos na década de quarenta, verificamos a origem comercial dos capitais aplicados à indústria.

Capítulo 2 – A trajetória de Ponta d’ Areia

2.1 - Primeiros Anos

O Estabelecimento da Ponta d’Areia localizava-se no sopé do morro da Armação, na vertente oposta ao antigo prédio da Armação das Baleias, voltado para a Enseada de São Lourenço, hoje aterrada. Irineu Evangelista de Sousa, negociante, adquiriu-o do inglês Carlos Colmann em 11 de agosto de 1846, pela vantajosa quantia de 60.000.\$000, incluídos 28 escravos. ¹Em carta ao Imperador, o futuro Barão de Mauá explicou que a fundição tivera origem em 1844 e apenas dois anos depois de iniciadas suas atividades já caminhava para a ruína próxima, fato que desanimara Colmann.

Impossibilitado de salvar o estabelecimento, o inglês realizou a venda ao negociante brasileiro. A fundição comprada por Irineu Evangelista de Sousa resumia-se num modestíssimo telheiro com poucas máquinas e fundição de ferro. ² O comerciante investiria na indústria e afirmaria o seu ponto de vista acerca da necessidade de tal investimento:

Era já então, como é hoje ainda, minha opinião que o Brasil precisava de alguma indústria dessas que podem medrar sem grandes auxílios, para que o mecanismo de sua vida econômica possa funcionar com vantagem; e a indústria que manipula o ferro, sendo a mãe das outras, me parecia o alicerce dessa inspiração. ³

O novo “industrial” afirmou em sua Autobiografia que a gênese da idéia do Estaleiro e Fundição deu-se em Bristol nos inícios de 1840, quando visitou uma grande fundição de ferro e maquinismos.

No entanto, o investimento em manufaturas naquele período, em que o carro chefe da economia era constituído pela exportação agrícola cafeeira e a política governamental orientava-se para o setor primário da economia, era bastante arriscado. Conforme Celso Furtado, a participação do Brasil no mercado mundial do café girou em torno de 40% nos anos de 1830 e atingiu 53% em 1852. ⁴

Certa configuração de fatores nos anos 1840 justificou a decisão de investir em um novo ramo de negócios. Por um lado, está a especial relação estabelecida entre o futuro Barão de Mauá e os políticos do Império, que trataremos mais a frente. Por outro, há uma conjuntura nacional que favorece não só o futuro Barão de Mauá, mas também outros negociantes que pretendiam diversificar seus negócios, investindo em outros setores.

¹ ARQUIVO NACIONAL. *Contratos e Escrituras*. Lavrados em notas do tabelião Fialho. Cartório do 3º Ofício (hoje C. Pennafiel), livro 199, fls.40

² FORTE, José Matoso Maia. *O município de Niterói*. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1941. p.200.

³ MAUÁ, Visconde de. *Autobiografia*....,op.cit., p.101.

⁴ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1967. p. 139.

O ministro da Fazenda Alves Branco, pelo Decreto n.376 de 12 de agosto de 1844, lançou mão de uma nova política tarifária. A nova pauta alfandegária eleva a 30% os direitos da maioria dos artigos, instituindo taxas não só inferiores, que variavam de 20% a 25%, como superiores, que se situavam entre 40% e 60%, as quais recaíam sobre mercadorias estrangeiras cujos equivalentes já eram produzidos no Brasil. O imposto de importação para chapas de aço e ferro, e outras matérias-primas para fundições, era de 25%. Tal medida possibilitou a criação de novos estabelecimentos industriais.

Estamos de acordo com Nícia Vilela Luz⁵, no sentido de que o aumento da alíquota sobre os produtos importados deu-se por motivos essencialmente fiscais em um momento em que o país necessitava obter maiores recursos financeiros para cobrir seus déficits. Os gastos decorrentes da organização administrativa do Estado e manutenção de seus diversos aparelhos, bem como a necessidade de sufocamento das rebeliões provinciais, repercutiram no descontrole do orçamento. As despesas militares necessárias para acabar com as revoltas acarretaram um crescimento do déficit que saltou de 4,7% da receita, no exercício de 1835/36, para 72,1% e 93,8% da receita nos exercícios de 1841/42 e 1842/43, respectivamente.⁶

O Estado Escravista não poderia penalizar o bloco de poder formado em sua essência pelos grandes plantadores, por isso o imposto sobre a mesma, que era tributado pelas províncias, foi aplicado em proporções modestíssimas. Em 1850/51, o valor percentual da participação do imposto sobre exportação na receita era de 16%, enquanto que o imposto sobre importação era de 62,7%. Durante a década de 1850 a porcentagem média da renda alfandegária em relação à renda total do país foi de 62,5%⁷. Observando tais dados, concluímos que na década de 1850 a Tarifa Alves Branco era de fundamental importância para o preenchimento do déficit estatal.

No entanto, não se verificou uma efetiva política protecionista da indústria brasileira a partir de 1844. Segundo Luiz Carlos Soares, enquanto no Brasil a importação estrangeira ficava em geral tributada em apenas 30% *ad valorem*, nos Estados Unidos o termo médio das tarifas alfandegárias era de 50% *ad valorem*.⁸

Além disso, era necessário dosar o estímulo para o crescimento das atividades industriais para que não ultrapassassem os limites estabelecidos pela classe senhorial,

⁵ LUZ, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização no Brasil...* op.cit., p.24.

⁶ BUESCO, Mircea. *Organização Administrativa do Ministério da Fazenda no Império*. Brasília: FUNCEP, 1984. p.91.

⁷ PARANHOS, José Maria da Silva. *Proposta e Relatório Apresentados pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda na 1ª Sessão da 11ª Legislatura*. Rio de Janeiro, 1861, p.32.

⁸ SOARES, Luiz Carlos. *A Manufatura na Formação Econômica e Social Escravista no Sudeste...*, op.cit.,p.126.

definidos sobretudo em função dos interesses dos plantadores de café. Por isso, não foi mera coincidência que a importação estrangeira ficasse tributada em apenas 30% ad valorem. Mesmo assim, a reforma tarifária de 1844 propiciou um clima mais favorável para os investimentos industriais, que sem dúvida ainda traziam grande risco.

Segundo Irineu Evangelista de Sousa o estabelecimento de Colmann estava em uma caótica situação financeira. Provavelmente, essa circunstância provocou a redução do seu preço de venda, além da lei de 1844 ter aberto a possibilidade de investimentos no setor industrial. Esses dois fatores combinados explicam, em parte, a entrada do negociante em um novo ramo. No entanto, o fator decisivo esteve no bom relacionamento entre o “novo industrial” e os homens do governo. Suas relações, especialmente com os membros do Partido Conservador, também conhecidos como “Saquaremas”, contribuíram para o esplendor da empresa até finais de década de 50, antes do renascer liberal de 1860.

Faz-se necessário ressaltar que antes de arriscar-se neste novo ramo de atividades econômicas, Irineu Evangelista de Sousa realizou um contrato bastante providencial com o governo. Sobre isso, ele mesmo assinalava:

Quando tive o pensamento de mudar de rumo na direção das minhas ocupações, foi a primeira idéia que tratei de realizar - entendendo-me previamente com o então Ministro do Império, o conselheiro Joaquim Marcelino de Brito, sobre o encanamento das águas do Maracanã, que estava resolvido, serviço que me foi por Sua Excelência garantido. Com esta base comprei a miniatura que então se chamava Ponta d'Areia (...) ⁹

O contrato de Irineu Evangelista de Sousa com o Ministro do Império para o fornecimento de tubos para o Maracanã foi celebrado em 18 de agosto de 1846. Ponta d'Areia comprometia-se a fornecer 50 tubos por mês durante 6 meses e daí em diante, ou seja, nos seguintes quatro anos e meio, o estabelecimento deveria fornecer mensalmente a quantia de 200 tubos. De tal forma, a pagar a multa de 20.000 réis por cada tubo que deixasse de entregar. ¹⁰ O proprietário contratou, então, empregados ingleses para suprir a encomenda e comprometeu-se com eles para não despedi-los enquanto não se completasse o regime de 5 anos. ¹¹

⁹ MAUÁ, Visconde de. *Autobiografia*...., op.cit.,pp.101-102.

¹⁰ BIBLIOTECA NACIONAL. Contrato Firmando em 18 de agosto de 1846 para a fundição de tubos para as obras do Maracanã. Seção de Manuscritos, Documentos Biográficos, c-1064, 044, nn 015.

¹¹ *Ibidem*

Em inícios de setembro de 1847, o dono do estabelecimento escreveu ao Ministro do Império, reclamando ter recebido o pagamento referente a apenas 50 tubos: “He evidente o grave prejuízo que soffro.”¹²

O Ministro do Império em exercício deixara de ser Joaquim Marcelino de Brito, Visconde de Mario, a partir do dia 22 de maio de 1847. Seu substituto foi José Carlos Pereira de Almeida Torres, Visconde de Macaé, integrante do Partido Liberal¹³. As fontes não revelam a existência de atritos políticos e inimizades entre o Visconde de Macaé e Irineu Evangelista de Sousa, embora saibamos ter existido uma identificação entre os projetos do dono de Ponta d’Areia e os Conservadores, que na pessoa de Marcelino de Brito, auxiliaram-no e facilitaram o êxito do seu negócio, através de uma primeira encomenda governamental.

O Ministro em exercício respondeu à queixa:

Estes inconvenientes tem sido produzidos pela cauza de ter o antecedente de Vossa Excelência, o Ministro do Império, firmado o contracto de 18 de agosto de 1846 sem haver pedido ao Corpo Legislativo as quantias necessárias para fazer face às despesas marcadas no dito contracto.¹⁴

O documento acima revela que o Legislativo desconhecia os detalhes e condições singulares do Contrato firmado em 1846 e reafirma, assim, ter sido o dito acordo celebrado com pleno conhecimento dos termos apenas pelo Gabinete Conservador e Irineu Evangelista de Sousa.

Durante a gestão liberal, seguiram-se as pendências e a ausência de pagamento pelos tubos fornecidos, embora as obras do Maracanã não tivessem sido interrompidas.

Em 29 de setembro de 1848 tomou posse o célebre Gabinete Conservador, constituindo data importante para a história do Estabelecimento de Fundação e Estaleiro da Ponta d’Areia, já que novamente o Estado o olhara com boa vontade. Os Conservadores ou Saquaremas, além de garantirem os privilégios dos monopolizadores do tráfico negreiro, incentivaram os plantadores escravistas ligados à expansão cafeeira, e também incentivaram a expansão de negócios urbanos de comerciantes capitalistas inseridos na economia mercantil e exportadora do Império.¹⁵

¹² BIBLIOTECA NACIONAL. *Requerimento mandando que ser receba os tubos outrora produzidos pelo Estabelecimento Ponta d’Arêa*. Seção de Manuscritos, Documentos Biográficos, c- 1064, 044, nn 004.

¹³ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Ministros do Império. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/Internet/Infdoc/conteudo/Historiaepreservacao/Presidentes/PresImperio>

¹⁴ BIBLIOTECA NACIONAL. *Resposta de sua Excelência o Ministro do Império a Irineu Evangelista de Sousa acerca do contracto firmado em 18 de agosto de 1846 para o fornecimento de tubos para o Maracanã*. Seção de Manuscritos, Documentos Biográficos, c-1064, 044, n.008.

¹⁵ MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema*, op.cit., p. 157.

O Estado passou a ser, então, o lócus dos dirigentes Saquaremas, que por meio de uma ação estatal, exerciam uma direção intelectual e moral. Formou-se um bloco de poder que englobou segmentos diferenciados. Este bloco era constituído pela alta burocracia imperial – senadores, magistrados, ministros e conselheiros do Estado - jornalistas, professores, médicos e agentes não públicos e também por proprietários rurais oriundos das mais diversas regiões que orientavam suas ações por diretrizes fixadas pelos dirigentes Saquaremas.¹⁶ Nem todos eram grandes fazendeiros, porém todos possuíam ligações com os plantadores fluminenses, entre eles Irineu Evangelista de Sousa, negociante, banqueiro e dono de estabelecimento industrial.

O próprio Irineu Evangelista de Sousa reconheceu sua proximidade aos governantes da época:

Desde que o Estabelecimento da Ponta d'Arêa ficou montado para produzir em grande escala havia-me eu aproximado dos homens do governo do país em demanda de trabalho para o estabelecimento industrial, cõnsco de que essa proteção era devida mormente precisando o Estado dos serviços que eram solicitados, em concorrência com encomendas que da Europa tinham de ser enviadas, e já foi dito quanto o estabelecimento prosperou no período em essa proteção lhes foi dada. As relações adquiridas então me puseram em contacto com quase todos os homens eminentes; de quase todos mereci atenções, e de alguns fui amigo sincero, merecendo-lhes igual afeto. Em 1851 compunha-se o Ministério em sua totalidade de homens de Estado que me tinham no mais alto apreço.¹⁷

O Gabinete que vigorou de setembro de 1848 a 1852 foi aquele de mais longa duração da monarquia.¹⁸ O Gabinete de 1848 era composto pelo Visconde de Olinda como presidente do Conselho; José da Costa Carvalho, o Visconde de Monte Alegre que acumulava funções no Ministério da Fazenda e Estrangeiro; Eusébio de Queiroz, Ministro da Justiça e por fim Manuel Felizardo de Sousa e Melo Ministro da Marinha e Guerra. Cerca de um ano depois o Visconde de Olinda retirou-se do ministério e Monte Alegre assumiu a Presidência do Conselho, enquanto que Antônio Paulino Limpo de Abreu e José Joaquim Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí, ocuparam as pastas do Ministério do Estrangeiro e da Fazenda, respectivamente.

Irineu Evangelista de Sousa, em pelo menos duas de suas cartas dirigidas a seu sócio Ricardo Ribeiro, chamou a Monte Alegre de “amigo sincero.”¹⁹ Foi durante a gestão

¹⁶ Idem, *ibidem*, p.3.

¹⁷ MAUÁ, Visconde de. *Autobiografia....*, op.cit., pp.117-118.

¹⁸ LYRA, Augusto Tavares de. *A Presidência e os Presidentes do Conselho de Ministros*. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio de Rodrigues&Cia, 1923. p.83.

¹⁹ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Correspondência Ativa do Barão de Mauá, 1850-1859*. A correspondência revela, entre outros fatos, que em 1859 quando se formou a Companhia São Paulo Railway, Monte Alegre subscreveu algumas ações. Biógrafos como Lídia Besouchet afirmam que no ano de 1850, Monte Alegre, integrante do Conselho do Império e grande amigo de Irineu Evangelista de Sousa, animou-o a levar adiante a criação de uma empresa

conservadora que o Estado Imperial tornou-se um bom cliente da Ponta d'Areia, pois adquiriu novos compromissos com o estabelecimento. Além disso, deu continuidade à política de isenção de direitos sobre a importação de matéria-prima; subvencionou a empresa utilizando capital diretamente saído dos cofres governamentais; facilitou a legislação para que estabelecimento adquirisse uma configuração jurídica, constituindo-se assim uma sociedade anônima; e por fim, em 1851, quitou definitivamente as dívidas provenientes do fornecimento de tubos para o encanamento do Maracanã.

O *Relatório do Presidente de Província* encaminhado à Assembléia Legislativa em abril de 1848, época em que os liberais ocupavam-se da direção do Gabinete de Ministros, na figura do mesmo Visconde de Macaé, recolheu outras queixas de Irineu Evangelista de Sousa. O proprietário dizia ao Presidente de Província que:

O governo não me concedeu muitos favores a não ser aqueles concedidos às fábricas em grande: a isenção de direitos de importação para o ferro em guza, e bem assim para uma limitada porção de metal, destinado às forjas, chapa e caldeiras.²⁰

Em 6 de outubro de 1848, sete dias após a posse do Gabinete Conservador, o Governo Imperial autorizou o pagamento relativo ao fornecimento de tubos para o encanamento do Rio Maracanã:

Diz Irineu Evangelista de Sousa que pelas contas juntas legalizadas pela inspeção geral das Obras Públicas, mostra ter fornecido mais de 1.100 tubos de ferro fundido para o encanamento do Maracanã, na importância de 117.530.435 réis, os quais não lhe foram pagos por não ter o governo de Vossa Majestade o necessário crédito, mas como pela resolução que ultimamente passou no Corpo Legislativo, se acha o mesmo governo autorizado para fazer essa despesa.²¹

Localizamos ainda na Biblioteca Nacional um outro requerimento enviado por Irineu Evangelista de Sousa ao Governo Imperial, datado de 13 de março de 1850, cobrando a quantia de 31.185\$000 relacionados a 300 tubos fornecidos para o encanamento do Rio Maracanã.²² Não encontramos a respectiva resolução da Assembléia Legislativa autorizando

de navegação através do Amazonas. O governo abriu então concorrência para os empresários que desejassem estabelecer o tráfego do Amazonas, mediante o monopólio da exploração com subvenção do Estado. Só Mauá apresentou-se. Em 1851, Mauá estimulado por Monte Alegre toma a iniciativa de criar o segundo Banco do Brasil

Cf. BESOUCHET, Lídia. *Mauá e seu Tempo...*, op.cit., pp. 40 e 61.

²⁰ BIBLIOTECA NACIONAL. *Informações Adicionais contidas no Relatório do Exm^o. Presidente da Província do Rio de Janeiro apresentado à Assembléia Legislativa em 1^o de Abril de 1848*. Seção Manuscritos, Documentos Biográficos, c-1064,044,nn 003.

²¹ BIBLIOTECA NACIONAL. *Resposta do Governo Imperial aos Requerimentos Encaminhados pelo Barão de Mauá ao Ministro do Império mandando que ser receba os tubos produzidos pela Ponta d'Arêa*. Seção Manuscritos, Documentos Biográficos, c-1064, 044, nn 009.

²² BIBLIOTECA NACIONAL. *Requerimentos Encaminhados pelo Barão de Mauá ao Ministro do Império mandando que ser receba os tubos produzidos pela Ponta d'Arêa*. Seção de Manuscritos, Documentos Biográficos, c-1064, 044, nn 012.

o pagamento do material. No entanto, é bem provável que este tenha se efetivado, se consideradas as relações cada vez mais intensas e cordiais entre Irineu Evangelista de Sousa e o Gabinete Saquarema.

Em 1849, surgiu uma nova encomenda da parte do Estado Imperial, proveitosa para a Ponta d'Areia. Em 9 de junho, o estabelecimento comprometeu-se com o governo a fornecer inicialmente 1.100 tubos de ferro fundido, para o encanamento das águas do Andaray Grande, na importância de 17.116\$280. Segundo o combinado, o fornecimento de tubos deveria dar-se até o final de 1851, quando a obra fosse concluída.²³

A difícil obtenção de matéria-prima no Brasil e a importação, todavia onerosa, constituíram sérios obstáculos enfrentados pelos estabelecimentos industriais, mesmo após 1844. Em 1847, o Estado lançou mão de outra medida: a extensão da isenção de direitos alfandegários sobre matérias primas importadas a todos os estabelecimentos manufaturados em “ponto grande”. Foi o próprio Alves Branco, o Ministro da Fazenda, quem baixou a determinação através do Decreto n.526 de 28 de julho.

Somente alguns estabelecimentos foram beneficiados pela medida, que era altamente restritiva, pois favorecia apenas as manufaturas maiores. Observando a Tabela 3, encontramos a Ponta d'Areia entre os 5 estabelecimentos de Fundação e Máquinas do Império que gozavam de Livre Despacho de Matéria-Prima entre os anos de 1847 a 1851. Cabe notar que os outros estabelecimentos citados eram de propriedade de estrangeiros e pela quantidade de matéria-prima importada apresentavam grande magnitude para a época. Pela análise desses dados, as oficinas artesanais independentes não obtiveram essa concessão, e ficaram em posição desvantajosa diante daqueles estabelecimentos “em grande” que tiveram os custos de sua produção reduzidos e seus produtos colocados no mercado a preços inferiores.

²³ BIBLIOTECA NACIONAL. *Cópia do Contracto de 9 de junho de 1848 para o fornecimento de tubos do Andaray Grande*. Seção de Manuscritos, Documentos Biográficos, c-1064, 044, nn 011.

Tabela 3. RELAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE FUNDIÇÃO DO IMPÉRIO QUE GOZAVAM DE LIVRE DESPACHO DE MATÉRIA - PRIMA ENTRE OS ANOS DE 1847-1851.

Fábrica	Proprietário	Localização	Gênero	Unidade	Quantidade	Taxas	Importância de Direitos (conto de reis)	Data da Concessão
Fundição	Irineo Evangelista de Sousa	Rio de Janeiro	Ferro	em linguados	31.027	\$500	15.513\$750	17/08/1847
				em chapa	2.585	2\$000	5.177\$350	29/08/1849
				batido	861	1\$250	1.077\$350	
				ferro em barra e verguinha	1.723	1\$425	2.456\$343	
Fundição	Alexandre Davidson	Rio de Janeiro	Ferro	em barra e verguinha	1.600	1\$425	2.280\$000	05/5/1851
				em chapa	1.600	2\$000	3.200\$000	
				em linguados	4.800	\$500	2.400\$000	
Fundição	John Kiling	Bahia	Ferro	em barra	8.618	1\$250	10.773\$437	23/08/1850
Fundição	David Wilsam Bowman & Archibald Mac' Calum	Pernambuco	Ferro	em linguado	31.027	\$500	15..513\$750	11/12/1848
				em chapa	2.585	2\$000	5.171\$250	
				batido	861	1\$250	1.077\$350	
Fundição	Christ Star & Cia	Pernambuco	Ferro	em linguado	31.027	\$500	15.513\$750	30/05/1849
				em chapa	4.137	2\$000	8.274\$000	
				em barra	1.723	1\$425	2.456\$343	

Fonte: TORRES, Joaquim José Rodrigues. *Proposta e Relatório apresentados à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário d' Estado dos Negócios da Fazenda.* Anexo B. Rio de Janeiro. 1852, p.13.

Antes da lei de 1847, porém Ponta d'Areia já gozava da isenção de direitos sob importação de matérias-primas. Em 1846 recebeu o título de Fábrica Nacional, tornando-se automaticamente livre de direitos. Atendendo aos pedidos de Irineu Evangelista de Sousa, o Governo Imperial, através do Inspetor de Fábrica José Antônio Lisboa, declarou em 1846:

(...) parece-me que a Fábrica da Ponta d'Arêa, por conformidade com o suplicante está no caso do Decreto de 21 de janeiro de 1813, e de merecer de Vossa Magestade

o Imperador, a provisão de Fábrica Nacional e com ela todas as graças e vantagens que o dito Decreto outorga às fábricas *montadas em grande*. Vossa Magestade, o Imperador mandará o que houver por bem.²⁴

A lei de 1847 ampliou a política de fomento às Fábricas Nacionais já implantadas por D. João VI. Outros estabelecimentos foram enquadrados nessa categoria. Dentre os estabelecimentos fluminenses que gozavam de despacho livre de matérias-primas importadas, em janeiro de 1848, somente a Ponta d’Areia pertencia ao ramo de fundição conforme indica a tabela abaixo. Alexandre Davidson, proprietário de uma fundição em Campos, entrou para a lista em 1850.

Quadro 2. ESTABELECEMENTOS MANUFATUREIROS FLUMINENSES QUE GOZAVAM DA CONCESSÃO DE LIVRE DESPACHO DE MATÉRIAS- PRIMAS IMPORTADAS EM 1848.

ESTABELECEMENTO	RAMO	LOCALIZAÇÃO
José Francisco Bernardes	Vidros	Corte
Frutuoso Luiz da Motta	Galões e fitas	Corte
Pedro Pedeluque	Chapéus	Corte
Carlos Felipe & Cia	Chapéus	Corte
José de Calazans Outeiro	Chapéus	Corte
José de Carvalho Pinto&Cia	Chapéus	Corte
João Girard&Cia	Chapéus	Corte
José Maria de Sá	Sabão e Velas	Corte
Francisco Fernandes de Castro	Sabão	Corte
Antônio Pereira de Carvalho	Sabão	Corte
Manuel Machado Coelho	Sabão	Corte
Irineu Evangelista de Sousa- (Ponta da Areia)	Fundição e máquinas	Niterói
Imperial Fábrica de Pólvora	Pólvora	Estrela

Fonte: ABREU, Antônio Paulino Limpo de. *Proposta e Relatório apresentados à Assembléia Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado Interino dos Negócios da Fazenda*. Tabela n.I. Rio de Janeiro, 1848

No entanto, foi o empréstimo de 1848 que mais chamou a atenção acerca dos privilégios desfrutados pelo estabelecimento de Ponta d’Areia durante os anos de gestão do Gabinete formado pela Trindade Saquarema.

Em junho de 1848, Irineu Evangelista de Sousa, dirigiu-se ao governo imperial solicitando um empréstimo. Disse que a Ponta d’Areia muito contribuiu para o desenvolvimento do país, que ele a salvara da falência, porém os gastos recentes obrigavam-no a fazer o pedido:

(..) o suplicante conhecia a generosidade com que o Corpo Imperial e o Corpo Legislativo haviam protegido diferentes ramos da indústria, concedendo aos empreendedores de diversas Fábricas Nacionais loterias e empréstimos sem juros e,

²⁴ ARQUIVO NACIONAL *Junta de Comércio Agricultura Fábricas e Navegação*. Registro de Provisões de Matrículas de Fábricas. Códice 217, vol.2, 1842-1850. Seção de Guarda SDE, Código de Fundo 7X.

contudo sua intenção era não reclamar a qualquer proteção para o Estabelecimento, não obstante considerado mais digno que todos os outros.”²⁵

O proprietário da Ponta d’Areia apontava a grande crise de 1848 na Europa, bem como a timidez e o medo dos investidores em arriscar a aplicação do seu capital no setor secundário da economia, como obstáculos para obtenção de crédito para a Ponta d’Areia. Temendo que a empresa passasse por dificuldades financeiras e não tendo a quem recorrer, afirma que só lhe restava pedir ajuda ao governo.

Enumerou, então, seus últimos gastos. Afirmou ter dispensado 200.000\$000 para remontar e reformar o estabelecimento para que dispusesse de uma estrutura adequada a fim de cumprir o contrato que havia feito com o governo imperial para o fornecimento de tubos para o Maracanã. O governo, por sua vez, ainda não havia pagado a referida encomenda. Ademais, dizia Irineu Evangelista de Sousa, havia gasto até então 210.000\$000 para pagar o salário dos operários estrangeiros contratados especialmente para a produção dos tubos de aço.

Somava-se ao montante anterior o dispêndio de 400.000\$000 empregados para a construção da filial do Valongo, voltada para o conserto de máquinas. Queixava-se, por fim o proprietário, de ter empregado grande capital para a importação de matéria-prima vinda da Europa. Embora se encontrasse no grupo de empresas contempladas com a isenção de direitos sobre a importação de matérias-primas, alegava que, tendo em vista as crescentes necessidades da Ponta d’Areia as operações de importação, ainda assim, eram bastante onerosas.

Desse modo, recorreu ao Governo e não hesitou em chamar atenção aos benefícios que o estaleiro e fundição poderiam trazer para a economia agrário-exportadora, pois

São innegáveis o impulso que ele (o estaleiro e fundição) tem dado à nossa marinha de guerra: a construção de machinismos diversos applicaveis à abertura de canaes, ao desentupimento de Rios, ao fabrico de assucar, o tornão hoje de absoluta necessidade para os progressos da nossa agricultura, que sem o socorro da mechanic, em vão, se esforça para suprir a falta de braços e em romper com as peãs da rotina. Enfim, os trabalhos de galvanisação, a que se tem procedido nos dão a certeza de que brevemente será também vantajoso para nós esse interessante invento da indústria moderna.²⁶

A fim de alcançar seus objetivos, Irineu Evangelista de Souza optou por mostrar ao Estado-Escravista o quão importante poderia ser Ponta d’Areia para a manutenção da ordem econômico-social vigente. Dessa forma, buscava atrair a atenção para seu empreendimento.

²⁵ BIBLIOTECA NACIONAL. *Pedido pelo qual Irineu Evangelista de Sousa solicita à Vossa Magestade Imperial haja por bem conceder o empréstimo requerido e ordenar que o Governo Imperial solicite o concurso do Corpo Legislativo.* Seção de Manuscritos, Documentos Biográficos, c-1064, 044, nn 011.

²⁶ Ibidem.

Pedia o suplicante um empréstimo por 15 anos no valor de 300.000\$000 com vencimentos de juros de 6% ao ano. Oferecia hipotecar Ponta d'Areia e propunha o pagamento anual dos juros somente depois de passados 5 anos da concessão. Em 29 de setembro tomou posse o Gabinete Conservador e já no dia 2 de outubro, ou seja, três dias depois de ter assumido a direção nacional, atendeu formalmente ao pedido do futuro Barão de Mauá.

O Tribunal da Junta encarregado de analisar o caso afirmou que o empréstimo era de “urgência e equidade”.²⁷ Urgência devido à crise que na Europa ameaçava os estabelecimentos da indústria e equidade tendo em vista os benefícios que a dita empresa trazia ao país, endossando o auxílio que a “mechanice” poderia prestar à agricultura e talvez vislumbrando a falta de mão-de-obra escrava que se consolidou após a abolição do tráfico dois anos depois (1850). Acrescentava ainda:

No estabelecimento há 48 aprendizes brasileiros, a naturalizar entre nós, industriais, até agora estrangeiros. Não podia a comissão deixar e emitir muito favorável opinião sobre hum empréstimo que vai garantir a prosperidade de uma empresa, onde tantos interesses se achão comprometidos, que tão grandes vantagens tem produzido e que nos permite um futuro tão esperançoso.²⁸

As condições do empréstimo contidas no Decreto n. 510 de 2 de outubro de 1848, são parecidíssimas com aquelas propostas inicialmente pelo futuro Barão de Mauá. A quantia concedida, conforme o proposto pelo suplicante, era de 300.000\$000, e o prazo foi encurtado: ao invés dos 15 anos, o governo determinou o prazo de 11 anos improrrogáveis para o pagamento da quantia. A amortização deveria ser feita nos últimos 6 anos. Além disso:

para a verificação da entrega da quantia emprestada faria o mutuário a hypoteca especial do terreno, prédios e machinismos da dita fábrica, assim como de quaisquer outros bens que possuísse neste Corte, prestando fiança idônea para a quantia que faltasse para completar o equivalente do valor emprestado²⁹

O intuito do governo em incentivar Ponta d'Areia explicava-se muito mais pelas relações do dito Gabinete Conservador com seu proprietário do que pelo interesse em incentivar a indústria nacional. Tendo em vista que a política de ajuda aos estabelecimentos industriais era bastante restritiva, sobressai-se o fato do empreendimento ter sido um dos poucos contemplados com esse tipo de auxílio governamental tão direto.

²⁷ BIBLIOTECA NACIONAL. *Esclarecimento sobre a situação da Ponta d' Arêa fornecido pela Comissão de Comércio e Indústria ao Governo Imperial sobre as condições da empresa*. Seção de Manuscritos, Documentos Biográficos, c1064, 044, nn 004.

²⁸ *Ibidem*

²⁹ CARVALHO, José da Costa. *Proposta e Relatório apresentados à Assembléa Legislativa na 1ª Sessão da 8ª Legislatura pelo Ministro do Império*. Rio de Janeiro, 1850, p. N16.

Nos anos 1840, o Estado manteve a concessão de prêmios de produtos líquidos extraídos das loterias, política esta existente desde o I Reinado. Além disso, criou a proteção direta com o auxílio de prestações dos próprios cofres governamentais. No entanto, foram poucos os estabelecimentos contemplados, sendo um deles Ponta d'Areia.

Tabela 4. ESTABELECEMENTOS MANUFACTUREIROS SUBVENCIONADOS PELO ESTADO IMPERIAL 1840-1850

Estabelecimentos	Ramo	Localização	Data da concessão	Loterias ou proteção concedidas	Loterias ou proteção pagas-1850
1- João Francisco Bernardes e João Pereira Darrigue Faro (Fábrica São Roque)	Vidros	Corte	22-9-1841	6	4
2- Frederico Guilherme	Têxtil	Corte	30-11-1841	4	3 ½
3-Fructuoso Luiz da Motta	Galões	Rua do Hospício (Corte)	1843	4	1
4-Zeferino Ferrez	Papel	Andaraí (Corte)	1846	4	3 ½
5- André Gaillard	Papel	Andaraí (Corte)	1846	4	4
6- Joaquim Diogo	Têxtil	Andaraí (corte)	28-9-1847	100:000\$00	50:000\$0000
7-Irineu Evangelista de Sousa (Ponta d'Arêa)	Fundição e Máquinas	Ponta d'Arêa (Niterói)	2-101848	300:000\$000	300:000\$000

Fonte: SOARES, Luiz Carlos. A indústria na Sociedade Escravista: as origens do crescimento manufatureiro na região fluminense em meados do séc. XIX (1840-1860). In: SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1996. pp. 281-306.

A tabela informa-nos que em 1850 existiam 7 estabelecimentos fluminenses protegidos pelo Estado Imperial, 5 através de concessão de loterias e 2 através da concessão de empréstimos dos cofres nacionais. Notamos que embora o empréstimo concedido ao estabelecimento têxtil de Andaraí fora de 100:000\$000, o montante pago fora a metade, ou seja, fora a quantia de 50:000\$000. Concluimos daí que Ponta d'Areia constituiu o único estabelecimento cuja proteção direta concedida fora integralmente paga pelo Estado. A quantia recebida por Ponta d'Areia excedeu em seis vezes a quantia recebida pelo estabelecimento têxtil Andaraí.

O governo imperial estabeleceu como critério básico, para a concessão de subvenções aos estabelecimentos manufatureiros, o emprego de trabalhadores livres, em vistas ao fim do tráfico de escravos que aconteceu dois anos mais tarde e a conseqüente necessidade de

deslocamento da mão-de-obra para a lavoura do café. Ponta d'Areia não obedeceu a esse critério e em julho de 1848, verificamos a existência de 121 trabalhadores escravos nas diversas oficinas da Ponta d'Areia. Portanto, 24,6% da mão-de-obra da empresa estava constituída por escravos.³⁰

Para os anos de 1848, 1849 e 1850 muitos dos documentos oficiais forneceram informações genéricas. Não explicitam numericamente o número de trabalhadores escravos e insistem em que a maior parte da mão-de-obra de Ponta d'Areia era assalariada. O *Relatório do Ministério do Império* para o ano de 1848 anunciava a concessão de empréstimo, mas não assinalava o número de trabalhadores escravos: “Trabalhão nelle 350 operários, huns engajados, outros jornaleiros, pela mór-parte homens livres.”³¹ O *Relatório do Presidente de Província* em 1850 repetia quase literalmente as informações contidas no *Relatório do Ministério do Império* para o ano de 1848, por nós citado anteriormente, e afirmava: “Neste estabelecimento trabalhão não menos de 350 operários, sendo alguns contractados e outros assalariados e pela maior parte homens livres.”³²

Apesar da omissão de informação nesses documentos, o *Relatório do Ministério da Fazenda* informa que em, 1850, do total de 411 operários, 130 eram escravos, resultando na porcentagem de 31,6%.³³

Ponta d'Areia empregava fortemente o trabalho escravo e mesmo assim obteve o auxílio do Estado Imperial. No entanto, existia outro critério para a concessão das subvenções, já citado na Consulta da Regência à Junta de Comércio em 1838. Tratava-se de verificar se o estabelecimento poderia ser classificado como uma “fábrica em grande”. Tampouco esse ou outros documentos emitidos pelo governo especificavam o que era exatamente uma “fábrica em grande”. Nícia Vilela Luz acrescenta um terceiro fator que nos leva a pensar sobre a não existência de requisitos objetivos para a concessão de auxílios direto por parte do Governo Imperial. Luz observa que não havia uma política efetivamente protecionista em relação aos estabelecimentos industriais, pois a Tarifa Alves Branco pretendia em primeiro lugar melhorar a arrecadação dos cofres públicos.³⁴ Deste modo, havia o favorecimento de uns estabelecimentos em detrimento de outros, decorrente das escolhas

³⁰ BIBLIOTECA NACIONAL. *Mappa Demonstrativo do Pessoal Empregado na Ponta d'Arêa, 24 de julho de 1848*. Seção de Manuscritos, Documentos Biográficos, c-1064, 044, nn 005.

³¹ CARVALHO, José da Costa. *Proposta e Relatório...*, op.cit.

³² FARO, João Pereira Darrigue. *Relatório do Vice Presidente da Província do Rio de Janeiro apresentado à Assembléa Provincial no dia no dia 1º de março de 1850*. Rio de Janeiro; Typografia do Diário de N.L Vianna, 1850, p.47.

³³ TORRES, Joaquim José. *Proposta e Relatório apresentados à Assembléa Geral Legislativa na 3ª sessão da 8ª Legislatura pelo Ministro e Secretário dos Negócios da Fazenda*. Rio de Janeiro, 1850, p.27.

³⁴ LUZ, Nícia. *A Luta pela Industrialização*, op.cit.

políticas dos dirigentes do Estado Imperial. Irineu Evangelista de Sousa figurava no grupo dos beneficiados pelo Gabinete Conservador.

2.2-A Transformação de Ponta d'Areia em Sociedade Anônima no ano de 1854

A superabundância de capitais, sejam aqueles deslocados do tráfico de escravos, seja aqueles decorrentes do café e atividades econômicas a ele articuladas, confluíram para o desenvolvimento de atividades capitalistas inseridas no tecido social escravista. O próprio Irineu Evangelista de Sousa assim admitiu a geração da empresa capitalista no Império Brasileiro: “Era preciso reunir capitais que se viam repentinamente deslocados do ilícito comércio e fazê-los convergir a um centro donde pudessem ir alimentando as forças produtivas do país.”³⁵

Segundo Sebastião Ferreira Soares a diversidade de capitais animava as novas empresas industriais “por meio de associações anônimas, e neste sentido se precipitavam a organizar companhias para com seus capitais explorarem diversos ramos até então não tentados.”³⁶ Bárbara Levy chamou a atenção para a existência de uma série de medidas institucionais tomadas no séc. XIX que contribuíram para o delineamento da feição do capitalismo interno. Entre elas a *Tarifa Alves Branco*, a abolição do tráfico de escravos e por fim o *Código Comercial de 1850*.³⁷ Foi esse conjunto de leis que forneceu a base jurídica para a reunião desses capitais, estabelecendo formalmente a sociedade por ações.

A Comissão encarregada da elaboração do Código foi nomeada em 1850, tendo como presidente o ministro da Justiça Eusébio de Queiroz. Era composta por José Clemente Pereira, Caetano Alberto Soares, José Thomas Nabuco de Araújo, Francisco Ignácio de Carvalho Moreira e Irineu Evangelista de Sousa. Portanto, entre os notáveis estava presente o próprio Irineu Evangelista de Sousa que, no biênio 1846/1847, fora presidente da Sociedade dos Assinantes da Praça do Rio de Janeiro. Vale lembrar que o futuro Barão de Mauá recebera a Ordem das Rosas no mesmo ano de 1850 por sugestão de Eusébio de Queiroz. Segundo Carlos Gabriel Guimarães, o Código Comercial Brasileiro deu ao país uma legislação mercantil própria e “permitiu a legitimação do Estado Imperial em vias de consolidação na

³⁵ MAUÁ, Visconde de. *Autobiografia...*, op. cit., p.120.

³⁶ SOARES, Sebastião Ferreira. *Esboço ou Primeiros Traços da Crise Comercial na Cidade do Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1864*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1865.p.39.

³⁷ LEVY, Maria Bárbara. *A Indústria no Rio de Janeiro Através de Suas Sociedades Anônimas*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Secretaria Municipal de cultura do Rio de Janeiro, 1994. p.45.

medida em que exigiu certo consenso entre as frações da classe dominante que necessitava a garantia de que seus monopólios seriam preservados”.³⁸

A lei n. 536 de 25 de junho de 1850 promulgou o tão esperado Código Comercial e aparelhou o Brasil para constituir sociedades anônimas, designadas como aquelas com finalidades definidas, sem firma social e administradas por mandatários revogáveis, sócios e não sócios.³⁹ Eram 5 os artigos do Código Comercial (295-299) que nos esclareciam alguns aspectos sobre a natureza específica dessa nova estrutura empresarial. O artigo 295 determinava que a sociedade apenas poderia estabelecer-se, caso contasse com a aprovação do governo. O artigo 297 definia a divisão do capital da companhia em ações, podendo essas ser subdivididas em frações. O artigo 298 estabelecia que a responsabilidade dos sócios fosse limitada ao valor de suas ações. O artigo 299 afirmava a responsabilidade dos administradores e diretores em responderem pessoalmente aos compromissos assumidos com terceiros, até o momento em que a instituição fosse registrada no Tribunal do Comércio. Após esse ato, responderiam apenas pela execução do mandato.

A organização das sociedades anônimas foi um marco fundamental na questão do direito de propriedade. Através da associação de capitais foi possível reunir grandes somas de dinheiro necessário aos empreendimentos de vulto. Por isso, antes de 1850, era impensável a formulação de uma legislação que criasse a figura jurídica da sociedade anônima, já que o capital estava investido essencialmente no tráfico negreiro e na agricultura cafeeira.

No entanto, como já fizemos referência em algumas linhas anteriores, a proibição do tráfico de escravos e o surgimento de atividades urbanas articuladas à cultura cafeeira provocaram o deslocamento de capitais para outros setores da economia. Sebastião Ferreira Soares falava assim, sobre o sucesso das sociedades anônimas em seus primeiros anos:

Esses novos capitais investidos provocaram a agitação da Praça Comercial do Rio de Janeiro, assim como em todas as reuniões dos capitalistas e negociantes, só se falava em associações anônimas para isto e para aquilo⁴⁰

Maria Bárbara Levy afirma que em 1855, já havia 16 empresas sendo regularmente cotadas no pregão. Essas empresas eram organizadas sob a forma de sociedade anônima. Eram 4 bancos, 4 companhias de transporte, 3 de serviço, 1 de perfumaria, 1 de colonização

³⁸ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Carlos Gabriel. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá & Cia (1854-1866)*...op.cit.p.93.

³⁹ BRASIL. *Código Comercial do Império do Brasil*. (Artigo 295). Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=501245&seqTexto=1&PalavrasDestaque=código%20comercial.>> Acesso em: 19 maio de 2006.

⁴⁰ SOARES, Sebastião Ferreira. *Esboço ou Primeiros Traços da Crise Comercial*..., op.cit., p.284-285.

agrícola, 2 cujo ramo de atividade não foi possível identificar e, por fim, 1 empresa de fundição e construção naval: a Ponta d'Areia.

Notamos que a configuração jurídica da sociedade anônima foi mais utilizada para a organização de bancos e empresas de transporte, atividades mais intimamente ligadas e subordinadas aos interesses escravistas, surgidos das necessidades e dos plantadores de café. Inversamente, aquelas empresas ligadas ao setor secundário da economia tendiam a uma maior independência em relação à produção escravista, o que não significava que estivessem fora do seu alcance, na medida em que o Estado ao qual estavam subordinadas representava, em última análise, os interesses escravistas particularmente fluminenses⁴¹ Além disso, os capitais “inativos” não produziam lucro e, como última alternativa, poderiam ser empregados em estabelecimentos industriais de forma prudente, desde que conhecida a margem de risco.

Os 2 maiores estabelecimentos comerciais da década de 1850, a Ponta d'Areia e Cia. Seropédica, foram organizados sob a forma de sociedade anônima, porém não havia no país grandes investimentos nessa atividade. A porcentagem dos estabelecimentos industriais sob a forma de sociedade anônima ou companhia comercial era de apenas 0,8% do capital total entre 1851-1865, conforme o observado na tabela abaixo:

Tabela 5. VOLUME DE CAPITAL INVESTIDO SOB A FORMA DE SOCIEDADE ANÔNIMA- 1851-1865

SETOR DA ECONOMIA	VOLUME DE CAPITAL INVESTIDO EM PORCENTAGEM
Bancos, Casas Bancárias e Companhias de Seguro.	57,5
Empresas de Transporte Ferroviário/ Marítimo e Terrestre	24,9
Serviço Público	5,4
Comércio	2,6
Setor Primário/Agricultura	1,2
Indústria	0,8

Fonte: LEVY, Maria Bárbara. *A indústria no Rio de Janeiro através das sociedades anônimas*. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ; Secretaria Municipal da Cultura do Rio de Janeiro, 1994. p.55.

O Decreto n.1411 de 15 de julho de 1854 aprovou os estatutos da Companhia denominada Ponta d'Areia e foi executado pelo Ministro e Secretário do Estado e dos

⁴¹ Sobre a questão da subordinação do setor secundário à produção escravista consultar: EL-KAREH, Almir Chaiban. *Filha Branca de Mãe Preta; a Companhia de Estrada de Ferro D. Pedro II (1855-1865)*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1982. pp. 135-136.

Negócios do Império Luiz Pedreira de Coutto Ferraz, o Barão de Bom Retiro. No mesmo ano, este político conservador obteve do Imperador o título de Barão de Mauá para Irineu Evangelista de Sousa, em retribuição aos serviços prestados.⁴²

O próprio Barão de Mauá, em conjunto com os políticos conservadores facilitou a transformação de Ponta d'Areia em uma empresa de capital aberto, na medida em que ajudou na criação da dita figura jurídica durante a elaboração do Código Comercial de 1850.

No início de sua fundação Ponta d'Areia era uma empresa com uma estruturação familiar e de pequena sociedade entre amigos, e em 1854 tornou-se o primeiro estabelecimento manufatureiro com uma organização empresarial que fugiu a esses padrões". O próprio Barão de Mauá narrou em suas memórias, o momento em que transformou Ponta d'Areia em sociedade anônima:

(...) aproveitando-me de um momento em que o espírito de associação dera alguns passos para frente, converti o estabelecimento numa companhia, ficando o capital invertido, (nesta época 1.250.000\$000) , divididos em ações- guardando eu, porém dous quintos da mesma.⁴³

O Decreto estabelecia a duração da empresa por 20 anos, podendo ser resolvida a sua continuação, findo esse prazo, pela Assembléia Geral dos Acionistas.⁴⁴ O Barão de Mauá redigiu o Estatuto de próprio punho em 18 de maio de 1854, o qual parece ter sido integralmente aprovado pelo Estado Imperial, em conformidade com o artigo 295 do Código Comercial pelo qual as sociedades anônimas só poderiam se estabelecer por tempo determinado, e com a autorização do governo. À Cia. de Ponta d'Areia foram transferidos pelo seu proprietário todos os direitos do antigo estabelecimento: os prédios, terrenos anexos, oficinas, armazéns, máquinas e todos os demais utensílios avaliados em 500.000\$000.

O fundo da Companhia de 1.250.000\$000 foi dividido em 5.000 ações de 250\$000 cada uma, em conformidade com o artigo 297 do Código Comercial. Irineu Evangelista de Sousa não detinha a maioria das ações, apenas 2/5, fato este que não o impediu de assumir a

⁴² Na biografia escrita por Lídia Besouchet há referência ao título honorífico obtido por intermédio de Coutto Ferraz. Mauá, de acordo com a língua indígena, significa pequeno porto. Em 1872, Irineu Evangelista de Sousa obteria o título de Visconde.

Cf. BESOUCHET, Lídia. *Mauá e seu tempo...*, op.cit., p70; p.153.

Estamos de acordo com Guimarães e Mattos, no sentido que a obtenção de títulos honoríficos sinaliza para a inserção da personalidade no aparelho do Estado Imperial.

Cf. GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá & Cia (1854-1866)*..., op.cit., p.71.

⁴³ MAUÁ, Visconde de. *Autobiografia*, op.cit., p.104.

⁴⁴ BIBLIOTECA NACIONAL. *Decreto na. 1411, de 15 de julho de 1854. Aprova os Estatutos da Companhia Ponta d'Areia Sociedade Anônima*. Coleção Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. Tomo XIV, Parte II, p. 158-262.(Artigo 2º).Seção Periódicos, 5-434,03,20.

presidência executiva. Pelo contrário, a situação estava prevista pelos estatutos da empresa: “A Companhia será administrada e representada pelo atual proprietário da Fábrica, na qualidade de Presidente, e lhe ficarão outorgados *plenos e ilimitados poderes em causa própria*”⁴⁵ Ademais, como presidente da empresa, recebeu a remuneração de 5% dos lucros líquidos.

Durante 5 anos, Mauá obrigou-se, para com os acionistas, em fornecer dividendos nunca inferiores a 7% ao ano.⁴⁶ Houve uma grande procura pelas ações da Cia. Ponta d’Areia, pelo próprio prestígio que o nome Mauá garantia ao empreendimento. As ações foram vendidas facilmente. Em 1855, o *Relatório do Inspetor de Fábricas* informava que no 1º semestre daquele ano, os dividendos alcançaram 11\$400 “deixando muito satisfeitos todos os acionistas e elevando a cotação das ações, ultimamente vendidas na Praça de Comércio com 40\$000 de prêmio”.⁴⁷

Concluimos que, na medida em que transformou Ponta d’Areia em sociedade anônima, Mauá obteve como sócios muitos outros acionistas, mas ao mesmo tempo manteve a direção na qualidade de Presidente Executivo. Desse modo além de não arriscar seu capital, liberou-o para que pudessem ser investidos em outros negócios.

O Decreto de 15 de julho de 1854 afirmou, no artigo 3º, que é objeto importante da Companhia a realização da iluminação a gás em Niterói, “logo que aprovado pela Assembleia Provincial o Contracto celebrado entre o empresario e o Governo Provincial”⁴⁸

Ao justificar o fim da Companhia e a necessidade de transformá-la em empresa de capital aberto, o governo imperial menciona a tarefa a ela confiada na iluminação da cidade de Niterói. É importante notar que o contrato foi celebrado entre o barão de Mauá e o presidente de província Luiz Antônio Barbosa em 1 de Maio de 1854⁴⁹, dois meses antes da autorização para a transformação do estabelecimento em sociedade anônima.

A iluminação contratada com o Barão de Mauá custou 50:000\$000. No *Relatório do Presidente de Província* notamos que Ponta d’Areia substituiu trabalhos de uma empresa

⁴⁵ Ibidem. (Artigo 9º).

⁴⁶ Ibidem. (Artigo 19º).

⁴⁷ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO BRASIL. *Descrição dos Estabelecimentos Fabris existentes na Imperial Cidade de Nychteroy*. Relatório do Capitão Engenheiro Antônio Pinto de Figueredo Mendes Antas ao Conselheiro Luis Antônio Barbosa, presidente da Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 23 de abril de 1855. Lata 514-documento 11.

⁴⁸ BIBLIOTECA NACIONAL. *Decreto n. 1411, de julho de 1854...*(Artigo 3º)

⁴⁹ BARBOZA, Luiz Antônio. *Relatório apresentado ao Vice-presidente da Província do Rio de Janeiro o Sr. Vereador Barão do Rio Bonito por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província.em 2 de maio de 1854*. Rio de Janeiro, 1854, p.6.

Disponível em : <http://www.crl.edu/content/provopen.htm>.> Acesso em : 06 de fevereiro de 2006.

anteriormente contratada pelo governo cujos preços cobrados pelos serviços eram bem mais baixos. Diz o presidente de Província:

Sei que a iluminação contractada com o barão de Mauá deve custar de 40: a 50:000\$000 e que a actual, não incluída a despeza com os lampeões, é somente de 12:000\$000; se esta ação me não abalou, é por me parecer que a actual iluminação não preenche seus fins, e foi mais cara, se se ayumentasse, como é necessário o numero de seus lampeões actuaes.⁵⁰

A nova iluminação compreendeu a área localizada entre Ponta d'Areia e São Domingos e entre a rua da Praia e a Casa de Detenção, por um lado ,e entre a mesma Praia de São Domingos e a rua Áurea no Ingá, por outro. O contrato previa o privilégio exclusivo de 30 anos para a prestação desses serviços, um dos prazos mais longos concedidos a um negócio do Barão de Mauá. O empresário estava obrigado a iluminar o trecho anteriormente assinalado dentro de dois anos, sob pena de perder o privilégio e ser obrigado a pagar a multa de 5:000\$000. O custo de cada hora de iluminação era de 36 réis.

Em termos de técnica não deixava de ser um trabalho arrojado para a época. A Cia. Ponta d'Areia produzia os lampiões, combustores de gás, os tubos de derivação e os engenheiros de Mauá, já experimentados, seriam responsáveis pela instalação dos equipamentos através de outra companhia criada para o mesmo fim a Companhia de Iluminação a Gás do Rio de Janeiro, organizada em 25 de março de 1853, através do Decreto n 1.179.⁵¹ Em 1851, Irineu Evangelista de Sousa já tentara organizar o estabelecimento, porém não conseguira vender nenhuma de suas ações. Agora, o momento era propício. Logo, Ponta d'Areia, forneceria material para o desenvolvimento de outra companhia de Irineu Evangelista de Sousa e as duas juntas prestavam serviços ao governo.

O Governo Imperial concedeu todas as facilidades possíveis para que Ponta d'Areia tivesse êxito na entrega da encomenda, ajudando inclusive na redução dos custos relativos à importação de máquinas e matérias primas. O artigo 18 dizia:

Os machinismos utensílios e aparelhos das officinas, bem como a matéria-prima para a produção do gaz, serão importados livres de diretos sobre tudo quanto for de mister para a promptificação das officinas, tubos, combustores e aparelhos de distribuição do gaz no que toca à iluminação pública (...)⁵²

Concluimos que o contrato para a iluminação de Niterói, celebrado poucos meses antes da transformação do estabelecimento em uma sociedade anônima, seguramente foi um

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ MAUÁ, Visconde de. *Autobiografia*, op.cit., p.107.

⁵² BARBOZA, Luiz Antônio. Contracto de 1 de maio de 1854 com o commendador Barão de Mauá para iluminar a gaz a Imperial Cidade de Niterói. In. *Relatório apresentado ao Vice-presidente da Província do Rio de Janeiro o Sr. Vereador Barão do Rio Bonito por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 2 de maio de 1854*. Rio de Janeiro, 1854. p.15 em anexo.

Disponível em : <http://www.crl.edu/content/provopen.htm>.> Acesso em : 06 de fevereiro de 2006.

fator que facilitou a venda das ações de Ponta d'Areia. Ao transformar a empresa em instituição de capital aberto, Mauá também pensou antecipadamente no modo como poderia garantir a venda das ações. Além disso, beneficiou ao mesmo tempo outra de suas Companhias, a Companhia de Iluminação a Gás do Rio de Janeiro.

2.3-Capital e Organização do Trabalho em Ponta d'Areia

Nos dois primeiros meses, depois de realizada a referida compra, Ponta d' Areia contava com 80 trabalhadores, como nos informa o Presidente de Província em Relatório de 1848.⁵³ Através da leitura de *Balanços e Relatórios Ministeriais* verificamos significativas mudanças na configuração espacial, em termos de capital e equipamentos do estabelecimento.

O Presidente de Província anunciava as novidades que encontrou em sua visita realizada no mês de abril de 1848: “Está-se montando uma oficina de operações químicas que trabalhará dentro de poucas semanas, que se ocupará principalmente da galvanização dos metais”. Informa-se também que: “o proprietário deseja fazer grandes melhoramentos em seu estabelecimento, entre os quais uma carreira de ferro movida por vapor, para concertar o fundo dos navios sem querenar, operação essa que de outro modo é difícil”⁵⁴. A oficina de galvanização recebeu tratamento de destaque nos anúncios do *Almanak Laemmert em 1852*: “Fundição de Ferro da Ponta d'Arêa, com depósito e agência na rua Direita, 78- a única com serviço de galvanização.”⁵⁵

O governo e os almanaques usavam um tom bastante otimista em relação ao empreendimento. A existência de um *escritório* e depósito, como informa o relatório, denotava o crescimento da empresa que já apresentou um espaço delimitado para tratar de negócios com os clientes. O montante produzido elevou-se a ponto de requerer um local onde as mercadorias pudessem ser guardadas até a negociação e entrega das encomendas.

No ano de 1848, os edifícios de Ponta d' Areia ganhavam magnitude bastante superior às instalações iniciais. Na *Demonstração do Estado do Estaleiro da Ponta d'Arêa em 31 de março de 1848*, verificou-se a diversidade dos prédios construídos. Nesse momento, o

⁵³ BIBLIOTECA NACIONAL. *Informações Adicionais contidas no Relatório do Exmo Presidente da Província do Rio de Janeiro apresentado à Assembléia Legislativa em 1º de abril de 1848....,op.cit.*

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ ALMANACK ADMINISTRATIVO MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E PROVÍNCIA DO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, p.506,1852.
Disponível em: <http://www.crl.edu/content/almanak2.htm> Acesso em 03 de março de 2006.

estabelecimento contava com telheiros grandes de fundição, uma casa de escravos e casa grande.⁵⁶

Embora os documentos dos cinco primeiros anos não especifiquem a existência de escravos de ganho, aluguel ou escravos do próprio estaleiro dentre o total da mão-de-obra escrava em 1848, a casa de escravos faz notar a presença de um núcleo de cativos pertencentes ao próprio estaleiro e que, por isso, vivia em um cômodo próximo ao local de trabalho. Além dos três prédios já citados, havia a casa do escritório e armazenagem, os telheiros de combustível, oficinas de fundição de bronze, a oficina de galvanização, a casa de enfermaria, e finalmente, a oficina nova de ferreiros. O cais media 98 braças de terreno.

Esse conjunto de instalações era avaliado em 148.000\$000, quantia esta duas vezes superior ao valor pelo qual o futuro Barão de Mauá adquiriu o empreendimento em 1846. O capital investido na empresa se avolumou ainda mais, se considerados o valor de compra dos escravos 58.340\$000 e os maquinismos do estabelecimento, incluindo máquinas a vapor, torno, moldes e saveiros avaliados em 110.846\$000. Notamos que o capital investido na mão-de-obra escrava em 1848 era praticamente equivalente ao valor de compra da fundição em 1846 (60.000\$000).

Encontravam-se ainda como patrimônio do estabelecimento caldeiras e outras obras em construção no valor de 36.890\$720 e as sete primeiras embarcações desenvolvidas pelo novo estaleiro, entre elas o Vapor do Rio Grande, um rebocador encomendado pela companhia de reboques de nome similar. Todas as embarcações em construção somavam a quantia de 156.982\$960, superior ao valor do total de edifícios da empresa. Ponta d'Areia já não era uma simples fundição, agora realizando serviços próprios de estaleiros.

Além do *Demonstrativo de 1848*, outros relatórios e balanços, tanto dos primeiros como dos últimos anos da empresa, traziam muitos dados relativos ao número e atividades ali executadas, processos e produtos finais.⁵⁷

Não podemos classificar Ponta d'Areia como uma empresa capitalista típica. Ponta d'Areia constituiu em estabelecimento em que as relações de trabalho assalariadas se mesclavam com relações de trabalho escravistas⁵⁸. O Estado-Escravista foi seu principal cliente. Além de encomendas de vapores para navegação, o Estado, no “Tempo Saquarema,”

⁵⁶ BIBLIOTECA NACIONAL. *Demonstração do Estado do Estaleiro da Ponta d' Arêa em 31 de março 1848*. Seção Manuscritos, Documentos Biográficos, c1064,044, nn 019.

⁵⁷ Cf. *Relatórios do Ministério da Fazenda e Relatórios de Presidente de Província do Rio de Janeiro* para os anos de 1848-1860. Também os *Relatórios do Ministério da Agricultura* para os anos de 1860-1863. Disponíveis em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/minopen.html>. Acesso em 23 de junho de 2006.

⁵⁸ No Capítulo 3, discutiremos a questão da mão-de-obra e novamente voltaremos à questão de existência tanto de relações de trabalho assalariadas, como também relações de trabalho escravistas num mesmo estabelecimento.

dispensou-lhe isenções e empréstimos. El-Kareh distinguiu dois tipos de atividades econômicas nas décadas de 1850 e 1860: aquelas subordinadas diretamente ao Estado-Escravista e aquelas cuja subordinação era indireta.⁵⁹ No primeiro grupo estavam os serviços de crédito, transporte, seguros e serviços urbanos como: canalização de rios e iluminação a gás. A expansão cafeeira criou espaço para tais serviços. O outro grupo era composto por aquelas atividades ligadas ao setor secundário, entre elas a fundição e construção naval em Ponta d'Areia, que deu suporte para as atividades do primeiro grupo. Concordamos com essa classificação já que verificamos que, entre o Barão de Mauá e essas empresas, estabelecia-se uma série de relações econômicas que as estimulavam. Alguns dos muitos exemplos: Ponta d'Areia consertou e reparou as linhas nos trilhos da Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II, bem como prensas e locomotivas para a mesma. Forneceu uma máquina hidráulica para a Fábrica de Velas Lajoux, em 1850, e caldeiras para as salinas de Cabo Frio. Foi também o estabelecimento que, em 1848, construiu o mecanismo para a escavação do canal de Magé.

A Ponta d'Areia como um empreendimento que permitiu certa circulação de capitais foi responsável pelo desenvolvimento de outras atividades congêneres e ajudou a desencadear a expansão das relações que lhe eram próprias. Outros estabelecimentos, por sua vez, vinculavam-se à Ponta d'Areia e, na medida em que cresciam, levavam-na consigo. Não podemos esquecer os casos em que o Barão de Mauá ganhou duplamente. Essa situação ocorria quando Ponta d'Areia recebia encomendas de outras atividades capitalistas desenvolvidas por seu proprietário, por exemplo: a Companhia de Iluminação a Gás do Rio de Janeiro utilizava os tubos fornecidos por Ponta d'Areia e a Companhia de Reboques a Vapor para o Rio-Grande encomendava barcos e mecanismos das oficinas de fundição e estaleiro.

Por outro lado, não podemos afirmar que através de seus bancos, o Barão de Mauá financiou diretamente a produção de Ponta d'Areia. Guimarães⁶⁰ ao estudar o tema e pesquisar a documentação não encontrou operações envolvendo os bancos e o estaleiro e a fundição. Porém, principalmente nos últimos anos da empresa, não há dúvidas de que o proprietário colocou seu próprio capital na Companhia, como comprova o Balanço de 1861.⁶¹

⁵⁹ EL- KAREH, Almir Chaiban. *Filha Branca de Mãe Preta...* op. cit.,p.138.

⁶⁰ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos Economia e Poder no Segundo Reinado...* op.cit.

⁶¹ BIBLIOTECA NACIONAL . Companhia Ponta DA AREIA, *Balanços e relatórios relativos aos anos de 181861*.Seção Obras Raras.

Em geral, foram 6 as oficinas do estabelecimento: oficina de fundição, oficina de caldeiros, oficina de ferreiros, oficina de modeladores, oficina de maquinistas e o estaleiro permanente. Também havia a oficina de galvanização, por vezes omitidas em alguns relatórios.

A produção da oficina de fundição era bastante diversificada: canos utilizados para as obras do Maracanã, Andaraí ou para a iluminação da cidade, rodas, rodetes, maçanetas, bombas, pitões, peças para guincho, volantes, colunas, eixos, válvulas e guindastes. Chama atenção a produção destinada ao Arsenal de Guerra em 1861: 9.324 libras de ferro e 1.440 libras de bronze em cinco morteiros, 241 lanças de aço batido, e 1.800 pratas para metralha. O *Balanço de 1861* enumera outras obras da oficina de fundição de menor magnitude: fornos, fogões, ornatos para túmulos, chapas de fogareiros, pesos para relógios e para balanças, mesas, molinetes, tornadores, despoldadores, portões, sacadas e peças necessárias para as máquinas novas ou para serem consertadas.⁶²

A diversificação dos produtos numa mesma oficina denota a dedicação dos trabalhadores a diferentes tarefas que deveriam tomar por base suas qualidades pessoais, força, destreza mental e concentração. É perceptível o isolamento dos processos particulares de produção. A utilização de máquinas nessa oficina se deu secundariamente e predominaram as operações manuais dos trabalhadores.

A oficina de maquinistas, no ano de 1861, foi o local onde foram construídas uma máquina de 90 cavalos para um navio a vapor e outra de 100 cavalos. Atendendo à encomenda de um fazendeiro, o senhor Azevedo Coutinho, foram construídos um motor para mover engenho de açúcar de 8 cavalos e outro engenho de mandioca de 6 cavalos e por fim, um engenho de serrar.⁶³ Se comparados com as máquinas produzidas na Inglaterra no final dos anos de 1860, os motores produzidos na Ponta d'Areia eram bastante simples. Nesse período, a Inglaterra já produzia máquinas a vapor com capacidade de 4 milhões de cavalos⁶⁴

Na Exposição Nacional de 1861, Ponta d'Areia recebeu a medalha de prata na categoria "Máquinas e Aparelhos". A menção honrosa que justificava a premiação era feita a um "cilindro de ferro fundido com tampa e haste de ferro batido para máquina a vapor de baixa pressão e de força coletiva de 100 cavalos e uma máquina a vapor de alta pressão com

⁶² BIBLIOTECA NACIONAL. *Balanço da Companhia Ponta d'Areia para o ano de 1861*. Seção Obras Raras, nn 102,6,213.

⁶³ *Ibidem*.

⁶⁴ LANDES, David. *Prometeu Desacorrentado: Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa de 1750 até a nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p.103.

força de 4 cavallos”.⁶⁵ A medalha de ouro, por sua vez, foi merecida pelos diretores das oficinas de maquinistas do Arsenal da Marinha da Corte por “duas máquinas a vapor, uma de 24 cavallos, outra de 40 e um modelo de 200 cavallos”. O estabelecimento de Ponta d’Areia, já enfrentava problemas em termos de organização e foi superado pelo Arsenal da Marinha.

Uma importante função da oficina de máquinas era também realizar consertos no maquinário de navios que trafegavam próximos à orla. O Barão de Mauá, costumava chamá-la de “filial do Valongo”.⁶⁶ Em realidade, não se tratava de modo algum de uma filial, mas sim de uma oficina espacialmente desarticulada das outras, a sétima oficina, especializada em consertos, onde provavelmente não havia a produção de nenhum gênero de objeto. Já a oficina de caldeireiros dedicava-se à construção de caldeiras para vapores de guerra, vapores mercantes como o D. Pedro II, o Mauá e o Gurarany.

No tocante à construção naval, os *Relatórios e Balanços* informam que a matéria prima básica utilizada era a madeira:

Com estes ellementos de cálculo, torna-se evidente que as construções navaes para o serviço do Estado, não ficarão mais caras sendo feitas no paiz, e que, além disso, sendo muito melhores as madeiras empregadas, terão essas embarcações uma duração incomparavelmente mais longa entre os navios mandados construir na Europa e aqueles que no nosso estabelecimento se tem feito por conta do governo.⁶⁷

O *Demonstrativo de 1848* trazia a discriminação acerca da matéria-prima existente nos armazéns da companhia.⁶⁸ Em 31 de março de 1848 a madeira em posse do estaleiro era avaliada em 58:340\$000, o ferro em guza era 21:846\$000 e por fim o cobre, o bronze e as chapas para caldeiras eram estimados em 27:984\$00. Observamos que o valor da madeira superava em mais de duas vezes o valor do ferro em guza. A Exposição Nacional de 1861 dedicou seu catálogo da Classe Quinta às “Amostras de Madeiras de Construção Civil, Marítima e de Marcenaria”, destinando-a 21 páginas contendo descrições dessa importante matéria-prima da indústria naval.

O Barão de Mauá foi citado em dois itens do catálogo: o item 222 intitulado; “Relação Nominal de amostras de madeiras das províncias de Alagoas, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina expostas pelos senhores

⁶⁵ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Catálogo dos Productos Naturaes e Industriaes que Figurão na Exposição Nacional Inaugurada na Corte do Rio de Janeiro no dia 2 de dezembro de 1861...*, op.cit.

⁶⁶ BIBLIOTECA NACIONAL. *Pedido pelo qual Irineu Evangelista de Sousa solicita à Vossa Magestade Imperial haja por bem conceder o empréstimo requerido ...*, op.cit.

⁶⁷ BIBLIOTECA NACIONAL. *Balanço da Companhia Ponta d’Areia para o ano de 1861...*, op.cit.

⁶⁸ BIBLIOTECA NACIONAL. *Demonstração...*, op.cit.

Barão de Mauá, Visconde de Barbacena (...)”⁶⁹; e o item 223 intitulado: “Um quadro com amostras de Madeira exposto pelo senhor Barão de Mauá, que contém as seguintes espécies(...)”.⁷⁰

A experiência da construção naval brasileira estava assentada no emprego da madeira como principal matéria-prima desde o século XVIII. Lucy Maffei Hutter, em seu estudo sobre o tema, informa que certos tipos de madeira, especialmente a aroeira, tiveram o seu corte regulamentado pela carta Régia de 1799.⁷¹ A aroeira, comum no Nordeste, era tida como a madeira mais durável entre as conhecidas no Brasil, pois as experiências mostravam que suas fibras permaneciam por vários anos indestrutíveis ao tempo, ao ar, às chuvas e ao cupim. Além disso, mostrava-se bastante resistente tanto na terra como na água.

No início da segunda metade do século XIX, Ponta d’Areia, destacava-se em termos da produção naval por empregar o ferro para a construção de suas embarcações. Porém, a madeira continuava sendo usada para a confecção de coberturas, vigas, vãos e tabuados. Portanto, a experiência dos séculos anteriores continuava sendo imprescindível nesse ofício. O Barão de Mauá comentou sobre a construção pela Companhia, de “um vapor de excellentes madeiras (...) e também fizeram-se as obras de madeira do vapor Ycameabá e do saveiro para a Estrada de Ferro de Petrópolis.”⁷²

O *Relatório de 1857* informava-nos sobre a oficina de ferreiros, que contava com um ventilador movido a vapor e forjas muito espaçosas. Também informava-nos que da produção da oficina de modeladores dependia a oficina de ferreiros e o próprio estaleiro, já que ela fornecia os moldes às outras duas. Através desses modelos eram fundidos, em ferro ou bronze, as peças produzidas pelo estaleiro.⁷³

Concluimos daí, que a Ponta d’Areia organizou-se tecnicamente como uma manufatura orgânica, uma vez que no estabelecimento houve divisão do trabalho e combinação de ofícios anteriormente separados: marceneiro, carpinteiro, soldador, ferreiro, funileiro, calafate, serrador. Apesar da existência de máquinas, a habilidade manual continuava sendo, na Ponta d’Areia, a base do processo de produção, já que conforme Marx, numa manufatura: “(...) cada trabalhador é apropriado exclusivamente para uma função

⁶⁹ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Catálogo dos Productos Naturaes e Industriaes...*, op.cit.,p.22.

⁷⁰ Ibidem, p.41.

⁷¹ HUTTER, Lucy Maffei. *O Emprego da Madeira e Outras Matérias-Primas do Brasil na Construção Naval*. Revista SBPH, São Paulo: SBPH, n.02, pp18-51, 1984-1985.

⁷² BIBLIOTECA NACIONAL. *Balanço da Companhia Ponta d’Areia para o ano de 1861...*, op.cit.

⁷³ BARBOZA, Luiz Antônio. *Relatório apresentado ao Vice-presidente de Província do Rio de Janeiro...*,op.cit., p.48.

parcial e sua força de trabalho é transformada num órgão dessa função parcial”⁷⁴ Ponta d’Areia foi um estabelecimento que comportou manufaturas de diversos gêneros, isto é, várias manufaturas com seus processos de produção independentes entre si: cada uma com sua própria divisão de trabalho. Apesar dessas vantagens, elas não chegaram a adquirir uma verdadeira unidade técnica. Para que isso ocorresse, a Ponta d’Areia deveria ter se transformado numa fábrica onde a máquina-ferramenta garantiria a continuidade dos processos de trabalho particulares. Nesse caso, a máquina-ferramenta é entendida como um mecanismo que, ao ser-lhe transmitido o movimento correspondente executa, com suas ferramentas, as mesmas operações que os membros de uma manufatura, por exemplo, executavam antes com ferramentas semelhantes.⁷⁵ Observamos que a máquina a vapor foi utilizada nas oficinas de Ponta d’Areia como uma força-motriz e não como máquina-ferramenta, que operava pela combinação de diferentes maquinismos.

O Brasil participou da Exposição Mundial da Indústria de 1862 e, para prepará-la, em 1861, organizou a Exposição Nacional da Indústria, da qual Ponta d’Areia participou efetivamente. O *Relatório do Ministério da Agricultura*, em 1862, assim noticiava a Exposição dos Productos Nacionais em Londres:

*Pela primeira vez foi o Brasil representado nessas grandes lidas industriaes instituídas na Europa para fomentar e desenvolver todas as indústrias (...) Suas riquezas naturais fizeram firmar cada vez mais o juízo que a Europa já formara acerca dos inumeros meios de prosperidade que o império possui, e alguns especialmente de sua nascente indústria, provaram claramente sua aptidão para todas as artes mechanicas.*⁷⁶

No entanto, seria incorreto relacionar a realização das Exposições Nacionais, bem como a participação do Brasil nas Exposições Mundiais, à existência de uma organização nacional fabril semelhante à Inglaterra no século XIX. Entre os objetivos do país, ao participar e organizar as “exposições da indústria” estavam a promoção dos produtos agrários brasileiros no exterior, a integração do território, a expansão das vias de comunicação, a atração de capitais e de trabalhadores, questões estas associadas à cafeicultura. Conforme já comentamos, o conceito “indústria” ao longo do século XIX era amplo e ao mesmo tempo específico, no sentido de que era denominada indústria a criação de todos os produtos úteis e sua apropriação aos usos do homem.⁷⁷

⁷⁴ MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política...*, op.cit., Livro I, Tomo I, Cap. XII, p.256.

⁷⁵ Idem, ibidem, Tomo II, Cap. XIII, p.7.

⁷⁶ BELLEGARDE, Pedro de Alcântara. *Proposta e Relatório apresentados pelo Ministro da Agricultura Commercio e Obras Publicas à Assembléa Legislativa na 1ª sessão da 12ª Legislatura*. Rio de Janeiro, 1863, pp.13-14. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1947/000012.html>. Acesso em 23 de junho de 2006.

⁷⁷ Sobre as Exposições Nacionais e a “falsa idéia de modernidade no Brasil Imperial”, cf:

A Exposição Nacional de 1861 foi organizada em 5 grupos: cada um deles contendo várias classes. Eram os seguintes: o primeiro intitulou-se “Indústria Agrícola”; o segundo “Indústria Fabril”; o terceiro grupo “Indústria Metallurgica, Artes e Produtos Químicos”; o quarto “Artes Liberaes e Mechanicas”; e o quinto, por fim: “Belas Artes”⁷⁸. O Catálogo da Exposição dedicou maior espaço ao primeiro grupo em suas 48 páginas. Enquanto que o terceiro grupo, onde mais se destacou Ponta d’Areia, dispôs apenas de 20 páginas.

A Companhia aparecia como produtora de objetos díspares entre si, empregando processos que envolviam o trabalho manual. O Barão de Mauá foi citado no Primeiro Grupo da “Indústria Agrícola” pela catalogação e utilização de madeiras para construção naval. No terceiro grupo, e também na classe terceira denominada “Machinas e Apparelhos”, Ponta d’Areia mereceu a medalha de prata. Conforme já citamos, pela produção de um cylindro de ferro fundido para máquinas a vapor de baixa pressão de força coletiva de 110 cavallos; de uma centrífuga com moldes capaz de levar 1 ½ tonelada de água por minuto e pela elaboração de um vapor para alimentar caldeira. Na quarta classe do terceiro grupo, intitulada Artefactos de Engenharia Militar e Naval, notamos a superação da produção da Ponta d’Areia pelo Arsenal da Marinha. Enquanto que o último apresentou 23 modelos de construção naval, incluindo 6 vapores, Ponta d’Areia apresentou apenas 2 modelos. “Obras de Fundição e Ferragens” era a denominação da classe sexta do terceiro grupo da Exposição Nacional”. Nesse item, estavam elencados os seguintes produtos da Companhia: tubos de ferro fundido, chapas de ferro para fogões feitas no estabelecimento, coluna de ferro fundido com encanamento duplo para água e gás, coluna de ferro fundido com assento para lampiões de iluminação a gás, ornatos de ferro fundido, painéis e até mesmo um sofá de armação de ferro. Embora não tenha recebido premiação máxima no terceiro grupo, a produção da Ponta d’Areia foi bem mais original se comparada a outros estabelecimentos listados no catálogo que se limitaram a produzir painéis de ferro fundido, ferraduras, machados, medalhas e escadas de ferro fundido.

O modelo de locomotiva construído segundo o Sistema Stephenson, pelo engenheiro Carlos Petersen do estabelecimento da Ponta d’Areia conferiu a medalha de cobre ao estabelecimento na classe primeira “Mechanismos de Engenharia Civil e Architectura” do quarto grupo “Artes Liberaes e Mechanicas”. No entanto, o júri considerou mais original a

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma – a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁷⁸ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Catálogo dos Productos Naturaes e Industriaes...*, op.cit.

máquina taquigráfica construída por Francisco de Azevedo, merecedora da medalha de ouro, bem como os instrumentos de cirurgia do senhor Blanchard, ganhador da medalha de prata.

Os dados da Exposição Nacional de 1861 apontavam claramente a existência de uma organização manufatureira em Ponta d' Areia. Juntamente com o Arsenal da Marinha, Ponta d'Areia tinha se tornado um grande estabelecimento industrial do Império, consideradas a sua capacidade produtiva e o capital empregado.

Por outro lado, a participação da empresa nas Exposições Nacionais e o destaque que recebeu em alguns jornais, como por exemplo, o *Jornal do Commercio*, explicitavam a vinculação do estabelecimento ao “Projeto Saquarema”. Isto significa que Ponta d'Areia também foi um meio que auxiliou a construção de uma hegemonia Saquarema e a consolidação de uma classe senhorial-escravista, na medida em que atuou como difusor dos ideais de “Ordem” e “Civilização” que caracterizaram o período Saquarema.⁷⁹

A Ponta d'Areia difundiu um ideal de civilização, uma vez que difundiu o espírito de associação e “progresso industrial”. Assim, afirmou o próprio Barão de Mauá: “o espírito de associação é um dos elementos mais fortes da prosperidade de cada país, e por assim dizer, a alma do progresso”.⁸⁰ No sentido em que manter a ordem significava garantir a reprodução das relações com o mundo exterior capitalista e civilizado, acreditamos que a companhia do Barão de Mauá propiciou a associação estreita entre negócios e política. O nome Ponta d'Areia foi um símbolo do Estado Imperial.

2.4. Declínio de Ponta d'Areia

O declínio e desaparecimento da Companhia Ponta d'Areia tem início em 1857. Uma confluência de fatores de várias naturezas explica o desaparecimento do estabelecimento.

Por um lado, ocorreu o incêndio de 24 de junho que destruiu os moldes e equipamentos de Ponta d'Areia, levando à queda da produção. No ano de 1857, o estabelecimento teve a mais próspera produção, como consta no *Balanço de 1861*, onde se encontrava-se documentado a produção anual das oficinas de 1855 a 1861.

⁷⁹ Cf. MATTOS, Ilmar. *O Tempo Saquarema*, op.cit., pp. 267-268.

⁸⁰ MAUÁ, Visconde de. *Autobiografia*, op.cit, p.127.

Tabela 6. PRODUÇÃO ANUAL DE PONTA D'AREIA 1855-1861.

1855.....	901:513\$937
1856.....	865:287\$427
1857.....	956:594\$586
1858.....	638:248\$168
1859.....	547:706\$647
1860.....	557:886\$623
1861.....	275:052\$116

Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL. *Balanço da Companhia Ponta d' Arêa para o ano de 1861.* Seção Obras Raras.

Em 1856, o valor da produção foi de 865: 287\$427. Em 1857, elevou-se a 956:594\$586 e a receita do estabelecimento foi de 219:518\$819 e 208:518\$819, respectivamente para os anos de 1856 e 1857. O fato foi explicado no Relatório de 1861:

“Ainda assim, é satisfatório observar que os lucros do anno, a não serem absorvidos pelo sinistro incêndio de 24 de junho, dariam ao capital um dividendo de quase 10%, como observareis dos dados contidos no relatório da presidência.”⁸¹ Os gastos da fabricação que, no ano de 1856 subiram a 78.431\$151, ou 9% do valor da produção, no ano seguinte, sendo maior a produção, apenas atingiram o valor de 53:934\$261, isto é, pouco mais de 5 ½ % da mesma produção.

A 26 de junho de 1857, Mauá requereu novo empréstimo à Câmara dos Deputados, que lhe foi concedido pelo Decreto n. 933, de 26 de agosto do mesmo ano. Tratava-se da quantia de 300.000\$000 amortizáveis depois do quinto ano, em prestações anuais. Em finais dos anos 50 os liberais voltaram ao poder e exigiram o pagamento integral do empréstimo concedido ao Barão de Mauá que em sua Autobiografia disse ter se encontrado em situação de grande dificuldade:

(...) procurei dar nova vida ao estabelecimento e até consegui do corpo legislativo novo empréstimo com as mesmas condições anteriores, que teve que ser pago integralmente por mim em seus vencimentos impossibilitando o estabelecimento de concorrer com a mínima parte.⁸²

Em sua correspondência pessoal, de modo breve, desabafou: “falharam em totalidade as encomendas do governo!”⁸³ Em finais da década de 50, Mauá perdera o favor de realizar importações isentas de direitos e, por fim, as leis de 1857 e 1860 vieram a abalar definitivamente os lucros do estabelecimento.

⁸¹ BIBLIOTECA NACIONAL. *Parecer sobre a Cia Ponta d'Arêa.* Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, p.2, 15 de junho de 1858.

⁸² MAUÁ, Visconde de. *Autobiografia.*, op.cit, p. 104.

⁸³ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Correspondência Ativa do Barão de Mauá...*, op.cit.

Pelo Decreto n.1914, de 28 de março de 1857, assinado por João Maurício Wanderley, futuro Barão de Cotegipe, todas as matérias-primas passaram a pagar os direitos uniformes de 5%, inclusive aquelas destinadas ao uso das “Fábricas Nacionais”. A isenção vinha sendo apontada como altamente onerosa ao Tesouro Nacional. Cotegipe assim explicava os inconvenientes da Tarifa, como “o de favorecer a alguns fabricantes com prejuízo de outros e especialmente os donos das pequenas oficinas”.⁸⁴ As modificações tarifárias culminaram em 1860 com a *Lei Silva Ferraz*, expedida pelo Decreto n.2684 de 03 de novembro do mesmo ano, que confirmava a cobrança de taxas adicionais sobre o valor de artigos importados de acordo com sua qualidade e direitos, entre esses produtos encontrava-se o ferro.

Estamos de acordo com Luiz Carlos Soares no sentido de que a Tarifa, com sua orientação à primeira vista liberal, acabou por cercear o crescimento manufatureiro e agradou aos plantadores de café, que a essa altura, já pressionavam para que os benefícios às manufaturas decorrentes da *Tarifa Alves Branco* de 1844, cessassem o mais rápido possível.⁸⁵

A abertura da Navegação de cabotagem a navios estrangeiros no início dos anos 1860, pode também ter ajudado na diminuição de encomendas dos estaleiros brasileiros. A lei n. 177, de 9 de setembro de 1863, no artigo 23 alterou a navegação de cabotagem, permitindo às embarcações estrangeiras fazer os serviços de transporte costeiro entre os portos do Império em que houver alfândegas, algo proibido anteriormente. Até então, o comércio de cabotagem entre os portos do país, que se reservara aos navios nacionais, passou a enfrentar a concorrência estrangeira. Segundo Costa:

Os navios estrangeiros, certos da obtenção de lucros remunerados, na concorrência contra a navegação nacional, vinham munidos de tudo o quanto era preciso para uma campanha de três annos, e só no fim destes tempos, ou quando necessitavam de concertos mais sérios, voltavam a seus paizes, onde a barateza da mão-de-obra garantia sempre o saldo da navegação empheendida nas costas e portos do Brasil.⁸⁶

Em 1862, o Barão de Mauá tentou passar a Companhia a capitais ingleses. Porém a “Questão Cristie” na qual, ele teria atuado como mediador entre o Estado Imperial e a Inglaterra impossibilitou a transação. Através do *Jornal do Commercio*, temos notícias de

⁸⁴ DEVEZA, Guilherme. Política Tributária no Período Imperial. In: HOLANDA, Sérgio (org). *História da Civilização Brasileira*, Tomo II, v.4. São Paulo: Difel, 1974. p. 72.

⁸⁵ SOARES, Luiz Carlos. *A manufatura na formação econômica e social escravista do sudeste...* op.cit.

⁸⁶ COSTA, Affonso. *A Marinha Mercante: o problema da actualidade*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917. p.18.

que as oficinas da Companhia de Ponta d'Areia foram utilizadas pelo Estado durante a Guerra do Paraguai e em 1868, a Companhia foi definitivamente encampada.⁸⁷

⁸⁷ QUARTIM, Adriano de Souza. *Mauá e o Estabelecimento Ponta da Areia...*, op.cit.

Capítulo 3-Mão-de-Obra e Relações de Trabalho em Ponta d’Areia.

3.1-Formação e Demografia Histórica na Imperial Cidade de Niterói

Para a investigação acerca dos arranjos de trabalho e suas relações assalariadas e escravas que se processaram em Ponta d’ Areia, julgamos necessário começar com uma breve introdução acerca da formação e da demografia histórica de Niterói.

Niterói, nos anos de 1840 a 1860, era uma cidade, em nosso entender escravista, na qual se inseria também a empresa de Ponta d’Areia. Havia certas diferenciações próprias da Imperial Cidade de Nicteroy que influíram na distribuição, articulação e dedicação da população a certas atividades econômicas, já que dependentemente do espaço, das atividades aí desenvolvidas, da ação do capital, das práticas sociais e relações de poder, organiza-se a população presente em uma formação regional.

No tocante à demografia histórica, trata-se de um instrumento que proporciona o conhecimento sobre a porcentagem da população escrava e livre, origens dos habitantes da cidade, bem como sua inserção no mercado de trabalho. Em parte, a formação econômica e social é compreendida à luz da demografia histórica. Esses números quando confrontados com os inventários da empresa revelam a ação de Ponta d’Areia no tecido social da província confirmando-o ou deformando-o. O movimento contrário também nos parece relevante, já que consiste em analisar em que medida o quadro populacional da cidade e da província refletiu-se na configuração do pessoal em Ponta d’Areia. Trata-se de uma via de mão dupla. Sobre esse aspecto relacional afirma Marc Bloch:

Nada há mais legítimo, nem, freqüentemente, de mais salutar, que centrar o estudo de uma sociedade, num dos seus aspectos particulares, ou, melhor ainda, num dos problemas precisos que este ou aquele desses aspectos suscita: crenças, economia, estruturas das classes ou dos grupos, crises políticas ...Em resultado dessa escolha reflectida, os problemas não ficarão apenas, em geral, formulados com maior firmeza: os próprios factos de contacto e de troca ficarão realçados com maior nitidez. Sob a condição, simplesmente, de que queremos descobri-los (...).¹

Em 1835, Niterói se denominava Vila Real de Praia Grande e era a capital de província do Rio de Janeir. Finalmente e em 1841 recebeu o título de Imperial Cidade de Nicteroy. De acordo com o levantamento populacional da Província do Rio de Janeiro

¹ BLOCH, Marc. *Introdução á História*. 5ª ed.. Tradução de Maria Manuel e Rui Gracio. Lisboa: Publicações Europa América, 1997. p. 135.

realizado em 1850 e publicado em 1851², Niterói era um dos 28 municípios que compunham a província e contava com 3 freguesias: São Gonçalo, São João Baptista e Itaipu. Em 1852, a Coletoria de Niterói arrecadou 36.209\$284, sendo que sua dívida era de 1.685\$284. A arrecadação total da província, no mesmo, ano foi de 208.762\$315. Logo, 12,5% da arrecadação da província era proveniente daquele município,³ fato que dá margem para não menosprezarmos o papel que Niterói ocupava no espaço provincial..

No início da segunda metade do século XIX, Niterói era uma cidade com importante função portuária, envolvida em atividades exportadoras e importadoras e, assim, se articulava às economias nacional e internacional. A Companhia de Nicteroy, dispunha em 1835, de uma linha de barcos a vapor que ligava a então Vila de Praia Grande ao Rio de Janeiro. Em 1840, há notícias de que em Ponta d'Areia um conhecido construtor, chamado José Francisco de Castro, depois de construir mais de uma dezena de barcos, lançou-se na construção de 2 barcos a vapor para a Companhia de Nicteroy.⁴ Na freguesia de São Gonçalo, havia fazendas de médio e até grande porte, produtoras de produtos agrícolas, predominando o café. Já na freguesia de São João Baptista, nota-se uma maior urbanização com algumas oficinas de fumo, até olarias, entre os tipos sociais havia também capoeiras e cirurgiões barbeiros. Ao mesmo tempo, “nos terrenos de Santa Rosa” havia várias fazendas, uma inclusive, chamada de “engenho”.⁵ Consta que as olarias localizadas dentro da cidade não tinham outros funcionários senão escravos, muitos deles alugados. No anúncio do *Jornal do Commercio* em 1840, anunciava-se o aluguel de um moleque ladino de 15 anos, em Niterói, pela quantia mensal de 16\$000.⁶ O *Correio Oficial Niteroiense* trouxe o anúncio de uma confeitaria de Niterói que vendia e comprava escravos de ambos os sexos e de uma preta “de nação” que estava a venda por 600\$000, em 1843⁷. Já escravos treinados, mais especializados, eram mais valorizados. Esse é o caso do escravo costureiro, anunciado no *Correio Niteroiense*, à venda por 800\$000, em 1840.⁸

² ARCHIVO Estatístico da Província do Rio de Janeiro. Apud. COUTTO FERRAZ. *Relatório apresentado ao Vice-Presidente de Província do Rio de Janeiro, o Comendador João Pereira Darrigue Faro por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província em 5 de maio de 1851* Rio de Janeiro, 1851. Mapas A,B..

³ COUTTO FERRAZ. *Relatório apresentado ao Vice-Presidente de Província do Rio de Janeiro, o Comendador João Pereira Darrigue Faro por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província em 3 de maio de 1852* Rio de Janeiro, 1852. Mapa 2 A.

⁴ BIBLIOTECA NACIONAL. *Correio Oficial da Província do Rio de Janeiro 1842-1844*. Seção de Obras Raras, n.10. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1842.

⁵ SOUSA, José Antônio Soares de. *Da Vila Real da Praia Grande à Imperial Cidade de Nicteroy*. 2ª ed. Niterói :Fundação Niteroiense de Arte, 1993. p.185.

⁶ JORNAL do Commercio. Rio de Janeiro, 21 jul. 1840,p.4

⁷ CORREIO Niteroiense. Apud. SOUSA, José Antônio Soares de Sousa. *Da Vila Real da Praia Grande à Imperial Cidade de Nicteroy*...., op.cit., p.186.

⁸ Ibidem.

O limite entre o rural e o urbano não era tão nítido na Imperial Cidade de Nicteroy na época contemporânea à Ponta d' Areia. No entanto, é perceptível a presença de certa urbanização e de relações de trabalho envolvendo escravidão ao ganho e de aluguel, relações essas que serão reproduzidas em parte no Estabelecimento de Fundação e Máquinas de Ponta d' Areia.

O Mapa contido no Anexo II e III, indica que a Ponta d' Areia encontrava-se localizada na freguesia de São João Baptista, a freguesia mais populosa . Chama atenção a representação do estabelecimento na *Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro para os anos de 1858-1851*⁹. Trata-se do único estabelecimento industrial constante na legenda. O documento, que reúne uma coleção de mapas da província fluminense que trazem detalhes sobre a Corte e os municípios mais importantes, omite em suas legendas, até mesmo o Arsenal da Marinha, importante estabelecimento industrial estatal da época, cujo quadro de funcionários suplantou o estabelecimento do Barão de Mauá. Ponta d' Areia aparece representada constando de 6 prédios, sendo que um deles parece ser um grande galpão, cujo entorno reúne outros 5 prédios. Este estabelecimento construído na área da Armação das Baleias, localizava-se em uma região litorânea. Não encontramos um Código de Posturas determinando limites dentro da área urbana para a localização de estabelecimentos industriais na Imperial Cidade de Nicteroy. Entretanto, analisando a legislação contemporânea, são encontradas indicações que dizem respeito à Corte como, por exemplo, aquela que proíbe

dentro dos limites da cidade do Rio de Janeiro do campo para o mar, e do caes da Imperatriz até o Largo da Lapa, o estabelecimento de fábricas de velas de sebo, de officinas de ferreiro, serralheiro, caldeireiro, tanoeiro e de qualquer outra officina que incomode a população, ou possa causar dano à saúde pública.¹⁰

A localização de Ponta d' Areia obedecia senão a um Código de Posturas, pelo menos a uma Convenção que determinava certo afastamento dos estabelecimentos industriais das consideradas áreas nobres da cidade. Apesar da localização, um pouco distante da área central, parece-nos que não havia impedimentos para o acesso ao estabelecimento por parte de seus empregados. Os escravos alugados ficavam nas dependências da casa de escravos existente no estabelecimento, juntamente com os escravos do estaleiro, conforme podemos comprovar observando a *Demonstração do Estado do Estaleiro de Ponta d' Areia em 31 de*

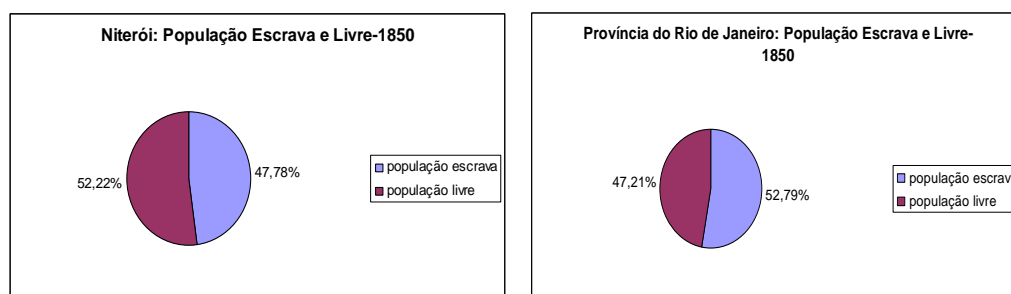
⁹ BIBLIOTECA NACIONAL. *Planta da Cidade de Nicteroy, Capital da Província do Rio de Janeiro 1858 1861*. Seção de Cartografia ARC. 14,4,35 fl.2 .

¹⁰ INDICAÇÕES para a Localização de Oficinas e Fábricas na Província do Rio de Janeiro. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 5 abr. 1856. Gazetilha, p.2.

março de 1848.¹¹ Entre os prédios constantes nessa fonte, são listadas as casas grandes dos operários, o que nos indica que, pelo menos uma parte dos trabalhadores livres vivia no espaço do próprio estabelecimento com suas famílias.

São evidentes os traços gerais da estrutura escravista, observando-se os dados sobre o levantamento populacional de 1850 na Província do Rio de Janeiro e seu respectivo recorte em Niterói:

Gráfico 1: POPULAÇÃO ESCRAVA E LIVRE EM NITERÓI E NA PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO EM 1850.



Fonte: ARQUIVO Estatístico da Província do Rio de Janeiro. ..., op.cit. Mapas A e B.

Nesta província, em 1850, a população total perfazia 556.080 habitantes. A população livre totalizava 262.526 indivíduos, já a população escrava era de 293.554. O excedente em favor da população escrava era de 31.028. Em Niterói, a população total era de 30.239, a população livre era de 15.779 e a população escrava de 14.460. A população livre excedia a escrava em 1.339 indivíduos.

Em geral, esses dados comprovam a intensa entrada de africanos no Brasil, desde o período colonial, provenientes do tráfico de escravos. O primeiro fator explicativo acerca da composição populacional é o intenso tráfico de escravos que remontava já séculos e que foi definitivamente proibido somente no ano da realização do censo. O desembarque de escravos nos portos fluminenses já foi objeto recorrente de estudo presente na historiografia da escravidão no Brasil. Leslie Bethell, baseado em dados fornecidos por mais de dez fontes diferentes, organizou as estatísticas referentes ao período, concluindo que entre 1840 e 1851 o número de escravos importados para o Brasil foi de 371.615.¹² A lei de 7 de setembro de 1831 determinava que todos os escravos que, dali por diante entrassem no Brasil, seriam legalmente livres e, além disso, considerava passíveis de prisão, multa e indenização de 200 mil réis, aqueles que financiassem ou auxiliassem o tráfico de escravos. Em 1845, A Grã-

¹¹ BIBLIOTECA NACIONAL. *Demonstração do Estado do Estaleiro de Ponta d'Arêa em 31 de março de 1848...*, op.cit.

¹² BETHELL, Leslie. *A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil*. Tradução de Vera Lúcia Pedroso. São Paulo: Ed. Expressão e Cultura, 1976. p.366.

Bretanha decretou a Lei Aberdeen, segundo a qual o tráfico era considerado pirataria e tornava-se sujeito à repressão, inclusive com o apresamento dos navios tumbeiros, independentemente de qualquer contacto prévio entre o governo inglês e o país responsável pela carga. Ainda assim, os números oficiais não verificam o decréscimo de cativos traficados da África.¹³

A Imperial Cidade de Niteroy participou ativamente do negócio do tráfico. Em 1835, a embarcação “Aventureiro”, um brigue, desembarcou 327 escravos, “longe dos olhos das autoridades”, na Freguesia de São Sebastião de Itaipu.¹⁴ Consta-se que nas próprias oficinas de Ponta d’ Areia foi construída uma baliera, encomendada pelo Chefe de Polícia Jesuíno Lamego, no valor de 750\$000, segundo ordem de pagamento ao Barão de Mauá, em 1849. A embarcação ficava a serviço da província e unicamente era destinado para prevenir aquele “nefasto crime”. O *Jornal Correio Niteroiense* indicava locais onde se “depositavam” e vendiam os escravos, na década de 1840:

No fim do campo de São Bento, em casa do falecido José de Sousa França, pertencente a Clemente e Andrade; em Jurujuba em casa de Jorge, em Icaraí, em casa da viúva Salgueiro; na chácara de Sant’Ana, na casa de Manoel José Cardoso; na subida de Sant’Ana, na praia de Maruí, na casa de Mendonça; na Ponta d’ Areia em casa de Francisco Xavier de Brito¹⁵.

O tráfico era o grande abastecedor do mercado fluminense de escravos. Para Niterói, essa informação é confirmada pelas estatísticas. Embora existisse o interesse em favorecer a reprodução de escravos no interior do tecido social através da família escrava, as estatísticas demonstram que eram os africanos os que engrossavam a população escrava brasileira e consequentemente eram os que supriam a demanda por mão-de-obra rural e urbana até 1850. Conrad constatou, utilizando dados publicados pelo Ministério da Agricultura, que o casamento entre escravos era infrequente na Província do Rio de Janeiro, onde os proprietários desencorajavam as uniões permanentes temendo dificuldades no momento da venda do casal.¹⁶ Daí, não seria difícil deduzir que os escravos africanos utilizados em Ponta d’Areia superavam os nascidos no Brasil. Mais adiante, trataremos desse assunto através de nossas fontes.

¹³ Idem, *Ibidem*, p.243.

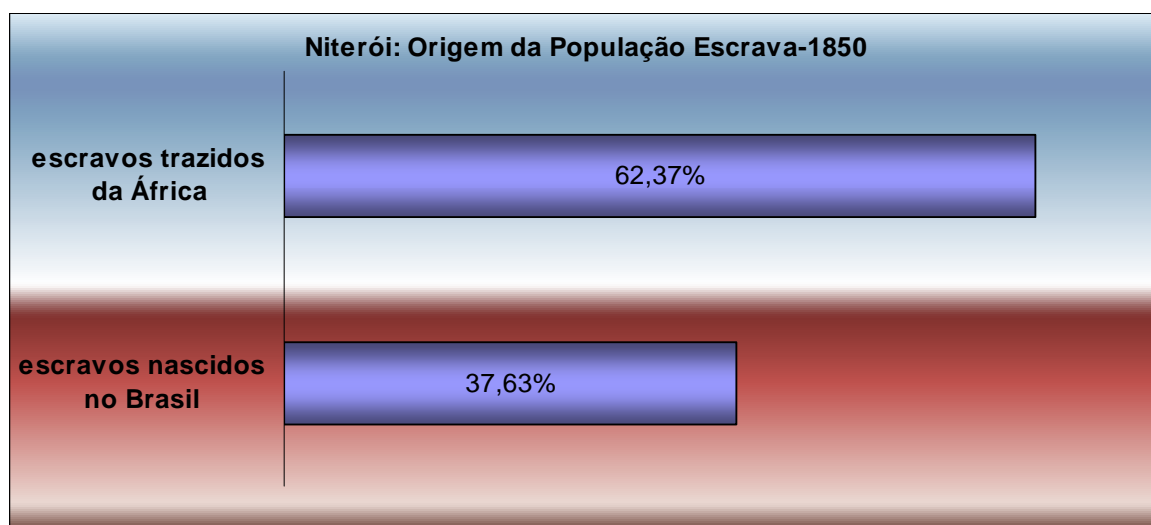
¹⁴ ABREO, Antonio Paulino Limpo de. *Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado à Assembléa Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1836*. Rio de Janeiro, 1836. p. N3.

¹⁵ CORREIO Niteroiense. Apud. CASADEI, Thalita de Oliveira. *A Imperial Cidade de Niteroy*. Niterói: Ed. Impar, 1988. p.57.

¹⁶ CONRAD, Richard. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil; 1850-1888*. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1975. p.45

O autor também informa que em 1869, a venda de escravos que contraíam matrimônio tornou-se ilegal.

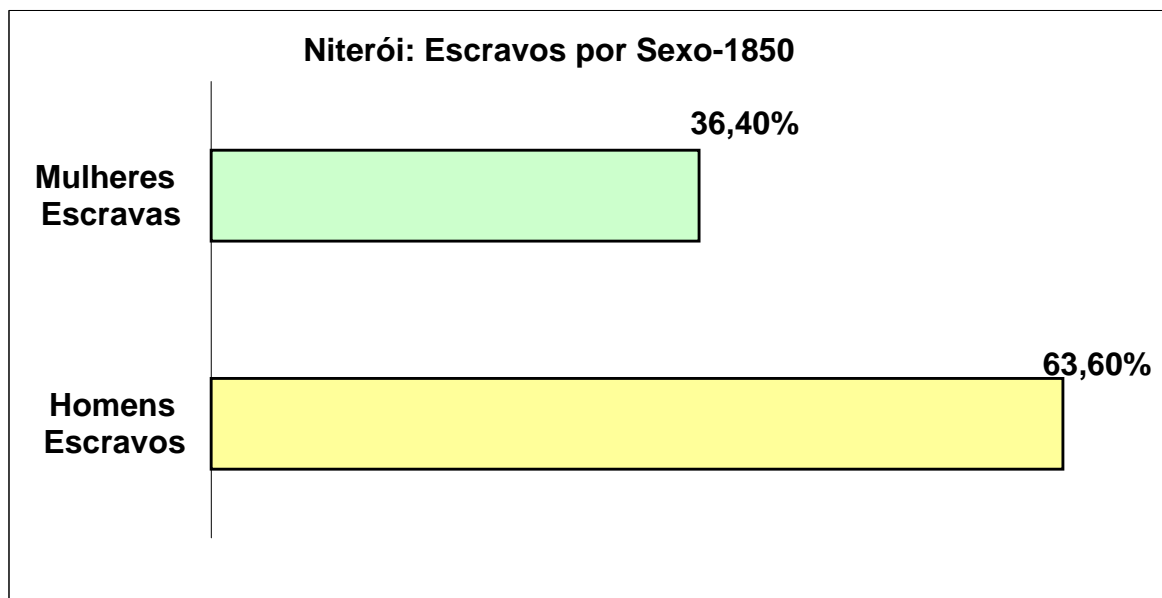
Gráfico 2:



Fonte: ARCHIVO Estatístico da Província do Rio de Janeiro. ..., op.cit. Mapa B..

Seguindo essa lógica, é possível notar o extremo desequilíbrio na composição sexual da população escrava niteroiense. Dos totais 14.460 escravos existentes em Niterói, os escravos de sexo masculino totalizavam 9.198. Enquanto, as mulheres eram apenas 5.262, conforme sinaliza o gráfico a seguir:

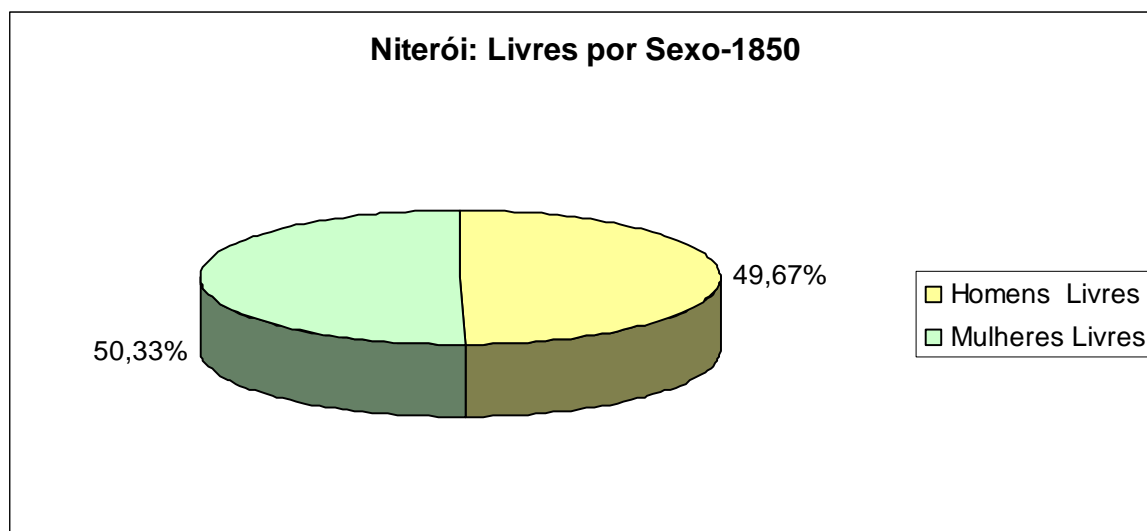
Gráfico 3:



Fonte: ARCHIVO Estatístico da Província do Rio de Janeiro. ..., op.cit. Mapa B.

Situação bem diferente é verificada em relação à população livre, da Imperial Cidade de Niterói. Em 1850 a população livre totalizava 15.799, sendo composta por 7.847 homens e 7.952 mulheres, expressos pelas porcentagens abaixo:

Gráfico 4:



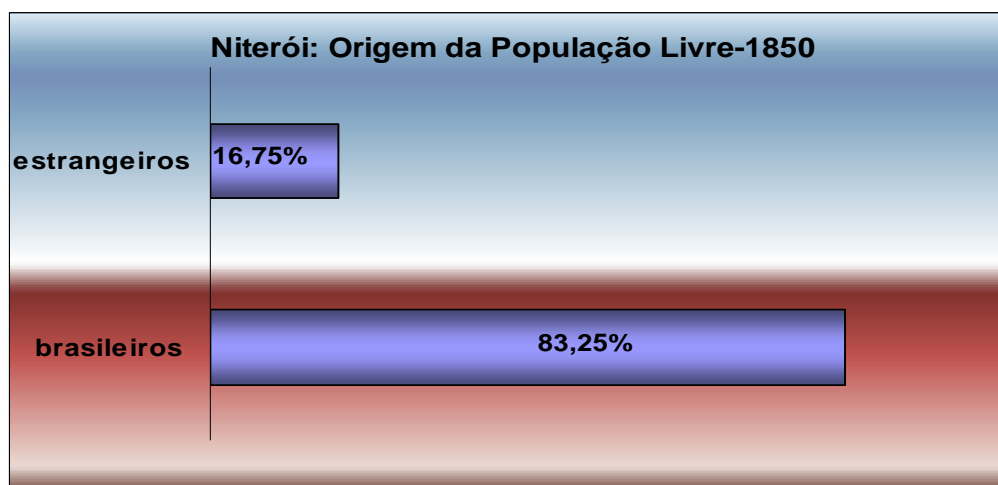
Fonte: ARCHIVO Estatístico da Província do Rio de Janeiro. ..., op.cit.. Mapa A

O menor de número de mulheres escravas e a resistência dos proprietários fluminenses em favorecer à formação de famílias escravas eram responsáveis pelo baixo índice de casamentos entre os cativos, fato esse, que confirma que a sobrevivência da população escrava, após 1850, deveu-se ao tráfico clandestino e mesmo interprovincial em direção principalmente às áreas rurais. Para o período de 1851-1871, Robert Conrad demonstrou a preferência pelos homens jovens e altamente produtivos nas províncias cafeeiras, refletida claramente pela predominância masculina na composição populacional.¹⁷ Essa situação também afetou os quadros de trabalho em Ponta d' Areia. e deverá ser levada em consideração na análise dos inventários de mão-de-obra do estabelecimento.

No que diz respeito à população livre, contata-se que também na Imperial Cidade de Niteroy, a imigração foi pouco representativa antes de 1850. Há notícias de italianos que se estabeleceram na cidade na segunda metade do século XIX e também comerciantes ingleses estabelecidos logo após a transferência de da corte portuguesa para o Brasil em 1808.

¹⁷ CONRAD, Richard. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil; 1850-1888...*, op.cit., p.79.

Gráfico 5:



Fonte: ARCHIVO Estatístico da Província do Rio de Janeiro. ..., op. cit., Mapa A.

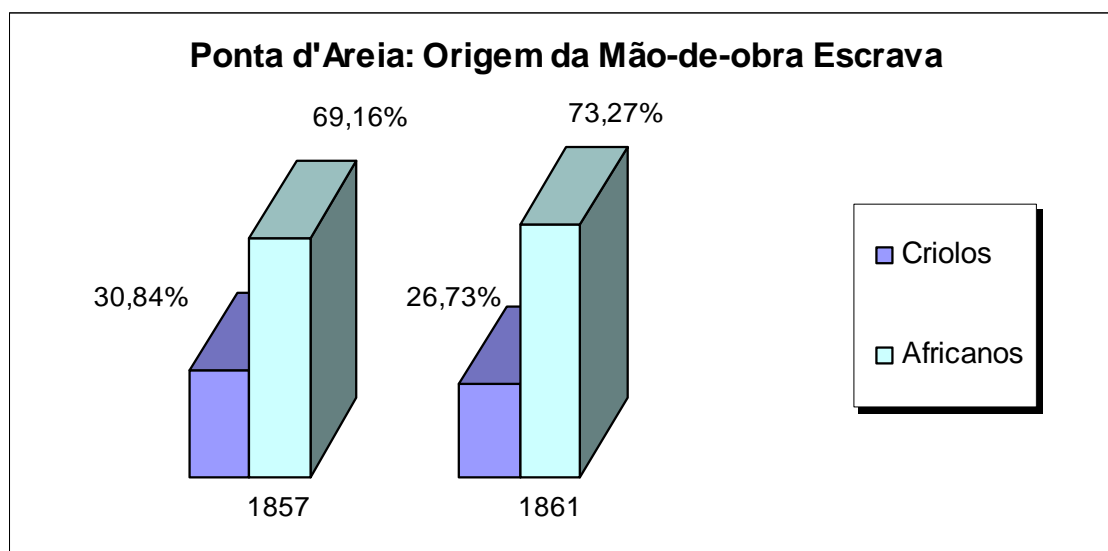
Torna-se possível concluir que o contingente de europeus e asiáticos empregados como mão-de-obra na lavoura e empregado em atividades urbanas era reduzido para a primeira metade do século XIX, embora há notícias de imigrantes encarregados de serviços urbanos, mesmo antes de 1850. O futuro Barão de Mauá através de um discurso civilizador defendeu, na década de cinqüenta, o emprego de estrangeiros no quadro de trabalhadores de suas empresas. No entanto, observa-se que a abolição do tráfico de escravos, em 1850, pela Lei Eusébio de Queirós, e a conseqüente tendência do deslocamento destes para áreas agrícolas interferiram no quadro de mão-de-obra dos estabelecimentos industriais.

3.2-A Mão-de-Obra Escrava : Origem, Relações de Trabalho e Ofícios em Ponta d'Areia.

Os dados numéricos acerca da nacionalidade dos escravos que trabalhavam no Estabelecimento de Ponta d'Areia confirmam as informações fornecidas pelo *Arquivo Estatístico da Província do Rio de Janeiro*, no sentido de que os escravos de origem africana predominavam sobre aqueles nascidos no Brasil. Para o ano de 1857, dentre os 162 trabalhadores escravos do estabelecimento, 50 eram de origem nacional e 112 de nacionalidade africana¹⁸. Realidade expressa no seguinte gráfico:

¹⁸ SILVA, Pereira da. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da província do Rio de Janeiro na 2ª sessão da 12ª legislatura pelo Vice-presidente*. Rio de Janeiro, 1857. pp.59-60

Gráfico 6:



Fonte: CUNHA, Luiz Fernandes da. *Relatório geral da exposição nacional de 1861, publicados por deliberação da comissão directora por seu secretário*. Rio de Janeiro, Typografia do Diário do Rio de Janeiro, 1862 p.89; SILVA, Pereira da. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da província do Rio de Janeiro na 2ª sessão da 12ª legislatura pelo Vice-presidente. Rio de Janeiro, 1857. pp.59-60

Quando Ponta d'Areia entra em declínio, no ano de 1862, há um decréscimo no número total de trabalhadores, incluindo-se os trabalhadores escravos. No entanto, é chamativo, que proporcionalmente o número de escravos nascidos na África sofra um acréscimo. Dentre os 101 trabalhadores escravos, 27 eram brasileiros e 74 eram africanos.¹⁹

No momento de decadência do estabelecimento, os trabalhadores escravos africanos que permaneceram no estaleiro pertenciam ao próprio Barão de Mauá. Os proprietários urbanos de escravos treinados em ofícios mecânicos preferiam vendê-los para áreas rurais, onde trabalhariam na lavoura. Passados 12 anos da Lei Eusébio de Queirós, o preço do trabalhador escravo tornara-se bem elevado. O Barão de Mauá, por sua vez, tinha como prática em Ponta d'Areia fazer seguro de seus escravos, motivo esse que o levou a preferir conservá-los no estabelecimento industrial a vendê-los para áreas rurais. No *Balanço da Companhia*, publicado em abril de 1856 no *Jornal do Commercio*, consta no débito do estabelecimento a quantia de 3.000\$000 relativa ao valor de 3 escravos “falecidos antes de estarem segurados”²⁰ O seguro de escravos, comum nesse período, garantia uma certa segurança aos proprietários e não deixava de constituir um investimento na mão-de-obra, uma

¹⁹ CUNHA, Luiz Fernandes da. *Relatório geral da exposição nacional de 1861, publicados por deliberação da comissão directora por seu secretário*. Rio de Janeiro, Typografia do Diário do Rio de Janeiro, 1862.p.89.

²⁰ BIBLIOTECA NACIONAL *Balanço do Estabelecimento Ponta d'Arêa para o ano de 1856*. Rio de Janeiro: *Jornal do Commercio*, p.3, 07 de abril de 1856.

vez feito o seguro da mercadoria não haveria interesse em vendê-la. Em 1848 os escravos em Ponta d'Areia custavam 600\$00, em 1856, abolido o tráfico estavam avaliados por volta de 1.000\$000.²¹

Aqueles escravos africanos de Ponta d'Areia, discriminados no Balanço de 1862 bem poderiam ser adquiridos na Imperial Cidade de Niteroy, nos vários locais citados pelo *Correio Niteroiense* ou mesmo no mercado do Valongo, a fim de serem empregados no estaleiro e fundição. É importante lembrar que no estabelecimento Mauá & Mac Gregor, Irineu Evangelista de Sousa associou-se ao negociante José Ignácio Tavares, e ao ex-trafficante de escravos João Pinto da Fonseca. Esse último um dos maiores traficantes da década de 1840.²²

Deste modo, Ponta d'Areia constituiu uma unidade escravista da Imperial Cidade de Niteroy, no qual predominavam os cativos de nacionalidade africana provenientes do tráfico. As estatísticas da empresa comprovam a tendência a masculinidade no emprego de mão-de-obra escrava, tendência essa já verificada em Niterói e na Província do Rio de Janeiro, em geral para as áreas rurais. Não há registros sobre a presença de mulheres e famílias escravas no estabelecimento, pois o escravismo industrial em Ponta d'Areia requeria homens para a realização de ofícios mecânicos. Em outros estabelecimentos industriais, em especial nas denominadas “fábricas rurais”, as mulheres se encarregaram do cuidado das hortas. Não parece ter sido esse o caso de Ponta d'Areia.

Novamente, faz-se mister, comentar a omissão acerca do trabalho escravo nos relatórios *de Presidente de Província*. A expressão “pela maior parte homens livres” repete-se na série de 1848-1855. Apesar da Lei de 1847, que vetava os auxílios governamentais a estabelecimentos que empregavam o trabalho escravo, Ponta d'Areia foi contemplada com dois empréstimos que ao total somavam 600\$000 e isenção sobre matérias-primas importada. O Relatório do Vice-Presidente de Província, João Pereira Darrigue Faro, no ano de 1850 informava: “Neste estabelecimento trabalhão não menos de 350 operários sendo alguns contractados e outros assalariados e pela maior parte homens livres”.²³ João Pereira Darrigue Faro, o Barão de Rio Bonito, foi o relator do documento anteriormente citado. No entanto, era também sócio-acionista de Ponta d'Areia e membro do Conselho Fiscal eleito

²¹ Ibidem.

²² GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos e Poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Mauá&Cia (1854-1866)*....., op.cit.,p.56.

²³ FARO, João Pereira Darrigue. *Relatório do Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro apresentado à Assembléia Provincial no dia 1º de março de 1850*. Typografia do Diário de NL Vianna,1850, p.47.

pelos mesmos acionistas em 1856.²⁴ Visualizamos aí certa omissão e condescendência por parte das autoridades imperiais que buscavam minimizar a presença de mão-de-obra escrava no estabelecimento industrial, após a Lei de 1847.

Lídia Besouchet, na biografia *Mauá e seu Tempo*, abordou a questão de modo equivocado e até certo ponto romântico. No tocante à mão-de-obra empregada em Ponta d'Areia afirmou:

A preocupação em substituir o braço escravo pelo trabalhador livre está sempre presente em Mauá, pois suas indústrias exigiam capacitação técnica que o trabalhador escravo não possuía. Desde moço, sua atitude em relação à escravidão foi progressista e liberal.²⁵

Tal afirmação vem desacompanhada da citação de fontes. Acreditamos que contribui, dessa forma, para o processo de construção da memória do Barão de Mauá, atribuindo-lhe características anacrônicas. Partindo de uma visão mítica e liberal da década de 1970, a autora transferiu para Mauá, o ideal do industrial empreendedor que teve que resistir e vencer os interesses econômicos dos personagens do Império, mantenedores do sistema escravocrata, base da economia agrário-exportadora. Continua Besouchet:

O Estado brasileiro pobre, ligado à agricultura latifundiária, não podia, como o Estado Britânico, facilitar a iniciativa particular de homens do tipo de Mauá. Ainda não havia estrutura para o Ativismo Econômico.²⁶

No processo de construção da memória, a apropriação da figura do Barão de Mauá, se deu sobretudo no século XX. Estamos de acordo com Guimarães, no sentido que até mesmo a historiografia de esquerda e seus expoentes, como Heitor Ferreira e Caio Prado Júnior apresentaram o Barão de Mauá como o industrial nacionalista, e nesse caso, aniquilado pelas forças do capital inglês.²⁷

Logo, a utilização do braço escravo no Estaleiro de Ponta d'Areia foi secundarizada e até mesmo ignorada na construção do mito Mauá, apesar das claras informações a esse respeito fornecidas pelas fontes primárias.

Em Ponta d'Areia verificava-se a presença de escravos do estaleiro e escravos de particulares, conforme explicita o documento já citado: *Descrição dos Estabelecimentos Fabris Existentes na Imperial Cidade de Nychteroy*.²⁸ Tratava-se, no entanto de uma relação

²⁴ BIBLIOTECA NACIONAL. *Balanço do Estabelecimento Ponta d'Arêa para o ano de 1856...*, op.cit.

²⁵ BESOUCHET, Lídia. *Mauá e seu Tempo...* op.cit., p.61.

²⁶ Idem, ibidem, p.58.

²⁷ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos e Poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Mauá&Cia (1854-1866)...*, op.cit.,p.27.

²⁸ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO BRASIL. *Descrição dos Estabelecimentos Fabris existentes na Imperial Cidade de Nychteroy...*, op.cit.

existente no interior de um estabelecimento industrial. Leila Mezan Algranti, em seu trabalho intitulado *O Feitor Ausente*, trouxe à tona a presença de um grande contingente de escravos no ambiente urbano, devido à necessidade de suprir a crescente demanda de mão-de-obra nos diversos setores da economia em expansão, já na primeira metade do século XIX. Ademais, afirmou o caráter de maior liberdade e flexibilidade que a escravidão assumiu neste ambiente, uma vez que a vida urbana propiciaria maior liberdade de movimentos aos escravos de ganho que transitavam na cidade, exercendo diversas funções para formar pecúlio e, mesmo, ao escravo de aluguel que não estariam submetidos a um domínio total de seus senhores. A autora afirma ainda no seu trabalho e de modo mais contundente no artigo publicado em 1993, que a escravidão urbana também difere da rural porque nas cidades não há, como no campo, a figura do feitor mediando as relações entre senhores e escravos: “seguindo os passos do escravo, aplicando o castigo, controlando o trabalho”²⁹.

A documentação relativa à Ponta d’Areia comprova, no entanto, a presença de dois feitores portugueses no ano de 1855. Em outras oficinas mecânicas e até em chácaras foi detectada a presença do feitor.³⁰ Sem dúvida, o estabelecimento industrial possuía um universo menor, onde o controle deveria ser maior. Cabe ressaltar, ainda, que em Ponta d’Areia o mestre, responsável por cada oficina no que diz respeito ao ritmo e controle da produção, não se confundia com o feitor. O mesmo inventário da empresa diferencia as duas categorias e aponta a existência de 7 mestres, um para cada oficina, sendo 4 de nacionalidade portuguesa e 3 de nacionalidade inglesa. A presença do mestre determinava uma certa hierarquia dentro da oficina, algo já característico de uma manufatura onde o bom funcionamento depende da cooperação exercida pelos trabalhadores. Por outro lado, a figura do feitor faz remissão especificamente à escravidão, relembrando sua função de aplicar castigos e vigiar aquele que não é dono de sua própria força de trabalho. Em Ponta d’Areia fica claro que a figura do mestre não se confunde com a do feitor.

No caso da empresa, parece sobrepor-se a condição do escravo como mercadoria. Além da existência do feitor, o seguro de escravos em Ponta d’Areia feito pelo Barão de Mauá, e por nós já citado, comprova essa condição. A presença do feitor no estaleiro e fundição denotava que nesse tipo de estabelecimento era obrigação do proprietário controlar

²⁹ ALGRANTI, Leila Mezan. Os Ofícios Urbanos e os Escravos ao Ganho no Rio de Janeiro Colonial. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *História Econômica do Período Colonial* São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1996. pp 196-211.

³⁰ No Arsenal da Marinha e também na fábrica de Pólvora existiam feitores. Ver MOREIRA, Alinnie Silvestre. *Liberdade Tutelada: os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela RJ (1831-1870)*. Campinas, 2005. Dissertação (Mestrado)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

sua escravaria. Tratava-se de um controle privado e geralmente preventivo. Isto é, a figura do feitor e a boa educação doméstica ministrada constituíam a base para a manutenção da ordem ou prevenção de possíveis atos de rebeldia e revoltas. O Estado atuava muitas vezes como intermediário na aplicação de castigos, sem substituir a iniciativa pessoal dos proprietários. Conforme apontou Soares³¹ em sua tese de Doutorado, a presença de instituições como a prisão do Calabouço, que em 1837 funcionava juntamente com a Casa de Correção, para onde os senhores enviavam seus escravos a fim de serem castigados, cumpria uma “intermediação punitiva”. Sem pretender substituir os senhores, a instituição Calabouço ajudava-os quanto à disciplina de seus cativos.

Para o ano de 1857, ano, aliás, em que os balanços indicam uma das maiores produções anuais da história de Ponta d’Areia, há registros acerca de uma paralisação de escravos:

Ontem (25/11/1857), das 11 horas para o meio dia, segundo nos informam, os escravos do estabelecimento da Ponta d’Areia levantaram e recusaram-se a continuar o trabalho, sem que fossem soltos três dos seus parceiros, que haviam sido presos por desobediência, às ordens do mesmo estabelecimento .

Felizmente o levantamento não ganhou terreno, pois o Exmo Sr. Dr. Paranaguá, apenas teve a notícia, dirigiu-se ao local e fez conduzir para a casa de detenção presos trinta e tanto amotinados.³²

Chama atenção a ação coletiva empreendida pelos escravos a fim de obterem a suspensão dos castigos corporais e a libertação dos companheiros presos. Trata-se, sem dúvida, de uma ação de resistência à escravidão em que um grupo de escravos que se encontrava em semelhante situação de trabalho articulou uma revolta. No entanto, não se tratou de uma greve reivindicando melhorias salariais e, tampouco, é possível entender o episódio como uma ação de negociação, pois a repressão policial foi imediata e indiscutível, tendo em vista que se tratava de homens sem liberdade. Concordamos com Marcelo Badaró, no sentido de que não havia um intermediário, como no caso de uma entidade sindical, cuja função é funcionar de canal para negociação.

Sobre a mão-de-obra escrava de Ponta d’Areia, consta que 47 indivíduos pertenciam a particulares, no ano de 1857³³. Deste modo, a relação de trabalho constituída era de ganho ou

³¹ SOARES, Luiz Carlos. *Urban Slavery in Nineteenth Century Rio de Janeiro*. Londres, 1988. Tese (Doutorado) – University College London (Universidade de Londres).

³² A PATRIA 26 novembro 1857. Apud. QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *As Primeiras Lutas Operárias no Brasil*. *Revista do Povo*, São Paulo, n.2, ano II.p.38,1946.

Marcelo Badaró Mattos também citou esse episódio, enfatizando que, nesse caso os escravos não atuaram como intermediários na negociação. Ver MATTOS, Marcelo Badaró. *Experiências Comuns: escravizados e livres na formação da classe trabalhadora carioca*. Niterói, 2004. (Tese Para o Concurso de Professor Titular)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense.

aluguel, sistemas que visavam aumentar a rentabilidade da exploração do trabalho escravo. O viajante inglês Ribeyrolles, que visitou a província fluminense em meados do século XIX, observou que no Rio de Janeiro havia proprietários que mantinham no ganho até 300 escravos.³⁴ Outros proprietários, no entanto, eram homens pobres livres cuja sobrevivência dependia em grande parte da exploração de seus poucos escravos.³⁵ Os *Relatórios de Presidente de Província*, empregaram o termo “assalariamento de escravos” em Ponta d’Areia”.³⁶ Porém, quando estes documentos são confrontados com os inventários de trabalhadores da empresa, em especial o do ano de 1855, nota-se que o número de “escravos assalariados” citados nos Relatórios coincide com o número de escravos pertencentes a particulares listados no inventário. Portanto, os documentos referem-se aos escravos ao ganho e de aluguel. Essa parcela da mão-de-obra não deve ser confundida com os escravos do estaleiro, de propriedade do Barão de Mauá que, como mercadoria valiosa, tinham sido assegurados e por isso não poderia ser considerados “assalariados”.

Na década de 80, os historiadores debateram se o capital envolvido no tipo de relação tratada constituiria uma espécie de salário, principalmente no caso da escravidão ao ganho. Segundo Soares;

Na realidade, além de carregadores, os operários estivadores, cocheiros, marinheiros, remadores (...) eram formalmente assalariados na relação que mantinham com os indivíduos que requisitavam os seus serviços, recebendo um salário que lhes garantia a sobrevivência, e em alguns poucos casos, a formação de um pecúlio que lhes possibilitava a compra da sua alforria. Entretanto, o reverso da medalha manifestava-se, pois, como escravos, eles mantinham uma relação de coisificação, de propriedade, com os seus senhores, sendo obrigados a lhes entregar uma quantia diária ou semanal, previamente fixada com base no nível de especialização profissional, na sua força, capacidade e destreza, e também nas condições do mercado desse tipo de força de trabalho.³⁷

Luiz Carlos Soares afirma ainda, sobre os escravos ao ganho, afirmou se na relação com os seus senhores eles eram escravos, com os seus empregadores ou os que requisitavam os seus serviços(eventual ou permanentemente) eles eram formalmente assalariados.

³³ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO BRASIL. *Descrição dos Estabelecimentos Fabris existentes na Imperial Cidade de Nychteroy...*,op.cit.

³⁴ RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. V.1 Belo Horizonte-São Paulo: Ed. Itatiaia-EDUSP, 1980.p.204.

³⁵ Luiz Carlos Soares realizou um meticuloso levantamento a respeito do número de escravos que o senhor possuía no ganho, bem como das profissões dos senhores com escravos no ganho, através da análise de inventários post-mortem. No caso das profissões dos senhores há muitas não declaradas. Ainda assim, nota-se que predominavam os proprietários comerciantes e profissionais liberais. Para maiores informações ver; SOARES, Luiz Carlos. *Os Escravos ao Ganho no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Revista Brasileira de História. v. 8, n.16, , pp.107-142. mar88/ ago88.

³⁶ CARVALHO, José da Costa. *Proposta e Relatório...*,op.cit.; FARO, João Pereira Darrigue. *Relatório do Vice-presidente da Província do Rio de Janeiro apresentado à Assembléia Provincial no dia 1º de março de 1850...*,op.cit.

³⁷ SOARES, Luiz Carlos. *Os Escravos ao Ganho no Rio de Janeiro do século XIX...*op.cit.,p.130.

No caso de Ponta d'Areia, devido aos limites da documentação, não foi possível diferenciar a modalidade da escravidão ao ganho da modalidade da escravidão de aluguel. Acreditamos, porém, que as relações de trabalho envolvendo escravos não podem ser classificadas como relações assalariadas, pelo fato de que o trabalhador escravo não era dono de sua própria força de trabalho, e, portanto, não possuía autonomia para aliená-la como e para quem quisesse, tendo que se submeter às condições mercantis de seu proprietário, que era quem determinava a quantia que o escravo deveria entregar-lhe. Além disso, o escravo não podia usufruir do total da remuneração.

Por outro lado, defendemos que a existência da escravidão ao ganho e de aluguel denotam uma chamativa mercantilização e dinâmica de capitais em Ponta d'Areia. A reserva de uma quantia monetária destinada a cobrir os serviços realizados pelos escravos de particulares demonstra a vitalidade econômica do estabelecimento de Ponta d'Areia, vitalidade essa garantida, como já apresentamos no capítulo anterior, pela ajuda dos cofres públicos na gerência do Gabinete Conservador.

Faz-se interessante comparar alguns números relacionados à mão-de-obra de Ponta d'Areia com outros estabelecimentos contemporâneos e do mesmo ramo. Em 1850, por exemplo, havia uma fundição pertencente a Alexandre Davidson, localizada no Rio de Janeiro, dependente em grande medida do trabalho escravo. Possuía 13 trabalhadores estrangeiros e 22 escravos, sendo que destes, 4 eram caldeireiros, 6 eram fundidores de ferro, 2 eram fundidores de bronze e seis trabalhavam como ferreiros.³⁸ Para o caso da Fundição de Davidson, observa-se que os trabalhadores escravos possuíam certa especialização e desempenhavam muitas vezes as mesmas funções que os trabalhadores europeus. Este é também o caso de Ponta d'Areia, como comprovam os mapas de trabalhadores relativos aos anos de 1848 (Anexo IV), 1855(Anexo V)

O primeiro dado que os mapas revelam é que somente os escravos atuavam como serventes em serviços de limpeza e transporte de materiais, esses indivíduos não possuíam especialização. Evidentemente, conforme se observa no mapa de trabalhadores do ano de 1855, devido a sua condição de mercadoria, os escravos não desempenhavam o ofício de mestres nas oficinas, uma vez que o mestre constituía uma peça importante da hierarquia do mundo do trabalho, pois ditava o ritmo da produção, e logo, seria contraditório que homens livres submetessem-se a não livres. Por outro lado, encontravam-se escravos dentre os

³⁸.ANDRADE, Rômulo Garcia de. *Burocracia e Economia na Primeira Metade do séc. XIX ...*, op.cit., p.142.

maquinistas, modeladores e caldeireiros. Os *Relatórios de Presidente de Província*³⁹ referindo-se aos maquinistas informavam que se encarregavam da construção dos motores a vapor. Em 1848 havia 12 escravos maquinistas, enquanto que, em 1855 encontravam-se 3. Os caldeireiros construía[m] peças de bronze em geral e, ao que tudo indica, utilizavam moldes para um tipo de trabalho que requeria certa elaboração. Em 1848, 15 escravos trabalhavam nessa oficina e em 1855 eles totalizavam 23. No tocante ao serviço de carpintaria todos os carpinteiros auxiliares eram escravos em 1848. Os carpinteiros de “Obras Brancas” listados no Mapa de Operários de 1848 ocupavam-se de serviços de serralheria e entre eles não havia escravos. Porém, em 1855, havia 30 escravos do estabelecimento e 20 particulares descritos como oficiais de carpintaria, ocupando a mesma oficina que 2 franceses, 1 alemão, 25 brasileiros e 39 portugueses, incluindo um mestre. O documento de 1855 não separou os tipos de serviços de carpintaria, como o fez o documento de 1848, o que dificulta a análise dos ofícios e do grau de especialização dos trabalhadores não-livres. Levando em conta o conjunto dos dados, acreditamos que no ano de 1855, também nos trabalhos de serralheria foram empregados escravos que adquiriram especialização para essa tarefa.

No entanto, a revista *O Auxiliador da Indústria Nacional*, em dezembro de 1848, trazia o artigo de José Antônio do Valle Caldre e Fião, segundo o qual o trabalho escravo era sinônimo de baixa rentabilidade, uma vez que os trabalhadores nele envolvidos só “podiam ser empregados em tarefas que não requeriam qualquer conhecimento de ofícios mecânicos”.⁴⁰ Em outras palavras, o autor julgava que o africano, devido a uma limitação natural ou cultural, seria incapaz de desenvolver tarefas especializadas no processo de produção. Tal visão, além de preconceituosa, ignorava a existência das instituições que existiam para treinar escravos em ofícios mecânicos. Em suma Caldre e Fião era “um liberal” e esta era a visão do liberalismo acerca do trabalho escravo.

O viajante Luccock observou, no ambiente urbano, o aparecimento de grupos que compravam escravos e empenhavam-se em ensinar-lhes um ofício. Tratava-se dos escravos especializados, cujo preço elevava-se devido às suas qualidades manuais⁴¹ Ribeyrolles

³⁹ Alguns desses relatórios trazem a descrição das oficinas, descrevendo o tipo de trabalho requerido. Dentre as melhores descrições ver:

SILVA, João Manuel Pereira da. *Relatório apresentado pelo vice-presidente da Província do Rio de Janeiro à Assembléia Legislativa na 2ª sessão da 12ª Legislatura*. Rio de Janeiro, Typografia Universal Laemmert, 1857. p.59. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/787/000063.html>. Último acesso em: 10 de dezembro de 2006.

⁴⁰ FIÃO, José Antônio do Valle Caldre e. A Substituição dos braços escravos pelos braços livres. *O auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v.7, pp240-241, dez.1849.

⁴¹ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil*. Tradução do Professor Milton da Silva Rodrigues. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974.p.72

acrescentou que “sapateiros, alfaiates, funileiros, pedreiros, pequenos industriais e fabricantes que não podem adquirir o instrumento negro, alugam-no ou pagam os serviços”⁴². Verificase daí, que escravos especializados demandavam maior dispêndio do capital de uma empresa, como era o caso de Ponta d’Areia.

Os dados do estabelecimento industrial de Irineu Evangelista de Sousa apontam a presença marcante e crescente da mão-de-obra escrava nos momentos áureos do estabelecimento, como no ano de 1856, em que a produção anual de Ponta d’Areia fora de 865:287\$427, os lucros de 206:972\$020 e o número de escravos empregados no estabelecimento fora 181⁴³.

Logo, Ponta d’Areia constituiu um exemplar das vantagens econômicas que o trabalho escravo especializado trazia e contraria a tese lançada por Fernando Henrique Cardoso, baseada na visão fornecida pelo “liberalismo”, segundo a qual as relações de trabalho escravo eram entraves para a lucratividade de uma empresa no século XIX. Referindo-se à produção do charque no Rio Grande do Sul, no período citado, alertou para o perigo da especialização do escravo, que geraria necessariamente a ociosidade:

Já o senhor de escravos não poderia suportar o ônus social que representavam três dias de ociosidade de seus escravos. Além disso, retribuiria todo o tempo, sob a forma de alimentos, vestuário e alojamento, à força de trabalho que não consumiria.⁴⁴

Tal perigo de ociosidade e prejuízo não existia no Estabelecimento de Fundação e Máquinas de Ponta d’Areia. O Barão de Mauá, além dos escravos do estaleiro, requisitava o serviço de escravos de outros particulares, sinalizando, assim, para o aproveitamento satisfatório do tempo e da capacidade de trabalho dos escravos de sua propriedade. No tocante à mão-de-obra especializada alugada ou de ganho poderia ser dispensada, quando necessário, e constituiu, em geral, um terço do total da mão-de-obra escrava do estabelecimento indicando a existência de uma demanda da própria empresa.

A especialização dos escravos em ofícios manuais não constituía um perigo para o sistema escravista, conforme afirmou Fernando Henrique Cardoso que ao escrever seu trabalho ignorou a relevância da escravidão ao ganho e de aluguel. Ao contrário, ressaltou que para o caso do Rio Grande do Sul, se o escravo se especializasse poderia vender sua força de trabalho a mais de um contratante no decorrer de certo período e assim, acabaria por desmontar o sistema escravista, necessário para a manutenção da ordem social sulista no

⁴² RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco...*, op.cit., p.206.

⁴³ BIBLIOTECA NACIONAL. *Balanço do Estabelecimento Ponta d’Arêa para o ano de 1856...*, op.cit.

⁴⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p.180.

século XIX⁴⁵. Em Ponta d'Areia o escravismo industrial especializado, com ênfase no escravo ao ganho ou de aluguel não prejudicou o estabelecimento, pelo contrário, ajudou a sustentá-lo permitindo o aproveitamento das várias oficinas da manufatura, e, em geral, foi incrementado nos momentos de maior lucratividade do estabelecimento. Coexistiu lado a lado com o trabalho livre em todas as fases da empresa, mesmo após a abolição do tráfico de 1850.

3.3-A Mão-de-Obra Livre: Relações de Trabalho e Ofícios em Ponta d' Areia.

A maior parte dos estudos sobre o trabalho europeu no Brasil se concentra nas últimas décadas do século XIX, momento de substituição do braço escravo pelo braço livre nas lavoura cafeeira. Em relação à Ponta d' Areia, trata-se da utilização de imigrantes europeus em um estabelecimento industrial, já no ano de 1848. Nesse mesmo ano, ao solicitar o empréstimo do governo imperial, Irineu Evangelista de Sousa fez alusão à quantia de 120.000\$000, despendidos para pagar o salário dos trabalhadores, por ele pessoalmente agenciados na Europa para suprir a encomenda governamental de fornecimento de tubos para o encanamento do Maracanã.⁴⁶

A iniciativa parece pouco incomum para o momento. É possível encontrar um paralelo semelhante somente no caso da Fábrica de Ferro de Ipanema, conforme comentamos no capítulo. Nessa situação, aliás, verificou-se a primeira tentativa de uso da mão-de-obra sueca, bastante conturbada. A contratação foi realizada tendo em vista uma suposta especialização dos suecos. Porém, iniciada a labuta cotidiana, notou-se que eles mostravam-se “inabilitados” para o desempenho de certos ofícios mecânicos.⁴⁷ No caso de Ponta d'Areia não se verificou tal espécie de problema com os europeus que geralmente dividiam as mesmas oficinas e em muitos casos desempenhavam os mesmo ofícios que os escravos.

Logo, faz-se necessário evitar certas generalizações, como por exemplo, a de que os trabalhadores europeus eram especializados em trabalhos de estabelecimentos industriais, enquanto que os africanos não. É bastante questionável afirmar a superioridade dos europeus no desempenho desses ofícios, até os anos de 1860. Vale lembrar que dentre as nações européias, com exceção da Inglaterra, França e Bélgica, ainda não havia se implantado a grande indústria e tampouco havia ocorrido a gênese do operariado. Muitos dos operários

⁴⁵ Idem, *ibidem*, p.179.

⁴⁶ BIBLIOTECA NACIONAL. *Demonstração do Estado do Estaleiro de Ponta d'Arêa em 31 de março de 1848...*, op.cit..

⁴⁷ VERGUEIRO, Nicolau Pereira dos Santos. *História da Fábrica de Ferro Ipanema e Defesa perante o Senado...*, op.cit., p.12

européus emigrados para o Brasil na primeira metade do século XIX, sobretudo de origem portuguesa, alemã e italiana, etc, tinham origem rural e pouca experiência em ofícios mecânicos. A experiência no desempenho de tais ofícios veio a ser adquirida ao que tudo indica no Brasil. Estavam em desvantagem em muitas ocasiões em relação aos escravos ao ganho que vinham há mais tempo desempenhando esse tipo de trabalho e por isso, eram mais especializados.

Destaca-se, por exemplo, a situação de colonos suíços e alemães que formaram núcleos coloniais na Fazenda do Morro de Queimado em 1819, atual município de Nova Friburgo. D. João VI preocupado com a necessidade de povoar o país resolveu promover a colonização e subvencionou a entrada de quase 2000 imigrantes alemães e suíços. Transportados em condições semelhantes a dos africanos nos navios tumbeiros, cerca de 400 imigrantes morreram. Segundo Carneiro, insatisfeitos com as péssimas condições topográficas que dificultavam a prática da agricultura na área a eles destinadas na Fazenda do Morro de Queimado, alguns pediram autorização para se desligarem e dirigiram-se para “Porto Alegre ou mesmo para a cidade do Rio de Janeiro, onde pretendiam desempenhar profissões manuais ou alistar-se no exército”.⁴⁸

Não obstante, *o Auxiliador da Indústria Nacional* trouxe em 1844 notícias a respeito da contratação de trabalhadores europeus para a realização de obras urbanas na Província do Rio de Janeiro. A Província contratou com a Casa Comercial de Carlos Debrue, belga, a importação de 600 colonos para serem empregados em obras públicas que:

alem de serem robustos, deverão ser oficiais dos officios de carpinteiro, ferreiros, pedreiros, cavouqueiros e trabalhadores de estrada, sendo hábeis n’esses officios (...) sendo que a passagem será deduzida da quarta parte do salário que eles vierem a ganhar. O salário será o mesmo que ganhão nas ditas obras outros trabalhadores.⁴⁹

A Casa Comercial de Carlos Debrue recebeu do governo fluminense a quantia de 245 francos para cada colono contratado na Europa e os trabalhadores poderiam vir acompanhados de esposa e filhos.

Nesse caso, os imigrantes foram agenciados especificamente para o trabalho em obras públicas urbanas e desempenho de ofícios manuais. Porém, essa não era a regra geral. Na primeira metade do século XIX, muitos dos imigrantes europeus que se transferiam para a cidade provinham do meio rural e das áreas de colonização como a do Morro de Queimado,

⁴⁸ CARNEIRO, Maria José. Descendentes de Suíços e Alemães de Nova Friburgo In.: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Histórias de Imigrantes e de Imigração no Rio de Janeiro* Rio de Janeiro:7 Letras, 2000. p.45.

⁴⁹ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, vol. I, p.207, jan-jul. 1844.

ou ainda a colônia de Petrópolis. Insatisfeitos com a vida nas colônias, encontravam em ofícios manuais uma alternativa para a sobrevivência na vida urbana.

Em Ponta d'Areia, quanto à nacionalidade nota-se uma real diversidade de trabalhadores, sem parâmetro em outros estabelecimentos industriais do período. A carta que o Barão de Mauá escreveu ao Governo Imperial requisitando empréstimo revela, que no ano de 1848, ele agenciou trabalhadores europeus, principalmente ingleses, belgas e suíços para o trabalho em Ponta d'Areia, vindos diretamente do exterior. Nos anos seguintes, os trabalhadores estrangeiros foram recrutados provavelmente no Rio de Janeiro e Niterói. Não há fontes revelando a repetição de ações de agenciamento de mão-de-obra no exterior. Comparando o demonstrativo de operários ocupados no estabelecimento de Ponta d'Areia (Anexos IV e V) é possível perceber que dentre os operários estrangeiros, os ingleses e alemães, inicialmente predominantes, diminuíram sensivelmente. Em 1848, havia 58 ingleses, já em 1855 apenas 24. Os alemães totalizavam 15 em 1848, mas eram 6, em 1855. Por outro lado a presença portuguesa, já bastante significativa em 1848 (104 operários) cresceu em 1855, saltando para 119 trabalhadores.

Os europeus se ocuparam de tarefas especializadas. Evidentemente não desempenharam a tarefa de serventes: havia maquinistas, modeladores e caldeireiros. O Barão de Mauá se preocupou, de modo esmerado, com os engenheiros que eram os que se encarregavam da implantação de máquinas inventadas na Europa e também responsáveis por administrar as oficinas da sua manufatura combinada. Conforme foi discutido no Capítulo 2, em Ponta d'Areia não havia a unidade técnica da fábrica, dada pela máquina ferramenta. Porém, havia a preocupação em coordenar as oficinas de modo que o que fora elaborado em uma delas tivesse uso em outra. O estaleiro em si é um bom exemplo de uma oficina que funcionava em estrita dependência das demais oficinas. Os engenheiros ingleses eram os gestores e supervisores dessa integração, além responsáveis por melhorias técnicas. Em casos de conflitos também eram eles quem resolviam tais questões. Os engenheiros citados em 1848 e 1855 eram de nacionalidade inglesa (Anexos IV e V)

Em 1848, um engenheiro trazido diretamente da Europa se chamava Thomas Butter Dodgson. Ele aparece citado nos *Relatórios de Presidentes de Província* e teve o privilégio de utilização de um invento de um invento europeu: os chamados diques flutuantes.⁵⁰ Trabalhou no Estabelecimento de Ponta d'Areia no período compreendido entre 1848 e 1856. No *Relatório de Presidente de Província* relativo a 1857, o mesmo Dodgson aparece como dono

⁵⁰ARQUIVO NACIONAL. *Decreto nº 971 de 24 de abril de 1852. Concede Privilégios a Thomas B. Dodgson para Construir Diques Flutuantes. Coleção Decretos do Executivo.*

de um engenho que produzia açúcar e aguardente em Itaguaí.⁵¹ Inicialmente contratado por Irineu Evangelista de Sousa, desligou-se de Ponta d'Areia e montou seu próprio estabelecimento. Tornou-se também fazendeiro na Vila de Itaguaí. Sua fazenda chamada Arapucaiana reunia trabalhadores livres. Casou-se com uma portuguesa, Maria Isabel Travassos, que foi assassinada pelo próprio escravo chamado Victoriano.⁵² No ano de 1861, o engenheiro de Ponta d'Areia era Carlos Petersen, que recebeu menção honrosa na Exposição Nacional de 1861, pelo modelo de locomotiva construído segundo o sistema Stephenson.⁵³ Os gestores e supervisores das oficinas de Ponta d'Areia foram e ingleses. Outros empreendimentos nacionais reuniram escravos e estrangeiros, porém as fontes revelam que somente Ponta d'Areia possuía engenheiros que implantavam invenções trazidas da Europa.

Chama atenção, no entanto, que só os portugueses, dentre os europeus, dedicavam-se juntamente com os brasileiros livres e escravos ao serviço de calafetagem. Esta era uma tarefa bem mais simples que consistia em vedar com estopa alcatroada as juntas ou buracos de uma embarcação.⁵⁴ Os portugueses eram os estrangeiros predominantes no mercado urbano do Rio de Janeiro, já na primeira metade do século XIX, e formavam junto com libertos um contingente de homens livres e pobres, que desempenhavam ofícios considerados “mais rudes”. Isto ocorreu, inclusive, em Ponta d'Areia. Porém, aqui não cabem generalizações e seria um erro classificar esses operários como os europeus menos especializados. Os trabalhadores portugueses em Ponta d'Areia, ao mesmo tempo que exerciam o ofício de calafate, também atuavam como mestres de oficinas, feitores e tiveram participação significativa nas oficinas como maquinistas, caldeireiros, modeladores, ferreiros e carpinteiros.

Ao longo de toda a história do estabelecimento, os portugueses constituíram os trabalhadores mais numerosos dentre a mão-de-obra livre de origem européia. Nota-se, ainda

⁵¹ SILVA, Pereira da. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da província do Rio de Janeiro na 2ª sessão da 12ª legislatura pelo Vice-presidente. Rio de Janeiro..op.cit.

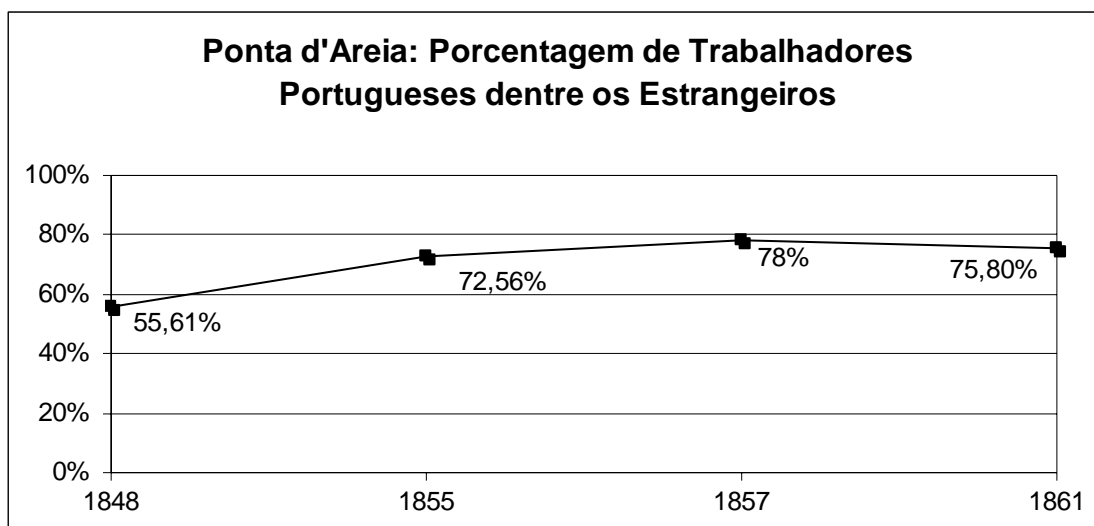
⁵² SANTOS, José Norberto. Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da 15ª Legislatura no dia 8 de setembro de 1862 pelo vice-presidente da mesma província.. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1862.

⁵³ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Catálogo dos Productos Naturaes e Industriaes que Figurão na Exposição Nacional Inaugurada na Corte do Rio de Janeiro no dia 2 de dezembro de 1861...*op.cit.p.37.

⁵⁴ As descrições sobre a tarefa de calafetagem, apresentando-a como um serviço bem menos especializado, podem ser encontradas em alguns *Relatórios de Presidente de Província* e na obra de Amaral Lapa, que descreveu a montagem de uma embarcação num estaleiro da Bahia, no período colonial. Ver: SILVA, João Manuel Pereira da. *Relatório apresentado pelo vice-presidente da Província do Rio de Janeiro à Assembléia Legislativa na 2ª sessão da 12ª Legislatura*. Rio de Janeiro..., op.cit.,p.59 e LAPA, José Roberto do Amaral. *Economia Colonial*. São Paulo: Perspectiva 1973.pp. 231-279

um incremento do número de operários dessa nacionalidade, conforme expressa o gráfico abaixo:

Gráfico 7:



Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL. *Mapa Demonstrativo do Pessoal Empregado na Ponta d'Arêa, 24 de julho de 1848....*, op.cit.; CUNHA, Luiz Fernandes da. *Relatório geral da exposição nacional de 1861, publicados por deliberação da comissão directora por seu secretário*. Rio de Janeiro, Typografia do Diário do Rio de Janeiro, 1862. p.89; INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Descrição dos Estabelecimentos Fabris Existentes na Imperial Cidade de Nicteroy....*, op.cit.; SILVA, Pereira da. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da província do Rio de Janeiro na 2ª sessão da 12ª legislatura pelo Vice-presidente....*, op.cit.

Os números acerca da presença portuguesa em Ponta d'Areia vêm de encontro com os dados qualitativos fornecidos pela professora Lená Medeiros de Menezes, que denotam a expressiva concentração de imigrantes portugueses do sexo masculino, no período tratado. No recorte temporal 1855-1865, de um total de 81.219 imigrantes, 68.998 dirigiram-se para os portos brasileiros, principalmente para a capital. Em 1850, em um só ano, entraram 11.557 indivíduos na cidade do Rio de Janeiro⁵⁵ A autora também aponta problemas estruturais em Portugal, já na primeira metade do século XIX, que justificavam a emigração portuguesa, tais quais, o aumento das pressões demográficas sobre a terra e o fim dos privilégios na transmissão de bens.⁵⁶

⁵⁵ MENEZES, Lená Medeiros de. *Jovens Portugueses: Histórias de Sucesso, Histórias de Fracasso*. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Histórias de Imigrantes e de Imigração no Rio de Janeiro* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. p.169.

⁵⁶ Idem, *ibidem*, p.179, nota 6.

Gladys Sabina Ribeiro, em sua tese de Doutorado, tratou dos conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado e trouxe à tona dados relevantes sobre a imigração portuguesa na primeira metade do século XIX. Por exemplo, comprovou que a profissão predominante entre os imigrados portugueses entrados no Brasil era a de caixeiro, seguida da profissão de oficial mecânico. Nesse caso, tais oficiais eram sapateiros, pedreiros, carpinteiros, trabalhadores de obras públicas que, muitas vezes, entraram em conflito com libertos e escravos ao ganho que disputavam o mesmo mercado de trabalho e cobravam valores bem inferiores por seus serviços.⁵⁷ Em Ponta d'Areia, conforme já afirmado, os portugueses ocupavam muitas oficinas, desempenhando diversos ofícios mecânicos especializados ou não. Não se verificou conflitos diretos envolvendo portugueses e escravos no estabelecimento. No entanto, a paralisação de 1857, já citada, denota que o feitor português aplicava castigos corporais aos escravos desobedientes. O que estava em jogo nesse tipo de relação, a nosso ver, eram os sujeitos feitor-escravo, o que supera a questão da nacionalidade português-africano.

Não obstante, o *Jornal do Commercio* trouxe notícias sobre um conflito entre o português Vicente Gonzáles de Oliveira, mestre da oficina de caldeireiros, e um operário inglês da mesma oficina em questão: no dia 17 de outubro, era noticiada a primeira versão acerca do conflito:

Na segunda feira, às 3 horas da tarde, o mestre da officina de caldereiro de Ponta d'Areia mandou por um official inglez cortar uma chapa, e tendo este obedecido, foi sem motivo reprehendido pelo mesmo mestre, que lançou mão de uma tenaz e foi sobre elle : um outro official conseguiu arrancar-lhe semelhante instrumento; mas elle munio-se de um ferro quadrado e espancou o inglez. Sendo-lhe ainda arrancado esse ferro das mãos, pegou um martello, e ainda cahio sobre a victima com pancadas, deixando-o bastante maltratado, e com contusões em um braço, que desconfia-se esteja quebrado.

Sobre este facto ainda não houve procedimento algum da autoridade; apenas o culpado se dirigio ao director do estabelecimento, sem dúvida para exigir a expulsão da victima do mesmo estabelecimento ou a sua prisão.⁵⁸

O próprio Vicente publicou, no dia seguinte, a sua versão sobre o ocorrido:

Em attenção ao público e às pessoas que me conhecem, vou restabelecer a verdade. Mandando fazer uma obra pelo operário em questão, este não a tendo feito com a devida perfeição, mandei fazer outra recommendando-lhe mais cuidado, porém o operário principiou a desattender-me com palavras e gestos, que na qualidade de mestre da officina cumpria repellir; todavia revesti-me de moderação e tentei levá-lo com boas maneiras, tudo porém foi baldado; a minha moderação foi tomada por cobardia, e o homem investio sobre mim, e este ataque inesperado tive de responder da mesma sorte, e quando outros operários conseguirão separar-nos, estava eu com

⁵⁷ Cf. RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Campinas, 1997. Tese (Doutorado)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. pp.218-262.

⁵⁸ ,JORNAL do Commercio. Rio de Janeiro, 18 de out. de 1860, p.2

uma forte contusão no rosto junto ao olho esquerdo (que está ainda visível) e a camisa rasgada, ficando elle o braço esquerdo levemente contuso. Eis o que se passou e que foi por muitas pessoas testemunhado, assim como por todos é conhecido que este operário não tem bom comportamento e é dado a embriaguez. Dando parte do que havia ocorrido ao senhor engenheiro do estabelecimento, não fiz mais do que cumprir meu dever.⁵⁹

As versões contraditórias acerca do conflito deixam transparecer que a raiz da questão reside na subordinação existente entre o mestre e o oficial, em função da própria relação de trabalho. Para o eficaz funcionamento da oficina, o esperado é que o oficial obedeça ao mestre caldeireiro. O oficial inglês defendeu-se afirmando que havia obedecido e foi, sem motivo, repreendido, enquanto que o mestre português afirmou que seu subordinado não realizou o trabalho com perfeição, não o obedeceu; e ele, na qualidade de mestre, repeliu-o. Também, nesse caso, a questão da diferença de nacionalidade parece não ser primordial. A essência da questão residia na disciplina requerida para o trabalho e na necessidade de sujeição às normas.

Não se tratava de uma disciplina totalmente impessoal que determinava a máxima utilização do tempo, típica de uma instituição fabril. Ponta d’Areia possuía a organização do trabalho de uma manufatura combinada em que predominava a cooperação no trabalho manufatureiro. Mas, de todos os modos, também na manufatura existia a hierarquização do mundo do trabalho, ou seja, a sujeição às ordens dos superiores, além do ritmo ditado pelo mestre da oficina, que poderiam desencadear conflitos, como de fato ocorreu.⁶⁰

O Barão de Mauá recorreu à utilização de trabalhadores chineses para o trabalho industrial, conforme informa o *Relatório de Presidente da Província* para o ano de 1857: “É de observar que, dos 40 chins que vierão para o estabelecimento, existem presentemente 10, destes sómente 2 são considerados bons trabalhadores”⁶¹ Em 1861, o mapa de trabalhadores da empresa mostrava que restava apenas 1 chinês que exercia a função de servente no estabelecimento.⁶²

O *Jornal do Commercio* registrava debates sobre a possibilidade da imigração asiática, já no ano de 1856 com vistas ao trabalho na lavoura de café. A questão em debate era a escassez de braços, devido ao fim do tráfico de escravos e os altos preços da mão-de-obra escrava. Muito se discutia sobre as vantagens dos “chins”. Enquanto alguns diziam que

⁵⁹ JORNAL do Commercio, Rio de Janeiro 19 de out. de 1860. p.2

⁶⁰ Sobre a organização do trabalho fabril e à disciplina nas fábricas, ver. THOMPSON, E. P. . *Tradición, Revuelta y Consciência de clase*. 3ª ed. Barcelona, Crítica, 1989.

⁶¹ SILVA, João Manuel Pereira da. *Relatório apresentado pelo vice-presidente da Província do Rio de Janeiro à Assembléia Legislativa na 2ª sessão da 12ª Legislatura*. Rio de Janeiro...,op.cit.,p.61.

⁶² CUNHA, Luiz Fernandes da. *Relatório geral da exposição nacional de 1861, publicados por deliberação da comissão directora por seu secretário...*,op.cit., p.89.

tendiam “à indolência”, outros os consideravam mais submissos do que os europeus e “menos reflexivos e menos ambiciosos” de lucros:

Ora, para manter por algum tempo condições actuais de propriedade e trabalho, cumpre achar homens de uma raça menos ardente, nas suas ambições, mais submissa, mais parca do que a europeia; a raça asiática; e nella a chinesa offerece esses homens; porque não os aproveitar?⁶³

O Barão de Mauá se mostrou bastante inovador, já que pensava em utilizar essa mão-de-obra para suprir a demanda de braços em seu estabelecimento industrial, enquanto que a discussão, todavia, girava em torno da utilização dos chineses na lavoura. O rotundo fracasso na experiência (em 1861 restava apenas 1 trabalhador chinês) revela que também “os chins” apresentaram resistência às relações hierarquizadas de trabalho nas oficinas da manufatura. Tal resistência se manifestou na não adaptação, talvez proposital, ao esquema de trabalho na organização manufatureira. Por isso, a empresa informou que eram maus trabalhadores.

O emprego de homens pobres livres e aprendizes, ambos de nacionalidade brasileira, constituiu outra alternativa de utilização de mão-de-obra em Ponta d’Areia. Em estabelecimentos dirigidos pelo Estado Imperial, como o Arsenal da Marinha, Fábrica de Pólvora e Ministério de Guerra, há registros sobre o emprego do trabalho de menores. Chama a atenção que um empreendimento particular também o tenha feito com menores brasileiros e livres. Cabe enfatizar, que também essa modalidade de mão-de-obra tornou-se recorrente após 1850, com a abolição do tráfico de escravos. Nas oficinas do Estado, os menores eram recrutados dentre os órfãos. Talvez, em Ponta d’Areia também o fossem, porém alguns não eram órfãos. A utilização dos aprendizes significou uma mão-de-obra que paulatinamente se qualificava, algo vantajoso e conveniente para a época. Além disso, segundo Sousa, os aprendizes poderiam ser mais facilmente moldáveis em termos de disciplina e moral.⁶⁴ O Relatório da Empresa em 1856, afirmava:

Com prazer, vos anunciamos ainda que o número de trabalhadores livres se contão acima de 200 brasileiros, pela maior parte jovens, que ali têm aprendido e aprendem diversos ofícios e delles tirão subsistência para si e para sua família.⁶⁵

Os aprendizes eram necessários se considerada também a dificuldade de recrutar brasileiros livres para o trabalho manual. Os viajantes retrataram a aversão de alguns ante esse tipo de trabalho. O trabalho manual, por essa época, carregava ainda a conotação ideológica

⁶³ JORNAL do Commercio, 5 abr.de 1856, p.3.

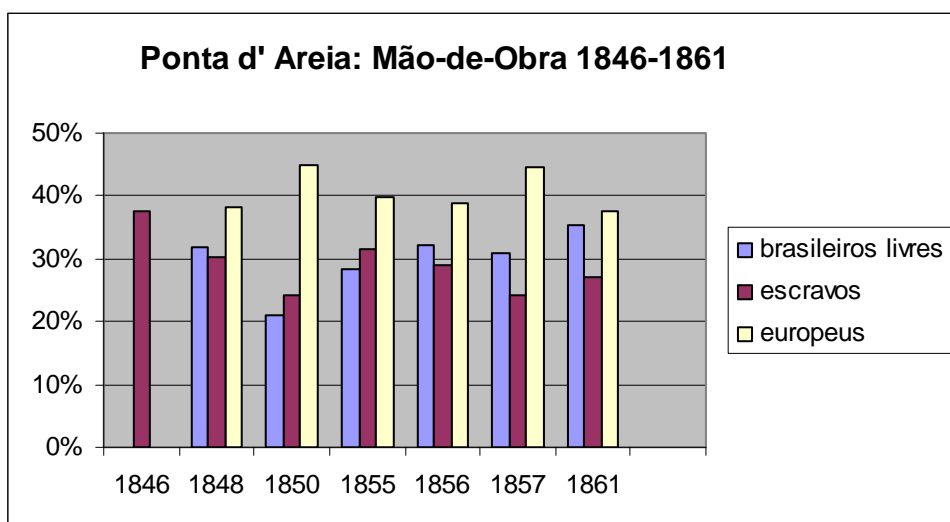
⁶⁴ SOUSA, Jorge Prata de. *A Mão-de-obra de Menores: Escravos, Libertos e Livres nas Instituições do Império*. In: _____. (org.) *Escravidão: Ofícios e Liberdade*. Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro-APERJ, 1998. p.40.

⁶⁵ Ver JORNAL do Commercio 01 de jan. de 1856.

da escravidão. Jean Baptiste Debret retratou exclusivamente os cativos desempenhando o ofício de sapateiro, e mesmo, carregar pacotes na rua era considerado algo desprezível. ⁶⁶ Luiz Carlos Soares assinalou que os indivíduos livres pertencentes às classe médias, sem grandes posses, tendiam a buscar emprego no funcionalismo público. ⁶⁷

Em Ponta d'Areia embora já existissem brasileiros livres e aprendizes mesmo antes de 1850, verificando-se um crescimento da mão-de-obra nacional, depois desse ano. Sendo que para o ano de 1861, um dos últimos anos do empreendimento que já estava em decadência, o número de trabalhadores brasileiros e livres era de 132, contra 141 europeus e 101 escravos. ⁶⁸

Gráfico 8:



Fonte: ARQUIVO NACIONAL *Junta de Comércio Agricultura Fábricas e Navegação*. Registro de Provisões de Matrículas de Fábricas. ...,op.cit.; BIBLIOTECA NACIONAL *Balanço do Estabelecimento Ponta d'Arêa para o ano de 1856*. ...,op.cit.; BIBLIOTECA NACIONAL. *Mappa Demonstrativo do Pessoal Empregado na Ponta d'Arêa, 24 de julho de 1848*..., op.cit.; CUNHA, Luiz Fernandes da. *Relatório geral da exposição nacional de 1861, publicados por deliberação da comissão directora por seu secretário*.Rio de Janeiro, Typografia do Diário do Rio de Janeiro,1862. p.89; FARO, João Pereira Darrigue. *Relatório do Vice Presidente da Província do Rio de Janeiro apresentado à Assembléia Provincial no dia no dia 1º de março de 1850*...,op.cit.; INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Descrição dos Estabelecimentos Fabris Existentes na Imperial Cidade de Nicteroy*...,op.cit.;SILVA, Pereira da. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da província do Rio de Janeiro na 2ª sessão da 12ª legislatura pelo Vice-presidente*...,op.cit.

A abolição do Tráfico africano e o conseqüente tráfico intra e inter provincial , bem como a Lei de Terras, explicam o incremento da mão-de-obra nacional e livre em Ponta d'Areia. .A Lei de Terras embora aprovada no ano de 1850, teve suas origens mais remotas

⁶⁶ DEBRET, Jean Baptiste, *Viagem Pitoresca e ao Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1954. pranchas 18 e 29.pp.171-173 e 206-207.

⁶⁷ SOARES, Luiz Carlos. *Urban Slavery in Nineteenth Century Rio de Janeiro*..., op.cit. p.185

⁶⁸ SILVA, Pereira da. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da província do Rio de Janeiro na 2ª sessão da 12ª legislatura pelo Vice-presidente*...,op.cit.

no ano de 1842, segundo Eulália Lobo. Por essa ocasião Bernardo Pereira de Vasconcelos e José Cesário de Miranda Ribeiro enviaram um projeto para a Câmara dos Deputados a fim de:

estabelecer a propriedade privada, a proibição de doação de terra, e obrigatoriedade da compra à vista em hasta pública por preço que seria, em princípio sobre estimado a fim de dificultar o acesso à terra ao imigrante e desse forma ampliar a oferta de mão-de-obra para a cafeicultura⁶⁹

Tratava-se de uma providência para controlar o acesso à terra e liberar mão-de-obra, obrigando muitos imigrantes a conservarem-se como trabalhadores assalariados na lavoura. Porém, aqueles que não podiam comprar terra, não aceitaram tal sujeição e tornaram-se trabalhadores urbanos nas. O mesmo se aplica às chamadas “classes mais pobres brasileiras”, que não podendo comprar terras permaneceram nas cidades e incrementaram a economia urbana principalmente nos finais da década de 1850.

Quanto ao à lei Eusébio de Queiroz, além de elevar os preços dos escravos, conforme já comentamos, promoveu o tráfico em suas diversas modalidades. Ismênia de Lima Martins, analisando a questão do tráfico intra-provincial em alguns municípios fluminenses como Parati, Mangaratiba e Angra, percebeu que eles tiveram, no decorrer de 1840-1878, o número total de seus escravos diminuído em até mais de 50% e que tentaram se abastecer através do tráfico dentro da própria província:

Não teria sentido uma província importadora de escravo, liberar os seus próprios estoques disponíveis de trabalho cativo e não absorve-los. Além disso os vendedores, desde que fossem bons os preços, teriam interesse em colocar os seus escravos nos mercados mais próximos eliminando assim custos de viagem ou risco de fuga.⁷⁰

Acreditamos que há uma lógica entre o deslocamento de escravos entre as províncias ou mesmo entre áreas da província, que proporcionou a maior entrada de trabalhadores brasileiros livres no mercado urbano. Os números em Ponta d’Areia indicam isso.

3.4-Considerações Finais sobre a Oscilação de Mão-de-obra Escrava e Livre no Estabelecimento de Fundição e Máquinas de Ponta d’ Areia.

Escravos de aluguel, escravos do estabelecimento e imigrantes portugueses, ingleses, alemães e até mesmo suíços formavam o quadro de trabalhadores. De modo geral, o número total de trabalhadores no estabelecimento obteve notável acréscimo entre os anos de 1848 e

⁶⁹ LOBO, Eulália Maria L. *História Político-Administrativa da Agricultura Brasileira 1808-1889*. s.n.t. p.118.

⁷⁰ MARTINS, Ismênia Lima. *Os Problemas de Mão-de-Obra da Grande Lavoura Fluminense. O Tráfico Intra-Provincial*. s.n.t. pp 195-196.

1857. Em 1848, havia 369 trabalhadores livres somando-se os brasileiros e estrangeiros e 121 escravos, enquanto que em 1857 o número de livres era 505 e o de escravos era 162, considerados escravos de terceiros e escravos do estabelecimento. Os anos de 1848 e 1857 são importantes, no sentido de que correspondem à época em que o estabelecimento recebeu os empréstimos do Governo Imperial, cada um no valor de 300.000\$000. De fato, o acréscimo no número total de trabalhadores, nessas datas, reflete o impulso recebido pela empresa.

Tabela 7: MÃO-DE-OBRA LIVRE E ESCRAVA NO ESTABELECIMENTO PONTA D’AREIA (1846-1862)⁷¹

Ano	Trabalhadores Livres	Trabalhadores Escravos	Total
1846 (agosto)	122	73	195
1848 (dezembro)	343	148	491
1850	265	85	350
1855	281	130	411
1856	441	181	622
1857	505	162	667
1862	273	101	374

Entre o intervalo 1848 – 1855 verifica-se um decréscimo no total de trabalhadores do empreendimento, provavelmente devido à febre amarela e à cólera que atingiram o estabelecimento e ao deslocamento de mão-de-obra não só escrava para as áreas rurais devido à valorização dos preços dos cativos e intenção dos senhores em vendê-los para os proprietários rurais, depois de 1850. Sobre o surto de cólera há uma informação sutil tratando da influência da moléstia no andamento do estabelecimento industrial: “a enfermidade começou sua marcha pela Cadeia da Armação, pelo estabelecimento da Ponta d’Areia fazendo muitas vítimas dentre os trabalhadores, e pelas imediações desses lugares (...)”⁷². Nota-se que o decréscimo é bem mais insignificante, quando considerada a mão-de-obra escrava. Ao contrário de outros estabelecimentos que experimentaram uma brusca diminuição no emprego do trabalho escravo a partir de 1850⁷³, Ponta d’Areia demonstrou uma leve tendência ao crescimento na utilização desse tipo de mão-de-obra. Supomos que o fato pode

⁷¹ Os dados relativos à mão de obra em Ponta d’Areia utilizados para a construção da tabela foram extraídos das mesmas fontes consultadas para a construção do Gráfico 8 na página 108.

⁷² Fala do médico e conselheiro João Fernandes Tavares sobre os óbitos ocorridos em Niterói em decorrência da doença, recolhida em : CASADEI, Thalita de Oliveira. *A Imperial Cidade de Niteroy...*, op.cit.,p.307.

⁷³ Eram 85 os escravos pertencentes ao Estabelecimento e 53 os escravos alugados em 1855. Cf. *Descrição dos Estabelecimentos Fabris existentes na Imperial Cidade de Nychteroy...* op.cit.

ser em parte explicado-considerando que o estaleiro dependia mais de seus próprios escravos do que de escravos alugados de particulares.⁷⁴ Uma vez que feito o seguro dos escravos pertencentes ao estabelecimento, o Barão de Mauá optou por não vendê-los, apesar da crescente valorização desse tipo de mão-de-obra, depois de 1850.

É possível notar, que o emprego de mão-de-obra brasileira e livre engrossou os quadros do estabelecimento, adentrando a década de 50. Em 1856, dos 441 trabalhadores livres, 200 eram brasileiros, ou seja, quase a metade. Em 1862, dos 273 trabalhadores livres 132 eram brasileiros. Destes, muitos eram aprendizes. Se na primeira metade do século XIX o trabalho braçal e mecânico era visto com desdém pelos brasileiros, o quadro inverteu-se, depois de 1850. Tendo em vista o deslocamento de escravos para as fazendas cafeeiras, o Governo Imperial incentivou a formação de aprendizes em suas “fábricas” e passou a atribuir um melhor status a esse tipo de ocupação. Assim também, o fez Mauá.

O intervalo 1857-1862 denota um decréscimo do número total de trabalhadores. A situação é explicável à luz da Legislação de 1857 e 1860 e após o incêndio de 1857 que destruiu os moldes da manufatura. O Decreto n.1914, de 28 de março de 1857 determinou o aumento dos direitos sob importação de matéria-prima. A Tarifa Silva Ferraz de 1860 (que confirmava a cobrança de taxas adicionais variáveis sobre o valor de artigos importados, de acordo com a qualidade e direitos), bem como as cobranças do novo Gabinete Liberal acerca dos empréstimos cedidos na época do Gabinete Conservador, marcaram a decadência do estabelecimento de Ponta d’Areia, bem como a respectiva diminuição da mão-de-obra e a capacidade produtiva e produção em geral.

A epidemia de cólera-morbus, O Gabinete Conservador, a Lei de Terras, A Lei Eusébio de Queirós, constituíram os principais fatores quer explicam a dinâmica de mão-de-obra e força produtiva no Estabelecimento de Fundição e Máquinas de Ponta d’Areia durante sua existência sob a direção de Irineu Evangelista de Sousa.

⁷⁴ Eram 85 os escravos pertencentes ao Estabelecimento e 53 os escravos alugados em 1855. Cf. *Descrição dos Estabelecimentos Fabris existentes na Imperial Cidade de Nychteroy...* op.cit.

Conclusão

Ponta d'Areia, conforme comprova nossa investigação, constituiu um empreendimento de grande vulto durante o II Reinado diferenciando-se consideravelmente de outros estabelecimentos industriais do período tratado. A considerável circulação de capitais, bem como o montante e a diversificação de mão-de-obra empregada tornaram-na o único empreendimento de âmbito privado de tal magnitude. Considerando-se a Província do Rio de Janeiro, somente o Arsenal da Marinha, estabelecimento estatal, superou a empresa do Barão de Mauá.

A dinâmica de capitais deve necessariamente ser explicada, primeiramente, à luz da proteção direta com o auxílio de subvenções dos próprios cofres governamentais. Deu-se através de dois empréstimos nos anos 1848 e 1857, respectivamente. Cada um deles no valor de 300.000\$000, totalizando 600.000\$000. Se considerados outros valores da época, a circunstância certamente não passa despercebida. Em 1850, por exemplo, uma manufatura de sapatos que empregava 120 operários e dispunha de máquinas tinha um capital de 100.000\$000.¹ O capital cedido pelo governo a Ponta d'Areia, somente através da concessão de empréstimos, superou em pelo menos três vezes o capital inicial de outras empresas de Fundição e Máquinas contemporâneas. O setor de fundição e máquinas foi considerado por Eulália Lobo como um dos ramos industriais mais desenvolvidos dos anos quarenta e cinquenta. Segundo a autora, os estabelecimentos de maior vulto tiveram de 100.000\$000 a 200.000\$000 de capital inicial.² A comparação também pode ser feita com a *Cia. de Luz Steárica*, adquirida no início da década de cinquenta pelo mesmo Barão de Mauá. Em 1857, a produção anual da empresa perfazia 520.000\$000, constituindo, portanto, um valor inferior aos empréstimos disponibilizados pelo Estado Imperial à Ponta d'Areia.³

A dinâmica de capitais em Ponta d'Areia é um tanto quanto peculiar no sentido em que o estabelecimento prestava serviços para outros empreendimentos do Estado e também para particulares como demonstramos no Capítulo 2. Ponta d'Areia alimentou outros negócios do próprio Barão de Mauá, como a Companhia de Reboques do Rio Grande do Sul e a Companhia a Gás do Rio de Janeiro. Sem dúvida, através de seus serviços de fornecimento de canos para o encanamento dos rios Maracanã e Andaray-Grande, e para a iluminação de

¹ Cf. LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*..., op.cit., p.173.

² Idem, ibidem, p.174.

³ SIQUEIRA, José Jorge. *Contribuição ao Estudo do Escravidismo Colonial para o Capitalismo Urbano-Industrial no Rio de Janeiro: a Companhia Luz Steárica (1854-1898)*. ..., op.cit., p. 91.

Nicteroy, ou ainda na fabricação dos trilhos para a Ferrovia como a D. Pedro II, entre muitos outros, o estabelecimento teve participação relevante no processo de urbanização da Corte e da Província do Rio de Janeiro.

No entanto, Ponta d'Areia não constituiu uma empresa tipicamente capitalista. Em primeiro lugar, é necessário evitar algumas confusões surgidas a raiz das biografias ufanistas do Barão de Mauá. A primeira delas é classificar o estabelecimento como capitalista porque se organizou como uma empresa de capitais abertos a partir de 1854. As poucas sociedades anônimas surgidas no II Reinado, à sombra do Código Comercial de 1850, apareceram como uma solução para capturar capitais anteriormente investidos no tráfico de escravos e preservar grande margem de segurança para os sócios majoritários. Como já mencionamos, Irineu Evangelista de Sousa foi bastante prudente ao organizar Ponta d'Areia como uma Sociedade Anônima, pois continuou fazendo cabeça na qualidade de Presidente Executivo, detendo a maioria das ações. Na medida em que vendeu ações, protegeu seu capital, que pode, então, ser liberado para outros negócios em outros ramos que não o industrial.

De acordo com nossa investigação, concluímos que a o modo mais preciso para retratar a realidade da empresa é estabelecer sua conexão com uma fração do capital comercial. O capital inicialmente aplicado no negócio provinha das atividades comerciais de Irineu Evangelista de Sousa. Como já foi comentado, ele inciou suas atividades como comerciante e esta foi a sua ocupação muito antes de tornar-se industrial e mesmo banqueiro. Como outros comerciantes contemporâneos à Lei Alves Branco em 1844, Mauá viu na criação de um empreendimento manufatureiro de maior porte uma alternativa a mais de ganho. Além disso, utilizou-se de sua condição de negociante e banqueiro, de seus conhecimentos e relações inter-pessoais para se lançar no ramo industrial e conseguir benesses. Ademais, o Estado Brasileiro, que lhe concedeu tais favores durante a existência de Ponta d'Areia, era de cunho escravista, pois era sustentado primordialmente pela cafeicultura fundamentada no braço escravo. Logo, o capital advindo de empréstimos e subvenções teve sua origem na agricultura escravista.

Uma unidade industrial tipicamente capitalista é a fábrica mecanizada. Assim concebemos nosso referencial teórico. Do ponto de vista da organização do trabalho, Ponta d'Areia foi uma manufatura homogênea ou combinada. Suas diversas oficinas funcionaram de modo integrado e houve a chamada cooperação pela qual diversos trabalhadores desenvolveram tarefas especializadas e específicas. A fábrica capitalista não existiu, pois as oficinas não chegaram a adquirir unidade técnica. Em realidade, antes dos anos de 1880, dentre as manufaturas que nós e outros investigamos em seus trabalhos, nenhuma pode ser

considerada uma fábrica mecanizada, e, fazer tal afirmação seria anacronismo. Por outro lado, existiram outras manufaturas combinadas antes de Ponta d'Areia, esse foi o caso da Fábrica de Ferro de Ipanema, do Arsenal de Guerra e dos estabelecimentos em Minas Gerais, como a Fábrica Monlevade. Daí, ressaltamos que seria um erro atribuir um carácter de exclusividade ao empreendimento de Mauá na formação social do sudeste. Todos esses empreendimentos, incluindo a Ponta d'Areia estiveram ligados direta ou indiretamente ao Estado Imperial sustentado pela agricultura escravista, porque aqueles que não eram de propriedade do Estado, ou receberam subsídios deste (Ponta d'Areia), ou organizaram-se como rufo-fábricas existentes no interior das fazendas escravistas (Monlevade). Nenhum deles foi totalmente independente do Estado Escravista em termos de capital, finalidade ou organização do trabalho.

O último motivo que impede que Ponta d'Areia seja classificada como empreendimento capitalista é a configuração da mão-de-obra. Ainda que predominasse o trabalho assalariado, o trabalho escravo foi uma realidade presente durante todo tempo de existência do estabelecimento. Os escravos do estaleiro apareciam nos balanços na parte dos Ativos e estavam assegurados. Logo, não há dúvida de que eram propriedade. No caso dos escravos ao ganho, eles permitiam uma dinâmica de capitais, pois recebiam uma remuneração que era entregue ao dono, mas essa não é uma aceção teórica correta de salário. O salário como tal consiste na venda da própria força de trabalho por parte daquele que é livre, por isso ele pode usufruí-la como bem entende e se apossa do dinheiro pago por essa venda. Nesse ponto, a dissertação conferiu certa clareza à idéia de que o trabalho escravo era compatível com a especialização na realização de ofícios, no período em que a exploração do trabalho escravo em atividades urbana era o meio de sobrevivência de muitos homens livres. O escravismo industrial proporcionou ganho e circulação de capital e constituiu algo vantajoso para o próprio Barão de Mauá, que contava com um grupo de escravos permanente em seu estabelecimento industrial e que, por estarem treinados para a realização de ofícios, eram muito eficazes na execução das tarefas que a eles lhes competia. Em sua Autobiografia, repetia as palavras de Bernardo Pereira de Vasconcelos: “A Civilização vem da África!”⁴ Acrescentava, ainda que do braço africano “vinha a produção que, convertida em riqueza, determinava o progresso e a civilização de nossa pátria.”⁵ Embora, estivesse referindo-se especialmente à agricultura, essas palavras não deixam de ser significativas. Por volta dos anos de 1870, quando Ponta d'Areia já falira, Mauá defendeu abertamente o trabalho

⁴ MAUÁ, Visconde de. *Autobiografia...*, op.cit., p.217.

⁵ Idem, *ibidem*.

assalariado e livre. Tal tendência foi comum nesse período, verificável também nos Congressos Agrícolas, onde os cafeicultores discutiam a problemática da escassez do braço escravo. Seria um erro, a partir dessa informação, considerar o Barão de Mauá como um abolicionista. A própria história de Ponta d'Areia demonstra o contrário. Em 1876, referindo-se á experiência de outros países que substituíram a mão-de-obra africana pela asiática e livre, afirmou: “inclusive as próprias colonias das Antilhas substituirão no fim de 15 anos o braço do preto indolente pelo indiano, que representa trabalho mais efficaz.”⁶

Na medida em que existiu o devido controle e hierarquização do mundo do trabalho, por meio de feitores e mestres, respectivamente, o uso da mão-de-obra escrava não foi um problema, tampouco o foi a convivência com os trabalhadores livres brasileiros e estrangeiros. Conforme o comentado no capítulo 3, a única paralisação de escravos ocorrida, aquela em que eles pediam a cessação dos castigos corporais, foi rapidamente dissolvida com a chegada das forças policiais. Logo 1, os mecanismos de negociação em Ponta d'Areia resultaram ineficazes, o que nos permite afirmar a inexistência da própria ação de negociação. Já, o uso da mão-de-obra livre foi muito conveniente, principalmente depois de 1850, com a abolição do tráfico e a Lei de Terras. Verificou-se uma relação de complementariedade entre mão-de-obra escrava e livre. Ponta d'Areia crescia, e, sem se desfazer do trabalho escravo, ampliava a utilização da mão-de-obra assalariada. A conjuntura da década de 1850, bem como o aumento da produção requisitaram a mão-de-obra livre que tornou-se fundamental para a lucratividade do estabelecimento. Os trabalhadores livres brasileiros ou estrangeiros também foram mantidos sob controle de rígida disciplina, na medida em que mestres de oficina e engenheiros resolviam quaisquer problemas de conflitos. .

Foi notável, o desenvolvimento de Ponta d'Areia dentro do marco escravista de sua época. O estabelecimento industrial de Irineu Evangelista de Sousa se adequou ao tecido social do sudeste e sua razão de existir, como tantos outros, residiu na Lei Alves Branco, na Lei Eusébio de Queirós e no Código Comercial de 1850. Em Ponta d'Areia confirmam-se os dados já verificados para a Imperial Cidade de Niteroy, como a predominância de um contingente de escravos nascidos na África do sexo masculino.⁷ Porém, a diferença inegável e que salta aos olhos foi a combinação de favores recebidos pelo Estabelecimnto de Fundação e

⁶ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Projeto do Barão de Mauá para a Imigração de Coolies*. 12 out. 1876. s.n.t. p.7. Lata 514-pasta 6.

⁷ As informações fornecidas pelo Archivo Estatístico em 1850 para Niterói coincidem com o quadro de trabalhadores de Ponta d'Areia no que diz respeito à tendência a masculinidade e nacionalidade africana dos cativos. Cf. ARCHIVO Estatístico da Província do Rio de Janeiro. ..., op.cit. Mapas A e B; *Mappa Demonstrativo do Pessoal Empregado na Ponta d'Arêa, 24 de julho de 1848*...., op.cit.; *Descrição dos Estabelecimentos Fabris Existentes na Imperial Cidade de Nicteroy*...., op.cit.

Máquinas de Ponta d'Areia e o montante de capital que circulou na empresa, via empréstimos, subsídios e encomendas estatais. Tratou-se de um caso único até os anos de 1860, no Brasil Imperial, considerando-se estabelecimentos industriais. Não só no Brasil: Ponta d'Areia foi o maior estabelecimento industrial da América Latina, em seu tempo. Único também foi a combinação do trabalho escravo com o trabalho assalariado, as modalidades de escravidão e a diversidade de procedência dos trabalhadores livres em um mesmo estabelecimento.

Concluimos que certa especificidade deveu-se ao senso de oportunidade do Barão de Mauá que se beneficiou da conjuntura da época, pleiteando favores do Governo e conectando-se de modo indissociável ao Gabinete Conservador, no Tempo Saquarema. Foi graças ao Gabinete de 29 de setembro de 1848, que Ponta d'Areia recebeu o dinheiro atrasado referente à encomenda de tubos para os serviços no Rio Maracanã, os empréstimos citados, além de várias encomendas governamentais que tratamos ao longo da dissertação. Através da documentação da Junta Comercial, no Capítulo I, discutimos quão pouco objetivos eram os critérios para a classificação de um estabelecimento como “fábrica em ponto grande” e daí o quão arbitrária era a concessão de benesses governamentais como empréstimos e subvenções. Nos Capítulos 2 e 3, demonstramos que o Estado não levou em conta a legislação que proibia a concessão de ajudas estatais a estabelecimentos industriais que empregassem o braço escravo quando teve que lidar com o caso de Ponta d'Areia. Defendemos, deste modo, a inserção do Barão de Mauá no bloco de poder, cujo núcleo dirigente, era, em sua essência, formado por proprietários de terras e escravos, mas que incorporou também comerciantes e indivíduos ligados aos setores secundários e terciários da economia, que cooperaram para a realização do Projeto Civilizador dos Saquaremas, difusores dos ideais de “Ordem e Civilização”.⁸

O grupo dirigente, formado entre outros por Monte Alegre, amigo público e particular do Barão de Mauá, estimulou com algumas medidas concretas o crescimento manufatureiro de Ponta d'Areia. Se bem que, em termos legais, mesmo antes da tomada de posse do Gabinete Conservador de 1848, as leis de 1844 e 1847, com fins orçamentários, acidentalmente, estimularam a prática industrial no Brasil. Porém esse incentivo se deu sempre nos marcos da economia cafeeira e foi limitado. As Leis de 1857 e 1860, marcaram a volta dos Liberais ao poder e retiraram os benefícios concedidos à Ponta d'Areia. No entanto,

⁸ O ideal de Civilização era entendido como o progresso e o ideal de Ordem era entendido como a garantia da reprodução das relações do Império Brasileiro com um mundo exterior que era capitalista e civilizado.- Nota-se que o Império Brasileiro, por sua vez, configurou-se através da prática escravista.. Cf. MATTOS, Ilmar. *O Tempo Saquarema...*, op.cit., pp.267-268.

o que tais medidas legais deixaram bem claro foi que, independentemente do Gabinete, a prioridade econômica do Estado Imperial Brasileiro era a agro-exportação. As demais atividades econômicas ganharam relevância na medida que proporcionaram um capital adicional ao bloco de poder que dirigia o Império, mas, jamais puderam ameaçar o setor primário da economia.

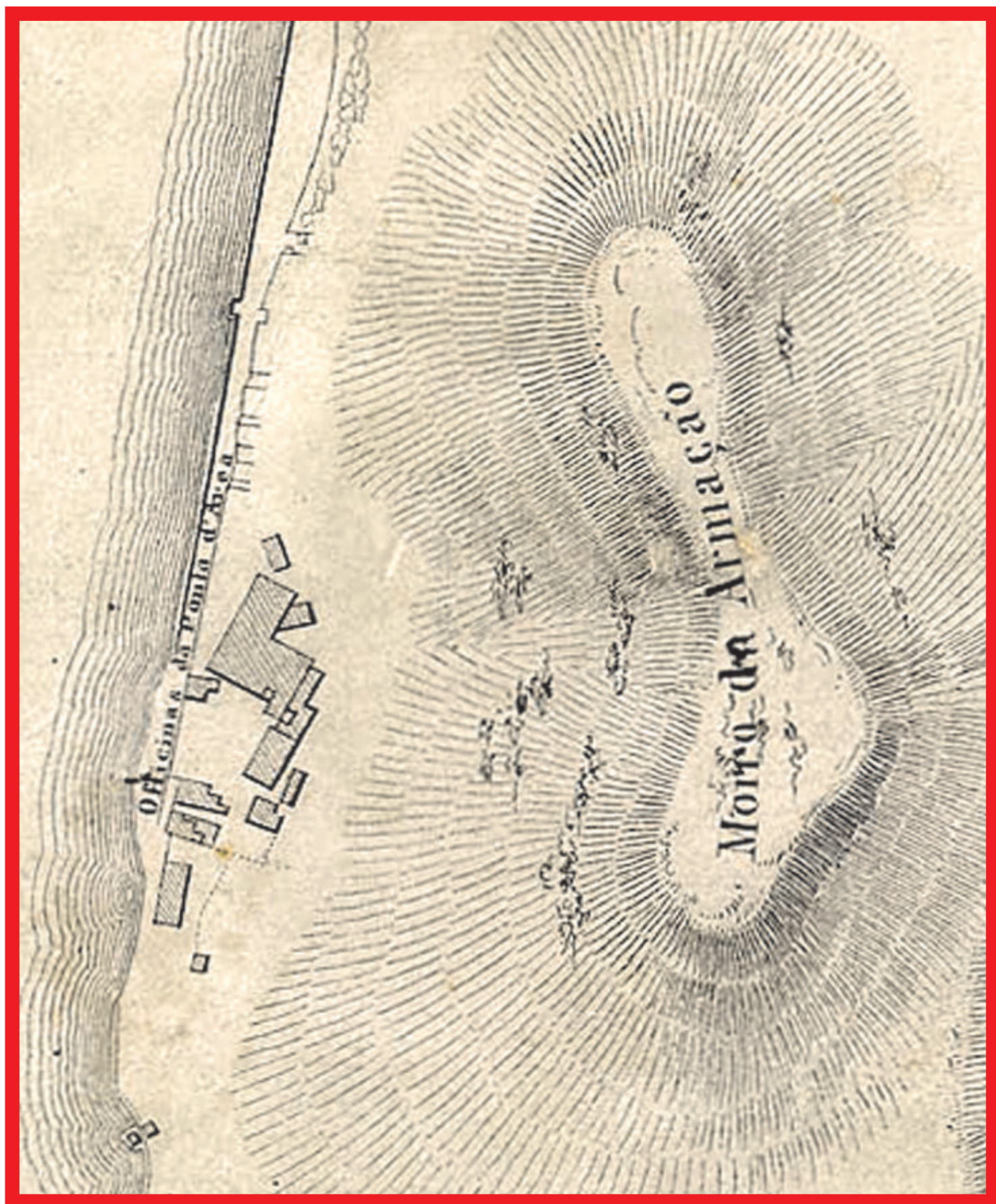
Anexo I. Demonstração do Estado do Estaleiro de Ponta D'Arêa em 31 de março de 1848

Credores		Devedores	
Irineu Evangelista de Souza – conta de capital	200:000\$000	Trens & Edifícios – a saber Telheiros Grandes da Fundação Casas Grandes do risco e meira dos operários	148:000\$000
O mesmo consta de suprimentos	353:918\$520	Casa dos Escravos	
O governo imperial – dinheiro recebido por conta do vapor encomendado	23:333\$333	Casa do Escritório e armazém Telheiros de Combustível Officina de Fundação de Bronze	
Companhia de Reboques do Rio Grande – dinheiro recebido pelo barco e machinismo	90:000\$000	Dita de galvanização	
Diversos Credores (incluindo direitos recebidos por conta de obras em construção)	244:528\$598	Casa de Enfermaria Officina Nova dos Ferreiros 98 braços de terreno, caes	
		Madeiras existentes	58:340\$000
		Escravos 121	72:600\$000
		Machinismos do Estabelecimento inclusive machina a vapor, torno, moldes, saveiros	110:846\$000
		Ferro em giza existente	21:846\$000
		Materiais existentes nos armazéns – cobre e ferro, bronze, chapas para caldeiras	27:984\$000
		Caldeiras em construção e outras obras nesta officina	36:890\$720
		Embarcações em construção a saber	
		Vapor Paquete do Sul	58:920\$500
		do Rio Grande (rebocador)	34:098\$220
		Brigue Escuna = Côndor	12:820\$000
		Escuna	3:620\$000
		Vapor Restauração	10:820\$000
		Vapor São Domingos	14:135\$500
		Machinismo de escavação para Magé	14:120\$830
		Vapor do Governo (remessa para o machinismo)	156:982\$960
		Remessas para Inglaterra (provavelmente matéria prima)	28:800\$000
		Obras existentes no depósito da cidade	54:896\$511
		Ditas na Ponta D'Areia (inclusive canos para o Maracanã não entregues)	36:920\$000
		Governo Imperial (contas de canos não pagas)	40:596\$000
		Devedores Geraes	77:516\$000
		Dinheiro existente em caixa	75:689\$610
			38:597\$840
			4:820\$290
TOTAL	913:780\$451	TOTAL	913:780\$451

Anexo II - Planta da Cidade de Nicteroy - Capital da Provincia do Rio de Janeiro



Anexo III - Detalhe: Oficinas de Ponta da Areia e Morro da Armação



Anexo IV - Mappa Demonstrativo do Pessoal Empregado no Estabelecimento Ponta d'Areia - 1848

Ocupações	ingleses	franceses	alemães	espanhóis	portugueses	brasileiros	aprendizes brasileiros	serventes brasileiros	escravos	total
Fundidores de Ferro	13		6		7	5	12	14	18	75
Maquinistas	11	4	3	1	14	12	8		12	65
Modeladores	4	2				4	3		4	17
Caldereiros	15				6	8	9	10	15	63
Ferreiros	5				4	7			8	24
Operários de Galvanismo		1	2	2	3	2	4		5	19
Fundidores de Bronze					2	3	2		2	9
Carpinteiros de Estalagem					56	21	8		16	101
Carpinteiros de Obras Brancas			3		4	11				18
Calafates					7	5	3		7	22
Pedreiros e carpinteiros auxiliares									34	34
Escravos serventes									27	27
Engenheiros com mestres de oficinas	10				1					11
Caixeiros			1			5				6
Total	58	7	15	3	104	83	49	24	148	491
Brasileiros	31,77%									
Estrangeiros	38,09%									
Escravos	30,14%									
					Inglese	58				
					Franceses	7				
Brasileiros Oficiais		83			Alemães	15				
.." Aprendizes		49			Portugueses	104				
Serventes		24			Espanhóis	3				
		156	31,77%			187	38,09%			
					Escravos oficiais	121				
					Serventes	27				
						148	30,14%			

Anexo V - Mappa Demonstrativo de Operários Ocupados no Estabelecimento da Ponta d'Areia - 1855

officinas	classes	nacionalidades									escravos		soma	total
		brasileiros	portugueses	ingleses	franceses	belgas	suíços	hispanhóis	hambur gueses	alemães	do estabeleci mento	particulares		
Engenheiros do estabelecimento	mestre			1									1	
	operário												0	1
Maquinistas	mestre		1										1	
	operário	31	17	8	5	2	1	1	1		3		69	70
Modeladores	mestre			1									1	
	operário	3	1	2							2		8	9
Malhadores	mestre			1									1	
	operário	35	16	3						5	22	3	84	85
Caldereiros	mestre			1									1	
	operário	12	23	5	1		2				22	1	66	67
Carpinteiros	mestre		1										1	
	operário	25	38		2					1	20	30	116	117
Calafates	mestre		1										1	
	operário	5	4										9	10
Feitores			2											2
Enfermeiros			1											1
Serventes											16	7		23
Ferreiros		1	13	2								4		20
Empregados em armazéns e depósitos		5	1											6
total		117	119	24	8	2	3	1	1	6	85	45		411

Fonte: INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DO BRASIL. *Descrição dos Estabelecimentos Fabris Existentes na Imperial Cidade de Nychteroy*. Relatório do Capitão Engenheiro Antônio Pinto de Figueiredo Mendes Antas ao Cons. Luis Antônio Barbosa, presidente da Província do Rio de Janeiro. LATA 514-documento 11.

Fontes e Bibliografia

Manuscritas

ARQUIVO NACIONAL. *Contratos e Escrituras*. Lavrados em notas do Tabelião Fialho do Rio, Cartório do 3º ofício, desde 1848-1880.

_____. *Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Consulta do Tribunal da Junta, Requerida pela Regência em Nome do Rei por Portaria de 4 de novembro de 1837 e assinada por Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Seção de Documentação Histórica.

_____. *Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação: Documentação Relativa às Fábricas*. Seção de Documentação Histórica.

_____. *Junta de Comércio Agricultura Fábricas e Navegação*. Registro de Provisões de Matrículas de Fábricas. Códice 217, vol.2, 1842-1850. Seção de Guarda SDE, Código de Fundo 7X.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Esclarecimento sobre a situação da Ponta d'Arêa fornecido pela Comissão de Comércio e Indústria ao Governo Imperial sobre as condições da empresa*. Seção de Manuscritos, Documentos Biográficos.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Planta da Cidade de Nicteroy, Capital da Província do Rio de Janeiro 1858-1861*. Seção de Cartografia ARC. 14,4,35 fl.2.

_____. *Requerimentos encaminhados ao Ministro do Império mandando que se receba os tubos por ele produzidos em sua fábrica. 1847-1860*. Em anexo cinco listas dos tubos de ferro fornecidos para as obras do Rio Maracanã.

_____. *Requerimento ao Legislativo solicitando empréstimo em 1848, a fim de desenvolver a Ponta d'Areia*.

IHGB* . Correspondência Comercial Ativa do Barão de Mauá. 1860-1863.

_____. *Caderno com Anotações do Conselheiro Nabuco acerca da Falência de Bancos e Sociedades Anônimas*.

_____. *Correspondência Comercial do Barão de Mauá. Originais. 1850-1859*.

_____. *Descrição dos Estabelecimentos Fabris Existentes na Imperial Cidade de Nychteroy. Relatório do Capitão Engenheiro Antônio Pinto de Figueiredo Mendes Antas ao Cons. Luis. Antônio Barbosa, presidente da Província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 23 abr. 1855.

_____. *Documentos Relativos as Falências do Barão de Mauá. 1878-1879.2v*.

* IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

_____. *Projeto do Barão de Mauá para a Imigração de Coolies*. 12 out. 1876. s.n.t. p.7. Lata 514-pasta 6.

Impressas

ARQUIVO NACIONAL. *Decreto nº 971 de 24 de abril de 1852*. Concede Privilégios a Thomas B. Dogson para Construir Diques Flutuantes. Coleção Decretos do Executivo.

_____. *Decreto nº 506, de 23 de setembro de 1848*. Autoriza o pagamento dos tubos do Maracanã. Coleção Decretos e Leis, Rio de Janeiro, Arquivo.

_____. *Decreto nº 510, de 2 de outubro de 1848*. Concede Empréstimo à Ponta d'Área. Coleção Decretos e Leis, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.

_____. *Decreto nº 1.037, de 30 de agosto de 1852*. Concede a Mauá o privilégio de Navegação exclusiva por trinta anos no Rio Amazonas. Coleção Leis do Império, Rio de Janeiro, p.430.

_____. *Decreto nº 1.411, de 15 de julho de 1854*. Aprova os Estatutos da Companhia Ponta d'Areia Sociedade Anônima. Coleção Leis do Império, Rio de Janeiro, v.1, p. 258-262.

_____. *Decreto do Executivo nº 987, de 12 de junho de 1852*. Concede a Irineu Evangelista o privilégio exclusivo por dez anos para a navegação entre esta cidade e a ponta da praia do mar do município Estrela. Decretos do Executivo, Rio de Janeiro.

_____. *Decreto do Legislativo nº 933, de 26 de agosto de 1857*. Concede empréstimo à Companhia Ponta d'Areia. Coleção Decretos do Legislativo, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.

_____. Visconde de Mont' Alegre. *Relatório da Repartição de Negócios do Império apresentado à Assembléia Geral Legislativa na Primeira Sessão da 8ª legislatura*. Rio de Janeiro, 1850.

_____. Notícia da visita do imperador à Ponta d'Areia. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 1864.

BIBLIOTECA NACIONAL. Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Laemmert, para o anno de 1846. Rio de Janeiro, 1846.

_____. para os anos de 1847 a 1863.

_____. Companhia Ponta DA AREIA, *Balanços e relatórios relativos aos anos de 1848, 1855, 1860, 1861*.

_____. *Cópia do Contracto de 9 de junho de 1848 para o fornecimento de tubos do Andaray Grande*. Seção de Manuscritos, Documentos Biográficos

CONSTRUÇÃO do vapor Marquês de Olinda. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 19 mai., 1859.

IHGB. *Catálogo dos Productos Naturaes e Industriaes que Figurão na Exposição Nacional Inaugurada na Corte do Rio de Janeiro no dia 2 de dezembro de 1861*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1862.

INDICAÇÕES para a Localização de Oficinas e Fábricas na Província do Rio de Janeiro. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 5 abr. 1856. Gazetilha, p.2.

MUSEU IMPERIAL. *Inventário do Arquivo da Casa Imperial do Brasil (Castelo d'eu)* (pub. da Biblioteca Nacional – II Coleções), Rio de Janeiro, 1939. Ponta d'Areia 6.620. Petrópolis-RJ.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Propostas e Relatórios* para os anos de 1862 e 1863.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Propostas e Relatórios* para os anos de 1848 a 1862.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO. *Propostas e Relatórios* para os anos de 1833 a 1860.

PARECER sobre a Cia Ponta d'Arêa. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 15 de jun. 1858.

QUARTIM, Adriano de Souza. Mauá e o Estabelecimento Ponta da Areia. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 8 julh. 1928. s/n.

RIO DE JANEIRO (província). *Relatórios de Presidentes de Província* para os anos de 1846 a 1862.

SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL. *O Auxiliador*. Rio de Janeiro. 1833-1863.

VAPOR Marajó construído na Ponta d'Areia. *Jornal do Commercio*, 3 nov. 1852.

Eletrônicas

BRASIL. *Código Comercial do Império do Brazil*. Disponível em:
<http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=501245&seqTexto=1&PalavrasDestaque=código%20comercial>

BRASIL. *Relatórios do Ministério da Agricultura* para os anos de 1860-1862 Disponíveis em:
<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/minopen.html>

Bibliografia.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor Ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988

_____. Os Ofícios Urbanos e os Escravos ao Ganho no Rio de Janeiro Colonial. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1996. pp 196-211.

ANDRADE, Rômulo Garcia de. *Burocracia e Economia na Primeira Metade do séc. XIX (A Junta do Comércio e as Atividades Artesanais e Manufatureiras na Cidade do Rio de Janeiro: 1808-50)* Rio de Janeiro, 1980. Dissertação de Mestrado-Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense

BAETA, Nilton. *A indústria Siderúrgica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.

BESOUCHET, Lúcia. *Mauá e seu Tempo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1978.

BETHELL, Leslie. *A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil*. Tradução de Vera Lúcia Pedrosa. São Paulo: Ed. Expressão e Cultura, 1976,

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 5ª ed.. Tradução de Maria Manuel e Rui Gracio. Lisboa: Publicações Europa América, 1997.

BUESCO, Mircea. *Organização Administrativa do Ministério da Fazenda no Império*. Brasília: FUNCEP, 1984.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá Empresário do Império*. 15ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CAMEROM, Rondo. *História Econômica do Mundo*. Lisboa: Publ. Europa-América, 00. Trad. Isabel Veríssimo.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor. *Os métodos da História*. 3ª ed. São Paulo: Graal, 1990.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARNEIRO, Maria José. Descendentes de Suíços e Alemães de Nova Friburgo In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Histórias de Imigrantes e de Imigração no Rio de Janeiro* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. pp. 44-65.

- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras; a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003
- _____ (org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- CASADEI, Thalita de Oliveira. *A Imperial Cidade de Niteroy*. Niterói: Ed. Impar, 1988.
- CONRAD, Richard. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888*. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1975.
- COSTA, Affonso. *A Marinha Mercante: o problema da actualidade*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.
- DEBRET, Jean Baptiste, *Viagem Pitoresca e ao Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1954.
- DEVEZA, Guilherme. Política Tributária no Período Imperial. In: HOLANDA, Sérgio (org). *História da Civilização Brasileira*, Tomo II, v.4. São Paulo: Difel, 1974.
- EL-KAREH, Almir Chaiban. *Filha Branca de Mãe Preta; a Companhia de Estrada de Ferro D. Pedro II (1855-1865)*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1982.
- FIGUEIRA, Luiz. *África Banto- Raças e Tribos de Angola*. Lisboa: Oficina Fernandes, 1938.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1967.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá & Cia (1854-1866)*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado) –Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma- a Modernidade na Selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HUTTER, Lucy Maffei. *O emprego da Madeira e Outras Matérias-Primas do Brasil na Construção Naval* Revista SBPH, São Paulo: SBPH, n.02, pp18-51, 1984-1985.
- KARASCH, Mary, *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LAMAN, Karl. *The Kongo-Studia Etnográfica*. Suecia. E. Victor Pettersom BookIndustry. AKTEBOLAC. UP SALIENSIA, 1953.
- LANDES, David. *Prometeu Desacorrentado: Transformação Tecnológica e Desenvolvimento Industrial na Europa de 1750 até a Nossa Época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

- LAPA, José Roberto do Amaral. *Economia Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- LEVY, Maria Bárbara. *A Indústria no Rio de Janeiro Através de Suas Sociedades Anônimas*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Secretaria Municipal de cultura do Rio de Janeiro, 1994.
- LIBBY, Douglas Cole. *População e Mão-de-Obra Industrial na Província de Minas Gerais. (1830-1889)*. São Paulo, 1987. 442 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1987.
- LINHARES, Maria Yedda. *História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. 2 v.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil*. Tradução do Professor Milton da Silva Rodrigues. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974.
- LUZ, Nicéia Vilela. *A luta pela Industrialização no Brasil- 1808-1930*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.
- LYRA, Augusto Tavares de. *A Presidência e os Presidentes do Conselho de Ministros*. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio de Rodrigues&Cia, 1923.
- MANTOUX, Paul. *A Revolução Industrial no século XVIII*. Trad. Sonia Rangel. São Paulo: Ed. Hucitec, s.d.
- MARTINS, Ismênia Lima. *Os Problemas de Mão-de-Obra da Grande Lavoura Fluminense. O Tráfico Intra-Provincial*. s.n.t. mimeo. pp 188-208.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. 3ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 2v.
- MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema*. 3 ed. Rio de Janeiro: ACCES, 1994.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Experiências Comuns: escravizados e livres na formação da classe trabalhadora carioca*. Niterói, 2004. (Tese Para o Concurso de Professor Titular) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense.
- MAUÁ, Irineu Evangelista de Sousa, Visconde. *Autobiografia – Exposição aos Credores*. Rio de Janeiro: Toopbooks, 1998.
- MENEZES, Lená Medeiros de. *Jovens Portugueses: Histórias de Sucesso, Histórias de Fracassos*. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Histórias de Imigrantes e de Imigração no Rio de Janeiro* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. pp.164-182.
- MOREIRA, Alinnie Silvestre. *Liberdade Tutelada: os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela R/J (1831-1870)* .Campinas,

2005. Dissertação (Mestrado)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.
- OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair M. *Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1898-1860*. Rio de Janeiro: Studio F& S Editora, 1992.
- _____. *A Construção Inacabada: a Economia brasileira (1820-1860)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *As Primeiras Lutas Operárias no Brasil*. *Revista do Povo*, São Paulo, n.2, ano II. p.38, 1946.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Campinas, 1997. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. V.1 Belo Horizonte - São Paulo: Ed. Itatiaia-EDUSP, 1980.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Linguagem Científica, Linguagem Comum*. *Ciência e Cultura*, São Paulo: SBPC, v.26, n. 10, out. 1974..
- SIQUEIRA, José Jorge. *Contribuição ao Estudo do Escravismo Colonial para o Capitalismo Urbano-Industrial no Rio de Janeiro: a Companhia Luz Steárica (1854-1898)*. Niterói, 1984. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.
- SOARES, Luiz Carlos. *A indústria na Sociedade Escravista: as origens do crescimento manufatureiro na região fluminense em meados do séc XIX(1840-1860)*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1996. pp.281-306.
- _____. *A manufatura na formação econômica e Social Escravista do Sudeste. Um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense 1840-1880*. Rio de Janeiro, 1980. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.
- _____. *Os Escravos ao Ganho no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Revista Brasileira de História. v. 8, n.16, pp.107-142. març 88/ ago88.
- _____. *Urban Slavery in Nineteenth Century Rio de Janeiro*. Londres, 1988. Tese (Doutorado) – University College London.
- SOARES, Sebastião Ferreira. *Esboço ou Primeiros Traços da Crise Comercial na Cidade do Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1864*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1865.

SOUSA, Jorge Prata de. A Mão-de-obra de Menores: Escravos, Libertos e Livres nas Instituições do Império. In: _____. (org.) *Escravidão: Ofícios e Liberdade*. Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro- APERJ, 1998. p.33-63.

SOUSA, José Antônio Soares de. *Da Vila Real da Praia Grande à Imperial Cidade de Nicteroy*. 2ª ed. Niterói; Fundação Niteroiense de Arte, 1993.

STEIN, Stanley J. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil 1850-1950*. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1979.

VERGUEIRO, Nicolau Pereira dos Santos. *História da Fábrica de Ipanema e Defesa perante o Senado*. Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos, v.11, Brasília: Biblioteca do Senado Federal, 1979.